UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

FRANCISCO CHAGAS V. DOS S. FILHO

DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA NOTÍCIA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO RIO TOCANTINS

MARABÁ/PA

2018

FRANCISCO CHAGAS V. DOS S. FILHO

DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA NOTÍCIA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO RIO TOCANTINS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - campus de Marabá -, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho

MARABÁ/PA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

FRANCISCO CHAGAS V. DOS S. FILHO

DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA NOTÍCIA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO RIO TOCANTINS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - campus de Marabá -, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

_____

Professor Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho (Orientador/UNIFESSPA)

_____

Professor Dr. Jerônimo Silva e Silva (Avaliador Interno/UNIFESSPA)

_____

Professor Dr. Antônio Maurício Dias Costa (Avaliador Externo/UFPA)

_____

Professora Dra. Nilsa Brito Ribeiro (Suplente/UNIFESSPA)

Aos meus verdadeiros amigos.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) pela criação do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), por meio do qual eu pude regressar ao ambiente acadêmico. Nesse particular, agradeço também – e principalmente – ao meu orientador Alixa pela forma humana como conduziu esta orientação, fazendo, em alguns momentos, cobranças duras e pertinentes e noutros relevando meus maus momentos e problemas pessoais que quase me fizeram desistir dessa caminhada. Em nome dele, estendo meus agradecimentos a todos os professores do PDTSA. Agradeço também à FAPESPA pelo apoio financeiro durante praticamente todo o Mestrado.

Dou graças também a todas as pessoas que, de alguma forma e a seu modo, me incentivaram a voltar à academia depois de 12 anos distante da universidade. Agradeço à Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) que permitiu fazer a pesquisa de campo me dando todo o material necessário de que precisava. Ao meu amigo Thiago Ribeiro que dedicou boa parte do seu tempo para me ajudar a vasculhar os mais de mil exemplares de jornal que serviram para o suporte da minha pesquisa; aos meus colegas de trabalho por me suportarem nos períodos de estresse em que tive de conciliar minha pesquisa com o trabalho.

Agradeço à minha família e aos meus verdadeiros amigos pelo apoio que me deram, mesmo sem entender direito o que eu estava fazendo de volta na universidade. Externo minha gratidão a minha companheira Cleuzeni Santiago pela preocupação e solidariedade que demonstrou comigo neste período final de trabalho. Agradeço a minha mãe, “Dona Lourdes”, simplesmente pelo orgulho que ela tem de mim. Gostaria de poder agradecer a meu pai, Francisco Chagas (em memória), que me deu a honra de carregar seu nome e fez de tudo para que eu pudesse acessar os conhecimentos que ele nunca teve direito.

Por fim, agradeço aos meus filhos pela força que me dão, mesmo inconscientemente, pois tudo que busco de melhor na minha vida é pensando em dar a eles uma vida melhor do que a minha. Certamente foi esse o legado de meu pai.

RESUMO

Com abordagem na Teoria Crítica, este trabalho analisa o conteúdo dos jornais impressos "Opinião" e "Correio do Tocantins", da cidade de Marabá (PA), sobre o empreendimento neodesenvolvimentista denominado derrocamento do "Pedral do Lourenção", que é a dragagem de um conjunto de rochas em um trecho de 43 quilômetros do Rio Tocantins no município de Itupiranga (PA). Este derrocamento servirá para a consolidação da Hidrovia Tocantins-Araguaia, fazendo com que o rio se torne navegável o ano inteiro e atue como uma esteira para transporte de commodities, inserindo a Amazônia Oriental no contexto neodesenvolvimentista que vem pautando o governo brasileiro nos últimos 20 anos. O objetivo da pesquisa é analisar qual a relação da mercantilização da notícia jornalística com a instrumentalização do Rio Tocantins. Essa análise acontece por meio da utilização de conceitos como alienação, fetiche, reificação e Indústria Cultural. Para compreender esses conceitos, são mobilizados cerca de 40 autores, entre os quais estão Adorno, Horkheimer, Matos, Barbero, Pereira Jr., Costa, Lukács e Marx. A partir das notícias analisadas sobre o tema, depois de pesquisar aproximadamente 900 exemplares de jornal, a conclusão é de que a informação jornalística se converte em mercadoria porque, ao entregar aos seus leitores as notícias sobre o derrocamento do pedral, expõe o rio como instrumento utilizável pelo capital, ou seja: um produto que reflete um estilo de vida pautado na relevância das relações comerciais em detrimento de outros tipos de relação, como a afetiva e a social.

Palavras-chave: Amazônia. Notícia. Indústria Cultural. Fetiche. Alienação.

ABSTRACT

With an approach in Critical Theory, this paper analyzes the content of printed newspapers "Opinião" and "Correio do Tocantins", of the city of Marabá (PA), about the neodevelopmental project called "Pedral do Lourenção", which is the dredging of a set of rocks in a stretch of 43 kilometers of the Tocantins River in the municipality of Itupiranga (PA). This overthrow will serve to consolidate the Tocantins-Araguaia Waterway, making the river navigable throughout the year and act as a conveyor belt for commodities, inserting the Eastern Amazon in the neodevelopmental context that has been guiding the Brazilian government in the last 20 years. The objective of this research is to analyze the relationship between the commodification of journalistic news and the instrumentalisation of the Tocantins River. This analysis happens through the use of concepts such as alienation, fetish, reification and Cultural Industry. To understand these concepts, about 40 authors are mobilized, among them Adorno, Horkheimer, Matos, Barbero, Pereira Jr., Costa, Lukács and Marx. From the analyzed news on the subject, after researching about 900 copies of the newspaper, the conclusion is that the journalistic information becomes a commodity because, when delivering to the readers the news about the overthrow of the pedrald, exposes the river as an instrument that is, a product that reflects a lifestyle based on the relevance of commercial relations to the detriment of other types of relationships, such as affective and social.

Keywords: Amazonia. News. Cultural Industry. Fetish. Alienation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
2 RAZÃO E SENSIBILIDADE: O RIO TOCANTINS ENTRE A EXPLORAÇÃO E A SUBALTERNIDADE 17
2.1 O Rio como mobilizador de embates econômico-culturais 17
2.2 Pedral do Lourenção e sua importância aos ribeirinhos 21
2.3 Incertezas olvidadas e pescadores subalternizados 22
2.4 A destinação mercantil do rio na Amazônia: alienação, fetiche e reificação 26
2.5 Estado, ideologia e cultura 31
3 A MÍDIA COMO PRODUÇÃO IDEOLÓGICA 37
3.1 A mercantilização da notícia, violência e poder 37
3.2 Jornalista: sujeito coisificado na ditadura do *deadline* 40
3.3 A estetização da notícia e o domínio sobre o leitor 43
3.4 Campo das tramas das notícias 45
3.5 Um pequeno mapa epistemológico 47
4 ESQUADRINHANDO O ENUNCIADO JORNALÍSTICO 50
4.1 Tudo se transforma em mercadoria 51
4.2 Sobre a reificação: quando tudo é coisa 58
4.3 O fetichismo e os mecanismos ideológicos para sua manutenção 61
4.3 A coisificação do espaço funcional do rio 64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 75

INTRODUÇÃO

Sob a ótica da Teoria Crítica, nossa pesquisa faz uma análise das práticas ideológicas da mídia impressa sobre o derrocamento do Pedral do Lourenção (PA), que é constituído por um conjunto de rochas localizado no Rio Tocantins, à altura do município de Itupiranga, na região sudeste do Pará, Amazônia Brasileira. Partimos das notícias produzidas pelos dois principais jornais da cidade de Marabá (PA), essa localizada a 40 km de Itupiranga. Buscamos examinar o modo como a notícia nos referidos jornais é mercantilizada e as formas da instrumentalização do rio, que se configura em filiação ideológica, tanto no que se refere à visão hegemônica, massificada no noticiário analisado, quanto à ideologia das chamadas minorias (notadamente os povos ribeirinhos), cuja presença se mostra mais como índice, já que se materializa pela sua quase completa ausência nas páginas dos jornais analisados. Procuramos saber como acontece a manipulação das notícias nos jornais e o interesse socioeconômico e político em relação à instrumentalização do Rio Tocantins.

O conteúdo jornalístico – o *lócus* empírico da pesquisa – é analisado aqui pela dialética, com base na contradição. Ou seja, a derrocagem (ou dragagem) do pedral se apresenta como dispositivo mobilizador de uma política econômica pautada no neodesenvolvimentismo[1] que está em curso no País. Este empreendimento pode ser visto, assim, como uma tese de progresso nesse recorte da região amazônica, afastando a região da barbárie do atraso, mas – em alguns momentos e em determinadas dimensões – sua

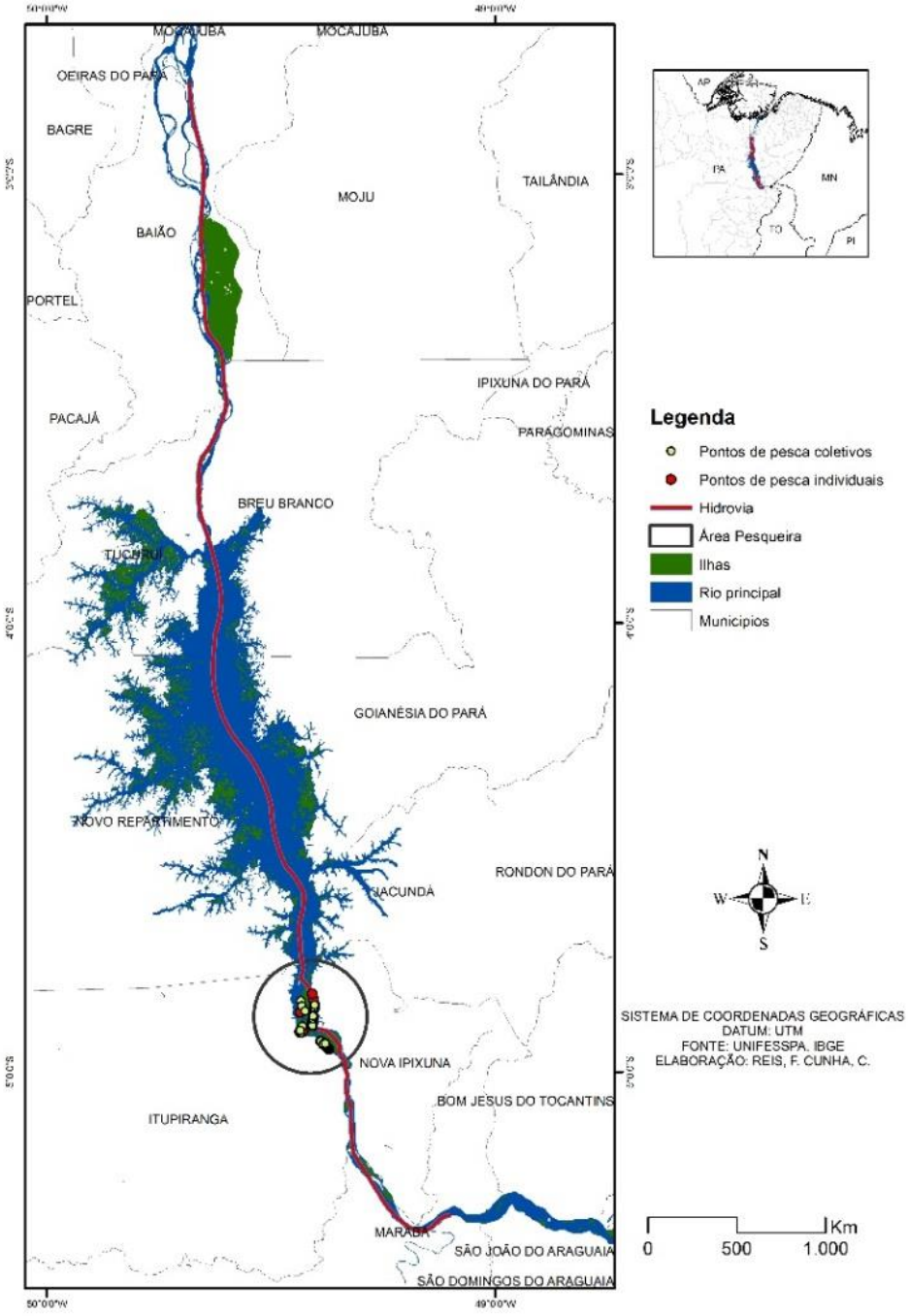
[1] Para Boito Jr. E Berringer (2013), o neodesenvolvimentismo – que em nossa pesquisa aparece como um procedimento político-econômico que marca um período histórico no Brasil – é um programa que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Segundo os autores, a política neodesenvolvimentista é uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições, representada no plano partidário, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Tal frente, segundo os autores, reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, além da baixa classe média, o operariado urbano e também o campesinato. Ainda conforme Boito Jr. E Berringer (2013), para alcançar esse crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Roussef lançaram políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, além de elevar a dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), assim como uma política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais. Esses elementos não estavam presentes no governo que os antecedeu.

antítese mostra que o derrocamento do pedral está mobilizando também novas formas de barbárie. Resta-nos compreender a síntese dessa movimentação dialética. Mas, para isso, como observa Matos (2005), é preciso ter em mente que o método dialético de interpretação da história é uma orientação para as possibilidades de que cada época é portadora e não representa o estabelecimento prévio de uma verdade.

Cabe, de início, pontuar que esta pesquisa é do campo da comunicação com a abordagem interdisciplinar centrada na analítica do conteúdo jornalístico sobre o derrocamento do Pedral do Lourenção. É claro que os sujeitos que serão diretamente impactados pela obra – os ribeirinhos – têm muito a dizer sobre o assunto. Mas nosso trabalho se pauta em compreender o tratamento que é dado pelo jornal ao tema e quais as possíveis motivações para esse tratamento.

Mas, antes de avançar nessa direção, é preciso compreender o que significa o derrocamento do Pedral do Lourenção. Trata-se de um grande empreendimento, do ponto de vista econômico, que consiste em implodir um conjunto de rochas em um trecho de 43 km do Rio Tocantins, na altura do município de Itupiranga, que tem uma área de 7.879,995 km², população 51.835 habitantes, com IDH 0,528, pertencente à microrregião de Tucuruí e mesorregião do sudeste paraense (latitude 05º08'05" sul e longitude 49º19'36" oeste). Atualmente, devido a esse pedral, a navegação é inviável para grandes embarcações durante quatro meses do ano (período de seca do rio). O objetivo do derrocamento é, portanto, possibilitar a navegação segura durante o ano todo por grandes embarcações, notadamente as chamadas barcaças, que poderiam transportar a soja do Estado do Mato Grosso (por via terrestre) até a Vila do Conde (município de Barcarena-PA, por hidrovia), passando por Marabá e Itupiranga, alcançando o porto em Vila do Conde e daí até o litoral brasileiro. Fazendo percurso inverso, esse canal de navegação, denominado Hidrovia do Tocantins-Araguaia, com 300 quilômetros de extensão, serviria como porta de entrada de grandes carregamentos de carvão mineral vindos de Moçambique (África) e Austrália (Oceania) para servir de matéria-prima na cadeia produtiva de uma fábrica de aços planos, cuja implantação em Marabá só seria viável com a abertura desse canal, até porque o produto dessa fábrica seria também escoado até o litoral da mesma forma que a soja.

Figura 01 – Mapa da Hidrovia do Tocantins/Araguaia



Fonte: DNIT (https://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/hidrovias)

Os dados oficiais contidos na página virtual do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão do governo federal, indicam que a região

hidrográfica do Tocantins-Araguaia, onde está instalado o gráfico da hidrovia, tem uma área de 921.921 quilômetros quadrados espalhada pelos Estados de Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal. Conforme a mesma fonte, o Rio Tocantins nasce do Planalto de Goiás, formado pelos rios Almas e Maranhão, e tem 1.960 quilômetros de extensão, até a foz, na Baía de Marajó. A bacia apresenta vias navegáveis, terminais hidroviários e estruturas de transposição de nível, como as duas eclusas de Tucuruí, com 210 metros de comprimento, 33 metros de largura e 3,5 metros de profundidade mínima.

No tocante à possibilidade de navegação, o DNIT informa que a extensão navegável é de 1.152 quilômetros, mas sem continuidade, citando justamente o trecho de 43 quilômetros do Pedral do Lourenção, que fica entre a Ilha da Bogéa e Santa Terezinha do Tauri. É justamente sobre esse trecho que concentramos nossa pesquisa no que diz respeito ao que vem sendo anunciado pelo noticiário jornalístico.

Desse modo, compreendendo o espaço geográfico que tem sido alvo das ações neodesenvolvimentistas do governo brasileiro – em suas três esferas (municipal, estadual e federal) – e as motivações que dão sentido a esses empreendimentos na região, o passo seguinte é esquadrinhar alguns elementos que estão sendo mobilizados por essa dinâmica territorial. Nessa análise, tomamos como referencial teórico a Teoria Crítica, estabelecendo a compreensão sobre a construção do discurso midiático, que se apresenta como mercadoria; também sobre a noção do que vem a ser o Rio Tocantins a partir da construção da identidade cultural dos sujeitos que ocupam esse território e sobre como essas visões são refletidas na mídia. Buscamos ainda um aprofundamento sobre a atuação do Estado nessa dinâmica territorial.

A partir disso, objetivamos compreender cientificamente qual a relação da mercantilização da notícia jornalística com a instrumentalização do Rio Tocantins. A partir dessa discussão, entendemos ser possível contribuir com os debates a respeito das relações de poder que permeiam os contratos sociais que mobilizam os acontecimentos históricos desta região da Amazônia brasileira.

As argumentações expostas nesta pesquisa estão fincadas inicialmente – e principalmente - nos teóricos da Escola de Frankfurt, para compreender as bases da Teoria Crítica e o pensamento dialético. Mas o desenrolar da pesquisa nos revelou a necessidade de outras fontes para compreender a mídia na América Latina e no Brasil, havendo, portanto, um encontro com outros autores, entre os quais Jesus Barbero (1997), para compreender os conceitos de mediação, de meios e de massas, assim como recorremos a

Costa (2002) e Pereira Júnior (2003 e 2006), para entender a estetização da produção jornalística no cenário nacional; e paralelamente nos relacionamos com outros teóricos que ajudaram a compor melhor o cenário pesquisado, como Canclini (1999), Eagleton (1993), Bhabha (1998), a partir dos quais foi possível compreender as relações culturais e ideológicas que conformam os sujeitos dentro do território pesquisado.

Todavia é preciso observar que o caminho trilhado para compreensão do problema proposto está pautado na renúncia da confiança em uma disciplina e na abertura de especialidades cujos axiomas sejam capazes de dialogar, buscando o afastamento da clausura epistemológica que por vezes não conduz à compreensão de dinâmicas que requerem uma epistemologia menos tradicional, capaz de reconhecer a ontologia de cada especialidade, posto que disciplinas se tornam fechadas e estanques (JAPIASSU, 2006). Desse modo, parece óbvia a necessidade de ruptura com as fronteiras disciplinares.

O caminho encontrado para tentar operacionalizar essa proposta é a mobilização de determinados conceitos organizados pela Teoria Crítica, como a alienação, esse distanciamento do indivíduo de sua própria essência humana e seu estranhamento sobre si mesmo; também o fetiche sobre a mercadoria, esse fenômeno de cunho psicológico e social, onde os produtos deixam de ser objetos para virar o centro da adoração do ser humano, enquanto os indivíduos se comportam como se eles fossem os objetos – que nesse caso tanto se aplica à informação jornalística quanto à própria utilização do rio -, assim como o conceito de Indústria Cultural, que estetiza o modo de produzir cultura dentro do capitalismo, tendo como alvo apenas o lucro monetário, uma vez que existe uma "caça à polissemia" (MATOS, 2005, p. 63), que unidimensiona o pensamento das massas, com a intenção de instrumentalizar tanto as relações sociais quanto a utilização dos elementos naturais, esvaziando as possibilidades de autonomia e alinhando as massas no sentido de propor uma mercantilização da vida.

Entendemos ainda que é relevante, tanto para a academia quanto para os demais grupos sociais instalados neste território, compreender e mobilizar o conceito de alienação, dentro do qual o homem, segundo Swingewood (1978, p.105), "longe de ser o iniciador ativo do mundo social, parece mais um objeto passivo de determinados processo externos". Ou seja, é relevante compreender os mecanismos de subsunção da individualidade emancipatória do ser para a composição de uma massa sem autonomia.

No manuseio desses conceitos – que são descritos aqui a partir do enunciado contido nos jornais pesquisados - está inscrita a relevância desse trabalho, justamente

porque é possível expor os componentes que conformam as relações sociais regionais, dentro das quais estão divididas as camadas sociais e a função de cada uma.

Assim, ao examinar o conteúdo do material jornalístico que versa sobre o projeto de derrocagem do Pedral do Lourenção para consolidação da Hidrovia do Tocantins-Araguaia, conseguimos extrair, nesse emaranhado de enunciados, o fetiche sobre a mercadoria que é redistribuída à massa regional, assim como a indução ao consumo e a um modo de viver e produzir, que é alicerçado e guiado pela Indústria Cultural, dentro de procedimentos que alienam e reificam o sujeito.

Assim, a segunda seção desta pesquisa apresenta o Rio Tocantins – mais precisamente seu recorte geográfico que passa entre Marabá e Itupiranga – e sua instrumentalização, tanto pelos ribeirinhos quanto pelo Estado e pelo capital transnacional, buscando estabelecer os dispositivos mobilizadores dessa disputa pelo controle do rio, fugindo sempre – ou pelo menos tentando – da dicotomia entre o bem e o mal, procurando compreender as motivações que cada grupo social tem para instrumentalizar o rio, com suas utopias e distopias. Nesse particular, aliás, há que se ter em mente que o projeto nunca saiu do papel, mas sua existência está materializada pelo enunciado publicado nos jornais, que nos revela o modelo de sociedade que está sendo estabelecido e as contradições desse modelo.

A terceira seção é dedicada à compreensão sobre a formação dos mecanismos midiáticos que fundamentam as práticas ideológicas hegemônicas na região, analisando sua relação com o mercado, com o Estado e com as minorias. O caminho percorrido para compreender essa relação não se dá a partir da mídia como um oráculo que distribui determinado conjunto de valores e de informações que devem ser seguidos como regra, mas trata-se de uma visão reflexiva, posto que os sujeitos que integram esta mídia tanto emanam informações para a sociedade na qual estão inseridos quanto recebem informações de uma parcela desta mesma sociedade, num fluxo contínuo, um vai-e-vem como as águas do rio, onde a notícia circula como mercadoria para leitores que se concentram em massa, pois segundo Barbero (1997), não há neste momento da história uma sociedade de classes, mas há uma sociedade de massas, efeito da industrialização capitalista: “A massa é convertida em público e as crenças, em opinião”. (BARBERO, 1997, p.51). Não há que se falar aqui que essa massa, alvo do enunciado midiático mercantilizado, é um bloco monolítico, mas um “fenômeno psicológico pelo qual os indivíduos, por mais diferente que seja seu modo de vida, suas ocupações ou seu caráter, estão dotados de uma alma coletiva que lhes faz comportar-se de maneira completamente

distinta de como o faria cada indivíduo isoladamente". (BARBERO, 1997. p. 47–48). Daí a ideia de massificação de comportamento e esvaziamento das individualidades.

Na quarta seção, nos abrigamos no edifício erguido pela Teoria Crítica, a partir do método dialético, para analisar o conteúdo jornalístico sobre o derrocamento do Pedral do Lourenção. Analisamos aproximadamente 900 exemplares dos jornais Opinião e Correio do Tocantins, entre abril de 2012 e setembro de 2014, sendo possível catalogar 50 notícias desses jornais em torno do assunto, entre reportagens extensas, notícias factuais e notas de colunistas. No Jornal Correio do Tocantins, foram contabilizadas 21 notícias, enquanto no Jornal Opinião foram 29. A prerrogativa da escolha do recorte temporal (de 2012 a 2014) foi pautada no fato de que, a partir de 2015, as notícias ficaram mais escassas, por isso a pesquisa se atém a 2012, 2013 e 2014. Por outro lado, o vazio no noticiário, nesses últimos dois anos, também é um fenômeno que não passou em branco nesta pesquisa, entendendo o silêncio não como um lugar deserto, mas como a extensão de uma trama midiática, cujo funcionamento se dá pela ausência de procedimentos externos.

A última seção é justamente a conclusão do que foi pesquisado. Esse momento é fundamental porque nele é possível entrar no recôndito onde está abrigada a gênese do procedimento midiático, compreendendo seus sujeitos, suas interdições e a propagação de uma prática ideológica hegemônica, a partir de uma normatização mercantilizada da sociedade, que viaja de consciência individual em consciência individual (BAKHTIN, 2006, p.32), até se espraiar no inconsciente coletivo.

Concluímos, assim, que há dois movimentos em funcionamento. O primeiro transforma a notícia jornalística em mercadoria, esvaziando seu caráter social e visibilizando sua utilidade mercadológica, ao mesmo tempo em que outro movimento – impulsionado pelo primeiro - atua para transformar um elemento natural – neste caso o rio Tocantins – em um instrumento utilizável economicamente. E o que pauta esse mecanismo é justamente a dominação de um grupo social sobre outro, dentro de um ambiente de permanente tensão entre os grupos sociais e também no interior de cada um deles.

Nesse cenário, o que propomos aqui – ao identificar esse fenômeno - são apontamentos, possibilidades de emancipação e argumentos reguladores que gerem determinado norte, condições de busca ao espírito das contradições que regem a dialética da vida. Não propomos, ao cabo desta análise, a inserção de um ponto final – como já era de se esperar. Seria cair na armadilha que buscamos desarmar, de que a ciência seria capaz

de conduzir a humanidade ao triunfo sobre a barbárie, ignorando os componentes aleatórios da vida, como nos revela Matos (1985, p. 43):

> Os acasos da natureza são incontornáveis porque constituem um obstáculo resistente ao exercício triunfante da razão controladora. A ciência domina a natureza "abolindo" matematicamente os acasos através do cálculo estatístico, mas não controla a 'incoerência da vida'. (grifo do autor)

Por isso, imprimimos no suposto epílogo desta pesquisa um ponto de interrogação. É mais justo, é mais coerente, porque rasga caminho para novas sínteses, para a supressão e, ao mesmo tempo, manutenção do objeto suprimido, um encadeamento de ideias e de realidades a partir da oposição dos seus entes contrários. Como escreve Matos (2005, p. 15): "O método dialético de interpretação da história não é o estabelecimento prévio de um caminho a ser seguido, mas uma orientação nas possibilidades revolucionárias de que cada época é portadora". Desse modo, a esperança é de que este ponto de interrogação, que marca a despedida (por ora), não se encerre à condição de signo, um mero símbolo para representar uma ideia, mas que seja um índice semiótico capaz de estabelecer uma associação de possibilidades.

2 RAZÃO E SENSIBILIDADE: O RIO TOCANTINS ENTRE A EXPLORAÇÃO E A SUBALTERNIDADE

Buscamos nesta seção localizar um dos componentes do nosso objeto de pesquisa científica, que é o Rio Tocantins, do ponto de vista geográfico, social e cultural. O alicerce para isso é a demonstração de que o rio atua como dispositivo mobilizador de embates econômico-culturais e dentro desse contexto, o Pedral do Lourenção, que corresponde ao trecho do rio que será impactado, é apresentado a partir da visão dos ribeirinhos – tomando como base um relatório produzido pela UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2017) -, que expõe, em números, a relevância desse conjunto de rochas, como berçário de peixes.

O passo seguinte é esclarecer que, mesmo diante dessa importância dentro de uma instrumentalização tradicional que não mantém vínculo ideológico e nem diretamente mercantil com o neodesenvolvimentismo e tampouco a globalização, os sujeitos que ocupam este território têm sido subalternizados por meio de práticas hegemônicas pautadas pela necessidade de produção de bens de consumo que são induzidos pela Indústria Cultural. Para entender como funciona esse procedimento, discorremos sobre a atuação do Estado, por meio do qual se concretizam os empreendimentos na Amazônia, dando uma destinação mercantil ao rio dentro de um processo que atua na alienação dos sujeitos e da própria natureza para produção do fetiche sobre o rio e a sua reificação.

2.1 O Rio como mobilizador de embates econômico-culturais

Um dos desafios dessa pesquisa é justamente compreender a dimensão cultural do embate em torno desse empreendimento econômico previsto para reconfigurar um trecho do Rio Tocantins, no sudeste do Estado do Pará, mais precisamente entre os municípios de Marabá e Itupiranga. Para isso, é necessário compreender que os conflitos sobre o tema referido – entre grupos sociais favoráveis e contrários ao projeto – podem estar ligados a

mais elementos do que a mera questão econômica. Talvez o ângulo econômico desse objeto já seja o resultado produzido pelas diferentes visões de mundo que se entrecruzam no signo rio, trazendo à tona um embate cultural, que parece estar velado, mas não faz questão de estar. Há um enunciado circulante na mídia e amparado pela necessidade de consumo produzida pela Indústria Cultural de que a instrumentalização da natureza – e, neste caso específico, do Rio Tocantins – para atender o modelo neodesenvolvimentista hegemônico no Brasil, notadamente na Amazônia, é urgente e necessária para tirar da barbárie do atraso econômico este pedaço da Amazônia Oriental, mas esse processo de esclarecimento é movimentado por outro tipo de barbárie, que subalterniza formas anteriores de instrumentalização do rio. Trata-se de produzir violência sobre outra violência em busca de certo tipo de progresso, que já nasce sob o signo do fracasso triunfante, como nos diz Horkheimer (2002, p.7):

> Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem.

Para sustentar essa afirmação, precisamos percorrer uma trilha que requer certo esforço metodológico, buscando analisar inicialmente a relação do homem com a natureza. Nesse ponto ainda não entramos na "desumanização" descrita por Horkheimer. Mas cada grupo social desenvolve uma visão específica a respeito dos elementos que compõem o seu ambiente natural: a terra, os rios, a floresta, os animais, a chuva, o sol. Enfim, toda materialização da natureza era – e ainda é – convertida em signos para cada grupo social, que passa a manusear esses recursos de forma a atender suas necessidades. E é justamente essa diferença entre o que significa cada elemento da natureza – dentro de sociedades estratificadas – que acaba por gerar conflitos, posto que o estranhamento com a natureza na busca pelo esclarecimento, dominando o ambiente natural, só é mobilizado por outro tipo de violência, que neste caso tem *status* de verdade, porque é mobilizada pelo Estado e pelo capital financeiro. Desse modo, tomando como fundamento Barbero (1997, p.45), quando afirma – ao analisar as relações de poder na América Latina – que "o que constitui o princípio moderno do poder legítimo acabará legitimando a maior das tiranias", vemos uma regressão contraproducente nesse movimento de ordenamento da natureza.

No contexto supracitado, imaginemos o rio correndo em seu curso, alheio aos homens que o circundam, sendo observado nas margens por ribeirinhos, indígenas, moradores da periferia, empresários, ministros de Estado e políticos. Cada um com seu anteparo ideológico ou lente cultural para defini-lo, para entender o que é a coisa-rio, esse instrumento maravilhoso e de múltiplas possibilidades. O poder de se apoderar da coisa-rio, de por em ordem esta natureza, já se caracteriza um ato de violência e, na verdade, de ilusão de poder que o homem teria sobre a natureza. Matos (2005), ao citar Nietzsche (2012), em Gaia Ciência, explica que, para o homem, toda a natureza está em desordem a partir da concepção do que o homem entende pelo que seria ordem, mas "Não há nada nesse mundo que o habilite por um direito qualquer a conhecer esse mundo". (MATOS, 2005, p. 31). O conflito começa a ser mobilizado aí, na concepção que cada fração social tem sobre o mesmo elemento.

Há, portanto, uma disputa pelo controle do rio, cuja visão hegemônica tende a se massificar por meio de mecanismos, que se tornaram mais evidentes no Brasil, a partir da dinâmica expansionista do capitalismo na Amazônia, tomando por base o neodesenvolvimentismo, "quando se intensificou e consolidou o processo de integração física, social e econômica ao restante do País" (LOUREIRO, 2009, p. 39), fruto de extratos do chamado setor produtivo em aliança com o Estado, que vem atuando fortemente em políticas de intervenção sobre a natureza que impactam as relações sociais, políticas e econômicas da vida neste recorte geográfico do País.

Toda essa movimentação provoca dinâmicas territoriais e socioculturais, pois a região, que funciona como receptáculo de megaprojetos de exportação, não é um completo vazio, desprovido de formas anteriores de convivência e de sentidos, embora estas formas contra-hegemônicas sejam historicamente subalternizadas, porque não dialogam diretamente com a mesma linguagem das produções de bens de consumo e do excedente de produção. Assim, desenhar uma mega planta industrial em áreas amazônicas não é como iniciar uma pintura numa tela em branco. Há elementos regionais pré-existentes que não se encaixam nos interesses transnacionais. Os sujeitos estabelecidos anteriormente nesse território são submetidos a violências que atingem diretamente sua cultura, sua forma de viver e conviver com essa região.

Para determinados grupos sociais – com determinadas práticas culturais/ideológicas – o rio não pode ser meramente visto como um curso d'água, antes precisa ser compreendido como uma hidrovia. Melhor dizendo, então, o rio Tocantins

precisa ser visto como uma esteira de commodities[2], por onde seja possível escoar a soja do Mato Grosso e do sul do Pará e também uma futura produção de aços, assim como deve servir para receber o carvão mineral que alimentará essa indústria, porque toda essa produção – além da geração de divisas para o País – também terá reflexos na economia local e regional, gerando o emprego, a ocupação a serviço do acúmulo de bens desta mesma classe hegemônica, que se apropria do orçamento do Estado sob a égide da geração de empregos.

Cabe dizer que esse não é um procedimento novo: "A aristocracia e as classes poderosas, cada vez mais ávidas de luxo e impelidas pelo desejo de rivalizar, estendem os seus tentáculos a regiões distantes, em expedições guerreiras de domínio, de conquista ou predatórias". (DIAS, 1990, p. 242). É o que se vê nos países globalizados, uma pressão sobre a natureza para produzir bens de consumo. Para isso, a natureza precisa estar em "ordem", padronizada, como uma prateleira, de onde se possa retirar objetos que serão utilizados pela sociedade moderna.

Trata-se da estetização do Rio Tocantins, para que siga modelos do que ocorre em outras partes do mundo, cujo modo de exploração neodesenvolvimentista está em expansão, remodelando elementos da natureza para atuar como uma esteira fordista[3]. O rio se transforma em outro tipo de instrumento, diferente daquele visto anteriormente pelas populações ribeirinhas, num processo naturalizado, dentro do qual e por meio do qual, a história que vivemos passa a ser a história das mercadorias em vez da história propriamente humana, segundo Matos (2005, p. 39):

> A natureza se converte em objeto útil, disponível e manipulável para o acúmulo, reposição e acréscimo do capital; quanto à história, perde sua vocação humana. Tudo é transitório, mutável, fatal, como a circulação e substituição das mercadorias no mercado.

Nesse cenário, desenhado por Matos (2005), é coerente pensar que para os interesses predefinidos pelo capital em expansão na Amazônia é fundamental a implosão

[2] De acordo com Teweles e Harlow (1983), commodities são produtos padronizados, não diferenciados cujo processo de produção é dominado em todos os países e cujo o preço não é definido pelo produtor, dada a sua importância para o mercado. Geralmente são negociados em Bolsas de Valores internacionais, tendo valor definido pelas condições do mercado.

[3] A expressão representa, segundo Batalha (2010), o ícone do processo de produção em larga escala implementado por Henry Ford, que, segundo Harvey (2010), estabelece a forma corporativa de organizações de negócios, a racionalização de tecnologias, a divisão detalhada do trabalho preexistente, a separação entre gerência, concepção, controle e execução, para uma produção de massa e um consumo também de massa.

do conjunto de rochas denominado Pedral do Lourenção, onde a navegação hoje é inviável para grandes embarcações durante o período de seca do rio.

Para outro grupo (formado por pescadores, indígenas, ribeirinhos de forma geral), o rio carrega também outros significados: as pedras que hoje impedem a navegação, que deixam o rio intrafegável para as grandes embarcações, representam para os ribeirinhos a fauna ictiológica do rio, símbolo de fertilidade. A existência do pedral possibilita ainda um modo de vida que não dialoga com a produção em larga escala de mercadorias. Pelo contrário, antes de tudo, o rio é um manancial de subsistência de muitas famílias de pescadores. Este é o próximo assunto que propomos.

2.2 Pedral do Lourenção e sua importância para os ribeirinhos

Ao ingressar no interior da cotidianidade dos pescadores que utilizam o Pedral do Lourenção como fonte de pescado para garantia do sustento familiar, Cunha (2017) identifica 20 áreas de pesca que são utilizadas por 15 famílias. Em relação aos principais peixes capturados, ela cita o monitoramento de 22 grupos de etnoespécies. Destas, as principais citadas foram o grupo dos piaus, curimatá, tucunarés, voador, pescada, mapará, branquinha, pacu, mistura e beré. De acordo com o mesmo documento, o termo "mistura" é referente a um conjunto de etnoespécies de pouco valor comercial, geralmente relacionado ao pequeno tamanho dos exemplares capturados.

Os mesmos dados indicam a existência de uma atividade econômica que norteia a vida das famílias e que não está ligada ao empreendimento neodesenvolvimentista que tenta transformar o rio em parte integrante da Hidrovia Tocantins Araguaia. Pelo contrário, expõe uma forte contradição entre as duas formas de colocar o rio em funcionamento. Cunha (2017) mostra que entre agosto de 2016 e outubro de 2017 foram capturados 16.788 quilos de peixes, o que significa uma renda total de R$ 47.409.30. Ocorre que, dos 20 principais pesqueiros utilizados pelas famílias participantes da pesquisa, nove deles estão sobrepostos ou muito próximos ao canal projetado da hidrovia.

É claro que os valores produzidos pela pesca artesanal naquela área, se colocados em comparação com os investimentos na consolidação do pedral e os recursos gerados com a instalação de portos e transporte de commodities, são considerados pequenos. Mas o que se busca é compreender o caráter subjetivo dessas produções, a geração de renda a partir de um modelo industrializado, de exploração do trabalho. E nesse contexto ocorre a exploração do trabalhador da região, já que isso é uma disputa histórica, a qual a humanidade vem travando e, assim, se repetem os mesmos procedimentos colonialistas,

pois os mecanismos são semelhantes daqueles ocorridos na Europa e também na própria ocupação do território estadunidense, como explicita Luxemburgo (1976, p. 344):

> As estradas de ferro, isto é, o capital europeu, principalmente o inglês, conduziram os fazendeiros americanos às imensas regiões de Este e Oeste, onde estes exterminaram os indígenas com armas de fogo, cães policiais, licores e sífilis, fazendo-os recuar em direção ao Oeste. Depois, apropriaram-se de suas terras como se fossem "livres", para desbravá-las e cultivá-las.

Pode parecer um exagero a comparação entre um período histórico, exposto nesse excerto, e outro (referimo-nos ao período estudado por Luxemburgo e o atual momento na Amazônia Oriental, relativa a questão do Rio Tocantins - Pedral do Lourenção), assim como de um recorte geográfico e outro, mas o *modus operandi* do mercado parece semelhante, repetindo certos procedimentos, pois as economias nativas e que mobilizam menos dispositivos de antropização sempre são "convidadas" a se retirar, para abrir espaço para modelos que dialogam com uma economia mais globalizada e pautada a partir dos donos dos meios de produção.

Por outro lado, há, por óbvio, também uma instrumentalização do rio. Ocorre que essa instrumentalização não atende às necessidades da Indústria Cultural, cuja base de seus produtos descartáveis é a pressão sobre a natureza, ou sobre os recursos naturais, já que tanto homem quanto natureza estão mercantilizados e acoplados numa engrenagem que precisa funcionar para manter a sociedade sob a luz bruxuleante do esclarecimento.

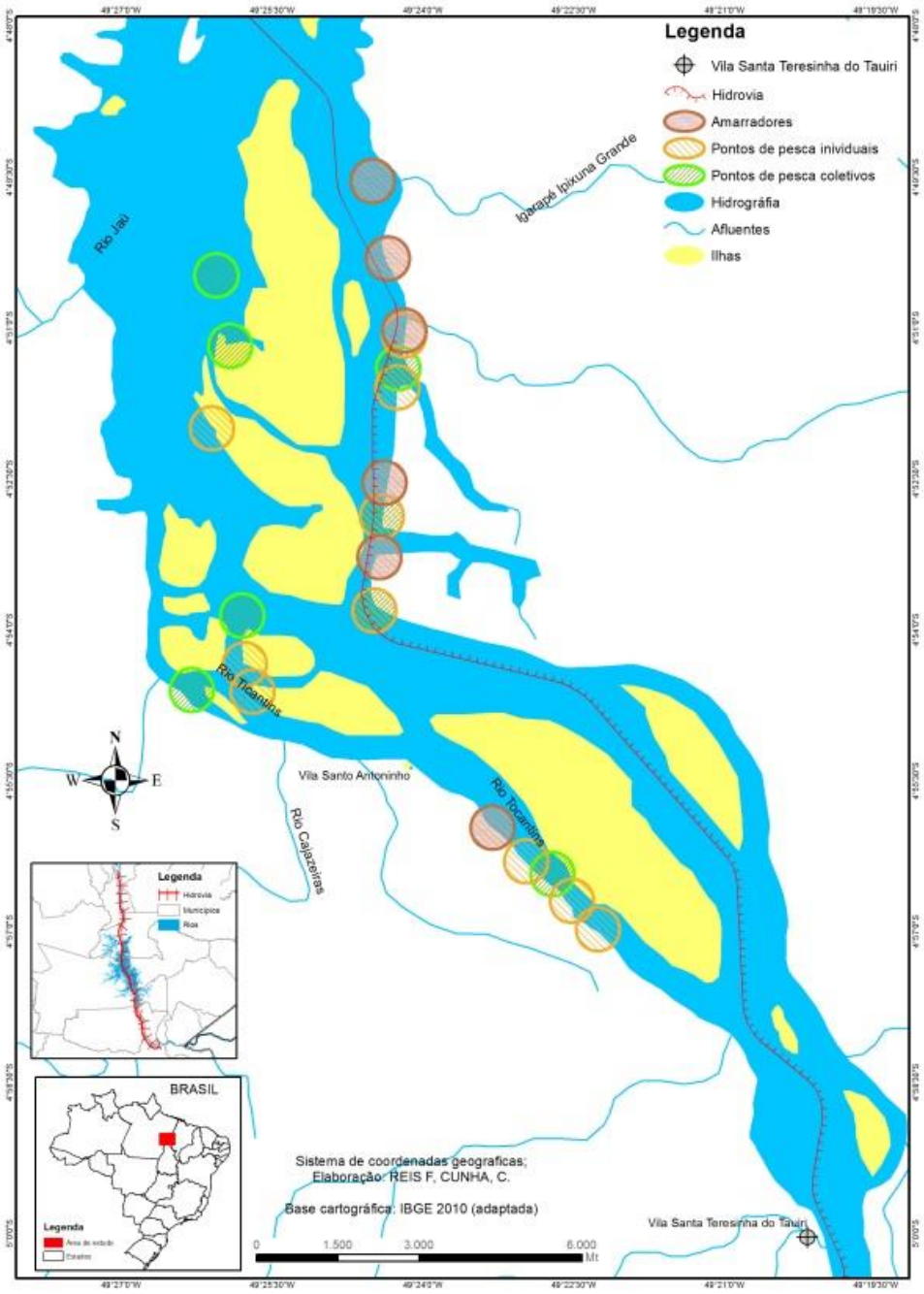
Ou seja, assim como os mercados e feiras são histórica e sistematicamente conceituados como espaços de cultura popular, cuja compra/venda pode ser vista até mesmo como um elemento secundário, ao passo em que a figura do shopping center se materializa como espaço de consumo e de convivência na Indústria Cultural, o rio passa também por um processo de padronização estética, sendo encaixado como uma das oito hidrovias administradas pelo Estado brasileiro, conforme descrito no mapa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

2.3 Incertezas olvidadas e pescadores subalternizados

A partir do relatório do I Seminário sobre os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a pesca na região, denominado "O Rio Tocantins para além do uso como via de transporte" (2017), os pesquisadores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), sob a coordenação de Cunha (2017), conseguiram construir dois mapas temáticos que representam os principais pesqueiros utilizados pelos pescadores das comunidades de Santo Antoninho e Santa Teresinha do Tauiri, no município de

Itupiranga, e as imagens indicam que a hidrovia irá impactar diretamente a atividade pesqueira, pois o canal a ser derrocado está sobreposto às áreas de pesca, o que certamente afetará diretamente a atividade econômica dos ribeirinhos que retiram sua subsistência a partir dessa faixa do rio, conforme exibido no mapa:

Figura 02: Mapa dos pontos pesqueiros sobrepostos pela hidrovia



Fonte: Relatório do I Seminário sobre os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a pesca na região, denominado "O Rio Tocantins para além do uso como via de transporte"

Verificamos no mapa que os principais pesqueiros utilizados pelos pescadores das comunidades Santo Antoninho e Santa Teresinha do Tauiri, no município de Itupiranga, sofrerão impactos significativos, devido ao risco de escassez de alimento de qualidade e fonte de renda (pescado), que será diretamente impactado pelas obras (dragagem, derrocamento e posteriormente aumento de tráfego de embarcações), que causará a mortandade de peixes e diminuição dos estoques pesqueiros.

Cunha (2017) também mostra que os pescadores que usam pequenas embarcações (canoas) participaram de audiência pública sobre o projeto, em Itupiranga, em 18 de novembro de 2017, e questionaram a representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) sobre a possibilidade de manterem suas atividades de pesca artesanal com segurança, mas receberam como resposta que as embarcações menores não devem navegar no canal principal para evitar qualquer tipo de problema. Diante disso, os pesquisadores da UNIFESSPA entenderam que:

> É possível afirmar que o DNIT ignora que os pescadores também pescam no canal principal do rio, e, além disso, pescam nos pedrais que serão derrocados. Não se leva em consideração o conhecimento que os pescadores têm sobre a pesca na região, ouvi-los é imprescindível neste contexto. (CUNHA, 2017, p. 120)

Corrobora ainda com este pensamento o fato de que o representante do DNIT, durante a mesma audiência, ao ser questionado sobre o que será feito para remunerar o pescador durante a pescaria de voador e mapará, que é realizada no canal do rio, respondeu que este assunto deverá ser conduzido por outra instância do Estado. A resposta também é a mesma quando o questionamento é direcionado para outros efeitos provocados pelo derrocamento do Pedral do Lourenção, conforme descrito no relatório:

> O DNIT se omite em negociar as compensações ambientais, delegando a outros órgãos a responsabilidade pelo impacto direto e de larga escala que o empreendimento trará sobre os processos ecológicos da bacia e sobretudo o impacto na atividade de pesca na região. Importante enfatizar os riscos ambientais, como aumento dos sedimentos em suspensão durante a execução das obras e também pelo tráfego constante de embarcações de grande porte, resíduos de explosivos no leito do rio, além da liberação de gases na atmosfera, riscos em relação a derramamento de óleo, entre outros. (CUNHA, 2017, p. 120)

A julgar pela resposta dada aos ribeirinhos pelo DNIT, há que se destacar que esta aparente falta de preocupação com as barbáries provocadas por este empreendimento que é tido como ferramenta de progresso reside no fato de que projetos de grande escala, como é o caso da Hidrovia do Tocantins-Araguaia, assim também como as hidrelétricas em construção no Brasil e em outros países da América Latina, ou mesmo as estradas, ferrovias e portos que estão no papel ou já em início de obras, se firmam como pontes de integração, que vão alicerçar a produção e o escoamento de commodities, num processo conduzido pelo Estado e pelo capital transnacional, que é validado pela aceitação da massa, como diz Castro (2012, p. 59):

> Esses grandes projetos, construídos para oferecer ao mercado os recursos naturais, são entregues a grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que se localizam, via

> de regra, em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional.

Ainda que não se possa falar que as populações habitantes desta região amazônica componham um bloco monolítico, há um indiscutível poder que emana da voz capaz de estabelecer para as massas qual é a "prioridade nacional", subsumindo a emancipação individual em certo pensamento coletivo atravessado pelo imaginário que representa o cenário fictício produzido pelos resultados da instrumentalização do rio pelo grande capital, mobilizando no indivíduo uma "impossibilidade de se singularizar" (ADORNO, 1985), o que deságua inevitavelmente na formação de uma "massa", como bem descrevem Pedroso e Bertolini (2002, p. 18):

> A cultura de massas, ao reorientar os indivíduos dentro de certos padrões de comportamento, acaba por conduzi-los a uma espécie de regressão em suas consciências, cujas consequências principais são a imobilização de suas capacidades autônomas de expressão e a necessidade, correspondendo a esse 'esvaziamento espiritual', de uma identificação com forças heterônomas, que se faz às custas de suas singularidades e de sua autodiferenciação, homogeneizando-os (grifo do autor)

Ainda segundo Pedroso e Bertolini (idem), esse esvaziamento da distintividade do indivíduo e sua filiação ao pensamento massificado atinge até mesmo a sua configuração antropológica, o que – para nós – representa a formação de um sujeito cujos "laços emocionais", a que se refere Freud (1976, p. 115), são fincados no progresso, mas um tipo de progresso – nesse caso – constituído por um novo formato de barbárie.

2.4 A destinação mercantil do rio na Amazônia: alienação, fetiche e reificação

A conexão do sujeito à natureza tem se convertido numa relação de domínio do primeiro sobre o segundo ente, conferindo caráter mercadológico (ou mercantil) para cada um dos elementos naturais (nesse caso específico o rio), numa relação que, praticamente, ganha *status* jurídico, posto que "para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 23). Isso percebemos quando, por exemplo, um rio sofre esvaziamento de suas significações, para ser apenas uma mercadoria. Aniquila-se o caráter cultural do caminho de águas que percorre a vida de comunidades tradicionais, para as quais o rio é fonte de subsistência e acaba produzindo efeito social como elemento aglutinador de vivências, de formação de povoados e de abrigo para práticas culturais e sociais, porque é em torno dos rios – e isso vemos claramente na Amazônia – que se formam os grupos de sujeitos com

suas vivências próprias, seu modo de se comunicar, de se vestir, de se alimentar. Enfim, esse elemento natural acaba por se tornar um norteador de relações sociais.

Mas essa relação de dominação do sujeito sobre a natureza remove todos esses significados. O rio tem assim suas múltiplas dimensões e interpretações esvaziadas de sentido, transformando-se naquilo que ele não é: uma ferramenta, um dispositivo de circulação de mercadorias, cuja composição biológica – nesse formato de relação mercantilizada – passa a ser o piso de uma esteira sobre a qual se transportam mercadorias que têm a função de produzir outras que simbolizam bem-estar na modernidade para o sujeito; ou passa a ser ainda a fonte de energia para construir essas mercadorias. Trata-se aqui de um exemplo clássico do esclarecimento, que, historicamente, vem aprisionando as relações sociais numa equação matemática, na permanente tentativa de triunfar sobre o mito, caindo em contradição, como mostram Adorno; Horkheimer (1985, p. 23), ao afirmar que "os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento", uma vez que o regime de esclarecimento se converte em doutrina, já que não há um discurso massificado em torno de outra possibilidade de progresso nesta parte da Amazônia, que não seja a remoção do pedral para a consolidação da hidrovia.

Há que se destacar aqui que essa instrumentalização do rio, materializada por uma equação matemática – cujos algarismos são as mercadorias em seus diferentes formatos, funções e estágios de produção, – só faz sentido porque existe um fetiche sobre esse modelo de sociedade esclarecida, afinal como pode uma mercadoria ter valor se não existir sobre ela alguma espécie de encanto? Algum poder estético de atração? O que se pode responder sobre isso é que o encantamento da sociedade moderna, que instrumentaliza a utilização dos componentes naturais, é justamente o desencantamento produzido pelo esclarecimento, cuja missão seria a de emancipar o sujeito da barbárie, mas, segundo Rouanet (1987, p. 206), "acabou por decretar a irracionalidade da emancipação", transformando-se meramente em razão instrumental, encerrando as potencialidades sociais à mera técnica, impotente diante da necessidade de libertar o homem de sua menoridade.

Nesse cenário, de instrumentalização social, o rio precisa ser visto como algo a ser posto em funcionamento para o atendimento das necessidades de consumo, que produzem bem-estar e que negam a escuridão derrotada pelo esclarecimento. Em se tratando do rio Tocantins, na Amazônia brasileira, essa instrumentalização vem sendo pensada, projetada e executada a partir de projetos neodesenvolvimentistas, ligados à extração de commodities, notadamente a soja e o minério. E nesse formato de sociedade

esclarecida, que confere utilização mercadológica tanto ao sujeito quanto aos elementos da natureza, o rio precisa ser colocado em uso tanto para gerar energia elétrica (com represamento para construção de usinas) quanto para servir de esteiras de transporte dessas mercadorias.

Dentro desse contexto, o homem se torna um sujeito genérico, posto que já não existe mais o homem pescador, por exemplo, mas pessoas realizando trabalhos nessa esteira-rio, atuando a serviço de instâncias que dialogam com o mercado, que tem no rio uma de suas ferramentas. Perde-se o sentido de humanidade. A partir disso, o sujeito adentra no campo da alienação individual relativa à sua própria produção, que o leva a se alienar dos outros indivíduos também, já que os homens só se encontram para produzir e cada um em sua categoria de produção. A consciência livre é aprisionada no processo: separam-se os produtos próprios do trabalho, o trabalho do homem, da sua capacidade de ser humano.

O fetiche sobre o rio certamente repousa em considerar que o trabalho humano realizado nessa esteira tem significado objetivo para o desenvolvimento de todos os envolvidos no próprio rio, mas em vez disso o rio passa a ser apenas uma promessa que irá cada vez mais explorar as forças de trabalho daqueles envolvidos na produção das mercadorias que passarão pelo rio e alienará os homens – ribeirinhos, pescadores, mulheres etc. – que estão à margem do rio, fazendo-os crer que este modo de vida é o novo sentido de humanidade. Trata-se da produção de signos que projetam verdades inscritas na pseudo-individualidade do sujeito, na construção de um cenário de "falsa consciência esclarecida", como definiu Sloterdijk apud Eagleton (1997, p.46). Desse modo, o fetiche produz uma sujeição que se vende como emancipação, conforme Adorno e Horkheimer (1985, p. 156):

> Todos são livres para dançar e para se divertir do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

Assim, aprisionado no esquematismo da razão instrumental, o sujeito também aprisiona o rio no mesmo habitáculo social em que está confinado. Ao mesmo tempo em que está reificado, reifica também a natureza, acreditando que a escolha de submeter a natureza ao seu eu, ao invés de submeter-se a ela, tratará um horizonte de prosperidade, de qualidade de vida, mas se trata aí de uma qualidade racionalizada, que nada mais é do que a quantidade de mercadorias que ele pode acumular. Tudo isso em nome de sepultar

o mito e cultuar o Deus-razão, que oferece o seu corpo em sacrifício pelo fim da barbárie pré-iluminista.

A alienação e a fetichização em torno da utilização do rio o reificam a ponto de uma nova nomenclatura ser inserida. Não é mais um rio, agora se chama hidrovia, que passa a ser, na verdade, uma esteira de commodities, abstraindo-se os outros componentes que formam sua paisagem, como a floresta, o rio dos pescadores, biologia, ictiológica etc., tudo mais é turismo, desfigura-se o rio, da mesma forma em que se desfigura o trabalhador, cuja vivência está inscrita nesse território, conforme explica Lucáks (1989, p. 102):

> Esta mercantilização racional transforma até a alma do trabalhador: até as suas propriedades psicológicas são separadas do conjunto de sua personalidade e objetivadas em relação a esta para poderem ser integradas em sistemas racionais especiais e reduzidas ao conceito calculador.

Desse modo, o que se vê é que quanto mais autônoma é a racionalização dos processos de produção, menos autônomo é o sujeito que integra este processo, já que não consegue mais alcançar a totalidade do seu trabalho, da sua função, de modo que fragmenta-se enquanto indivíduo e fica mais distante da sua própria individualidade.

A partir dessa subsunção da natureza e do próprio sujeito ao esclarecimento racionalizado é que, segundo afirmam Adorno e Horkheimer (1985), "o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 43). Trata-se da confirmação de que o homem subjugou a natureza em nome de salvar a ele e a ela própria, como quem aprisiona o canto de um pássaro, condicionando essa melodia, em troca de água e comida, coisas que o animal em seu estado natural sempre foi capaz de conseguir. Adorno e Horkheimer se posicionam ainda mais claramente sobre isso:

> para a civilização, a vida no estado natural puro, a vida animal e vegetativa, constituía o perigo absoluto. Um após outro, os comportamentos mimético, mítico e metafísico foram considerados como eras superadas, de tal sorte que a ideia de recair neles estava associada ao pavor de que o eu revertesse à mera natureza, da qual havia se alienado com esforço indizível e que por isso mesmo infundia nele indizível terror (ADORNO/HORKHEIMER, 1985, p. 156).

É justamente esta civilização esclarecida que vislumbra em cada elemento natural a possibilidade de aferir recursos monetários, para, supostamente gerar progresso aos sujeitos, a partir do impacto sobre esta mesma natureza, porque o acúmulo de bens materiais é uma das dimensões do novo mito da sociedade moderna: o emprego e a renda são agora os elementos estruturantes de um processo de barbárie naturalizada, que só se

consolida de maneira concreta quando alguém toma posse de um bem natural, quando um grupo de pessoas, tendo nas mãos a propriedade dos meios de produção, determina que um curso de águas é um elemento gerador de emprego, de recursos, de impostos; e isso produz sentido para aqueles que carregam em suas mãos apenas a força de trabalho. Nesse momento, as individualidades são subsumidas e a única escolha que realmente importa é dizer quem está contra e quem está a favor do progresso. Há os que receberão o uniforme da fábrica e há os que estarão na sarjeta do rio.

Inconscientemente os sujeitos se encaixam na filiação ideológica pautada na promessa de emprego, elevando-o à condição de mito capaz de fazê-los escapar da pobreza material, mas que irá consumir longos anos de sua vida, pois o funcionamento do emprego vai mostrar – ao longo da história – que o sujeito nada mais é do que uma peça descartável. Escravizado num sistema que ele mesmo ajudou a construir, ele entrega, adiantadamente, sua força de trabalho para, depois de alguns dias, receber um salário que vale menos do que seu valor empregado. É pertinente a reflexão de Adorno e Horkheimer (1985, p. 161):

> Na fábrica o fabricante tem sob os olhos os seus devedores, e controla sua contrapartida antes mesmo de adiantar o dinheiro. O que na realidade se passou, eles só percebem quando veem o que podem comprar em troca [...] Não bastava descobrir no mercado como são poucos os bens que lhe cabem, o vendedor ainda elogia o que eles não podem se permitir. Só a relação do salário com os preços exprime o que é negado aos trabalhadores. Com seus salários eles aceitaram ao mesmo tempo o princípio da expropriação do salário.

O mais frustrante é que contra esse sistema de troca entre força de trabalho e recursos monetários, o sujeito nada pode fazer, a não ser atestar sua incapacidade, por estar na absoluta escuridão que se tornou sua busca pelo esclarecimento. Tornou-se o elo mais frágil dessa cadeia porque foi reduzido à condição de um mero recurso que está a serviço de algo maior, o mercado. Está enredado na antítese de sua tese, sem que o tal esclarecimento tenha lhe propiciado condições de emancipação para produzir uma síntese a partir desta encruzilhada em que se colocou.

Valendo-nos de uma interpretação crítica feita sobre a alegoria dos quadrinhos de Walt Disney, como forma de expressar o que se passa dentro do discurso que é reproduzido por este espiral de contradições no qual está enlaçado o sujeito, pode-se dizer que o trabalhador, neste cenário, está encerrado à figura do Pato Donald, que, conforme Dorfman; Mattelart (1971, p. 101), "representa bastardamente todos os trabalhadores que devem imitar sua submissão", e aí os autores entram no conceito de "fantasmagoria",

cunhado por Marx (1996), que explica o resultado de processos de reificação do sujeito, como é este em torno da aceitação da instrumentalização do rio pelo capital transnacional:

> O pato não é a fantasia, mas a fantasmagoria de que falava Marx: por detrás do "trabalho" de Donald é impossível que aflorem as bases que desdizem a mitologia laboral dos proprietários, isto é, a divisão entre o valor da força de trabalho e o trabalho criador de valores. O trabalho gasto na produção não existe em Donald. Donald, em seu sofrimento e compensação fantasmagóricos, representa o dominado (o mistificado) e paradoxalmente vive sua vida como o dominante (o mistificador). (DORFMAN; MATTELART, 1971, p. 101)

Desse modo, não é pueril afirmar que neste particular, assim como a fantasia é instrumentalizada por Disney para converter a sordidez do trabalho violento em doce aventura infantil, uma espécie de purgatório que vislumbra o paraíso do ócio, o encarceramento do trabalhador que agora está a serviço dos mecanismos que também aprisionaram o rio a um outro formato, é uma estrada tortuosa que vai lhe garantir, em breve futuro, uma grande quantidade de bens materiais que vão advir desse mecanismo de subsunção de sua vivência anterior. Por fim, da mesma forma que, em Disney (DORFMAN; MATTELART, 1971, P. 102), "a inocência encobre a perversidade indigna do sistema e o prêmio providencial reassegura à vítima que não deve questionar nem corroer os fundamentos de sua própria desgraça", no progresso proposto a partir do regime de conversão do rio a uma hidrovia para commodities, o trabalhador é parte – dolorosamente alienado, mas ao mesmo tempo anestesiado – de um sistema de premiação monetária, mas ilusória de um futuro promissor não apenas para ele, mas para a massa da qual faz parte.

2.5 Estado, ideologia e cultura

Antes de propor qualquer análise sobre o que são os grandes empreendimentos, ou megaprojetos, que vêm sendo implantados no sul e sudeste do Pará, ao longo da história desta região, e mais intensamente nas últimas duas décadas por conta do modelo neodesenvolvimentista conduzido pelo Estado brasileiro, como é o caso da hidrovia do Tocantins-Araguaia, que depende da implosão do pedral do Lourenção, é necessário compreender dois aspectos que constituem todo esse processo mercantil: o primeiro é que esses investimentos não estão desconectados do que vem ocorrendo em outras partes do Brasil, na América Latina, e sua relação com a necessidade de bens de consumo em outras partes do mundo, sobretudo da Ásia. O segundo aspecto é que não se trata de mera iniciativa privada, que busca no Estado apenas o respaldo legal que esses projetos necessitam. Pelo contrário, trata-se de uma parceria entre Estado e capital privado, visto

que o Estado funciona como condutor do modo de produção capitalista, dentro de uma relação em que os donos dos meios de produção conseguem eleger os representantes do Estado e, assim, o manuseio do orçamento público.

Esse olhar mais amplo nos é revelado pelo entrelaçamento de políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II)[4], com a Iniciativa para Integração da Infraestrutura para a América do Sul (IIRSA), que são políticas de Estado - a primeira em nível nacional e a segunda em âmbito continental –, que não apenas dialogam com o capital privado, mas que principalmente se configuram como dispositivo para implantação e funcionamento dos megaprojetos, porque, segundo Castro (2012), pavimentam os caminhos percorridos por esses empreendimentos, com logística, sistemas de comunicação e infraestrutura urbana, criando um ambiente propício para a acomodação de um novo modelo de convivência.

Para compreender a atuação do Estado nestas ações neodesenvolvimentistas atuais, que envolvem a instrumentalização do rio, é necessário um esforço epistemológico que possibilite também a compreensão do conceito inicial de Estado, qual sua função na sociedade e como se dá o seu funcionamento.

Para Carnoy (1988, p. 32), "Rousseau considerou a sociedade civil como obra do mais rico e poderoso, formando tal sociedade em função dos seus interesses, não necessariamente no interesse das massas". Ainda conforme expõe Carnoy (1988), dentro de uma sociedade desigual, o detentor de mais bens entendeu ser necessário, para tentar manter o que ele entendia como ordem, controlar as tentativas de usurpá-la e para legitimar a exploração do pobre. Por isso, para Carnoy (1988), foi o dono dos meios de produção que concebeu a sociedade civil tal qual ela é: uma forma de proteger seus interesses. Daí, compreendemos porque há tão pouca consulta às massas quando se trata de pressionar o ambiente natural para gerar condições de fabricação de determinados produtos que atendem ao mercado. Já existe uma geopolítica que direciona investimentos estatais em parceria com o capital transnacional, notadamente na Amazônica, como afirma Castro (2012, p. 59):

> Finalmente, a Amazônia, vista no cenário nacional e internacional, sobretudo, pelo aumento das taxas de desmatamento e pelo acirramento dos conflitos socioterritoriais, localiza-se em uma outra configuração geopolítica. Os olhos

[4] Segundo o site oficial do Ministério do Planejamento, o PAC I foi lançada no ano de 2007 pelo então Presidente Lula e encerrou-se em Dezembro de 2010. O objetivo dos programas é promover ações de infraestrutura social e urbana, para enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras, com investimento em urbanização de favelas e em saneamento ambiental e, ainda, priorizando obras de pavimentação, drenagem e contenção de encostas.

> voltam-se para a Pan-Amazônia, imensa região e a última mais preservada do planeta. Imensa fronteira de recursos, integrada pelas culturas e etnias que milenarmente aí vivem e produzem suas existências, mas agora ameaçadas pelos programas neocoloniais que refazem discursos e prioridades e por estratégias geopolíticas de dominação das fronteiras. O conhecimento e a demonstração desses processos de dominação e dos efeitos que produzem passam a ser prioridade política das sociedades amazônicas e nacionais.

Conforme a mesma autora, essas políticas são efetivadas porque o Estado tem optado por agir de forma tradicional na busca pelo progresso, com o erguimento de grandes obras de infraestrutura, com objetivo de entregar os recursos naturais nas mãos de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, sob o manto de prioridade nacional, enaltecendo os benefícios desse modelo de busca pelo progresso.

Este cenário de disputa em torno do rio faz emergir a obrigatoriedade, do ponto de vista da responsabilidade científica, de dissertar também sobre o que vem a ser cultura, posto que – como temos tentado deixar claro, há uma indústria cultural por trás de todo esse regime de disputa pela posse do Rio Tocantins. Desse modo, ao assumir o compromisso de esquadrinhar o que pode ser considerado cultura, entendemos que é preciso fazê-lo sem cair na armadilha de acomodar esta categoria na clausura de um único pensamento, mas ao mesmo tempo preocupamo-nos em não expandir liquidamente o alcance dos conceitos que a mobilizam. Isso exige a aplicação de uma epistemologia que seja capaz de localizar a cultura como dispositivo estruturante e norteador de determinado grupo social. Assim, o conceito de cultura apresentado por Coll (2002) parece abrigar uma gama de possibilidades de diálogo com as variadas dimensões que constituem tecidos sociais, quando ele define cultura como:

> Conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade, e não apenas as artes, o folclore e as crenças. (COLL, 2002, p. 29 e 30)

Entendemos que o conceito de Coll (2002) sobre cultura possibilita a exposição de um conjunto de práticas culturais que caracterizam o funcionamento da cultura dentro de uma sociedade. Mas há que se fazer um recuo na dimensão externa deste funcionamento para localizar os dispositivos mobilizadores dessas "crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas" de que nos fala Coll (2002). Não se pretende aqui dizer que tudo é cultura, porque se assim fosse, nada seria. Mas é preciso compreender o funcionamento dos conceitos que terminam por caracterizar a categoria cultura, sabendo, no entanto, reconhecer que as modificações que se desenham não nascem do acaso, mas são produtos das diferenças sociais e individuais de consensos e de conflitos.

Afirmamos isso para ampliar possibilidades e produzir um esboço de análise sobre certos comportamentos de determinados grupos culturais. No caso em questão, tratamos das comunidades ribeirinhas, que têm suas vivências mediadas pelo rio Tocantins e também dos empreendimentos neodesenvolvimentistas instalados no espaço geográfico dos ribeirinhos e pescadores. Assim, o rio funcionaria como um elemento externo e natural, que atua como condição material para produções econômicas e culturais, uma vez que o ribeirinho tem uma relação de vida com o rio.

Há, por outro lado, neste cenário uma inquietude movida pelo antagonismo dos grupos sociais que se instalam nos arredores do rio; uma disputa pelo controle desse elemento natural, posto que um grupo atua no sentido de não alterar a estrutura do rio e utiliza-lo para pesca, banhos e viagens em pequenas embarcações, enquanto outro grupo quer alterar a paisagem – eliminando os pedrais – para utilização como canal de escoamento de commodities.

Desse modo, o grupo que detém o maior poder financeiro impõe seu modo de instrumentalizar o Rio Tocantins, pois consegue massificar mais facilmente – quase como uma imposição – o seu modo de lidar com o rio. Mas isso não se dá pela mera imposição do aparelho repressor do Estado. Há um processo de produção de estereótipos do ente antagônico, como forma de legitimar culturalmente sua relação com a natureza ao invés da relação do outro, massificando – por exemplo – a ideia de progresso a partir da abertura de uma hidrovia (como é o caso desse estudo) ou do represamento de determinado trecho do rio para construção de hidrelétricas, sedimentando a ideia de que estes empreendimentos representam o progresso e todos precisam estar filiados a esse pensamento.

Bhabha (1998) explica, ao analisar a construção do discurso de poder que estabelece e valida a dominação e obviamente a superioridade que um grupo social consegue exercer sobre o outro, que isso ocorre na medida em que um grupo expõe o outro como subalterno e atrasado em relação a ele:

> O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização e assim par diante) [...] Portanto, apesar do "jogo" no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um "outro" e ainda assim inteiramente apreensível e visível. Ele lembra uma forma de narrativa pela qual a produtividade e a

> circulação de sujeitos e signos estão agregadas em uma totalidade reformada e reconhecível. (BHABHA, 1998, p. 111)

É justamente por romper com a ideia de fixidez cultural que Bhabha (1998) expõe este mecanismo de dominação cultural, cuja marca tem sido o estereótipo, a negação do hibridismo, a redução ao "nós e eles", como forma de consolidar práticas culturais como se fora esta a única possibilidade de relação entre sujeitos, "um sistema de representação, um regime de verdade, que é estruturalmente similar ao realismo". (BHABHA, 1998, p. 111). Noutras palavras, a produção de um contexto que naturaliza certa ideologia como cultura hegemônica. É isto que vemos na Amazônia hoje, quando o que está em pauta é o modelo de desenvolvimento que deve ser empregado nesta região. Há um certo desprezo em relação às atividades cultuais e econômicas que não dialogam com o neodesenvolvimentismo que está em funcionamento para atender à geopolítica.

Nesse contexto, é necessário ainda transitar por outra categoria que é elemento constituinte nesta relação: a Ideologia. Definida por Eagleton (1997) como um conjunto de crenças alicerçadas na vivência social das comunidades, sem perder na análise a existência de classes dominantes, as concepções ideológicas estão diretamente ligadas às formas de ver o mundo. Diante disso, o autor define Ideologia em seis formulações. A primeira está relacionada ao "processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Tal definição é política e epistemologicamente neutra, e assemelha-se ao significado mais amplo do termo 'cultura'" (EAGLETON, 1997, p. 38). A segunda formulação está ligada à visão que se tem de mundo. "Diz respeito a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo" (EAGLETON, 1997, p. 39).

Já a terceira definição de Eagleton trata da "promoção" e "legitimação" de interesses de determinados grupos sociais em relação aos interesses opostos de outros conjuntos de pessoas. Eagleton (1997, p. 39) explica:

> Os interesses em questão devem ter alguma relevância no sentido de apoiar ou desafiar toda uma forma de vida política. A ideologia pode ser vista aqui como um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo.

Prosseguindo, Eagleton chega à quarta definição, que está diretamente ligada ao terceiro conceito, pois aqui ele observa que a quarta ideia de cultura continua na plataforma da promoção e legitimação de determinados interesses de grupos sociais, mas o seu funcionamento ocorre a partir da classe dominante no sentido de subjugar, pela

servidão voluntaria, os grupos minoritários. “Não se trata apenas da imposição de ideias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados, e assim por diante” (EAGLETON, 1997, p. 39). Já a quinta definição segue como extensão da quarta, pois se trata da mobilização das crenças e das ideias que vão legitimar o grupo dominante, “mediante sobretudo a distorção e a dissimulação” (EAGLETON, 1997, p. 39).

Fechando o ciclo de argumentações sobre Ideologia, Eagleton (1997) aplica como sexto conceito “as crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém, oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo” (p. 40).

A partir da conceituação sobre ideologia e cultura, conforme os autores citados, é coerente pensar que são essas categorias que motivam as ações dos grupos que disputam a utilização do rio. É por meio dessas lentes que cada grupo contempla o rio a seu modo, mas não há um duelo em condições iguais, porque há um grupo que domina os meios de produção, enquanto outro tenta produzir resistências.

3 A MÍDIA COMO PRODUÇÃO IDEOLÓGICA

Nesta seção, buscamos compreender o procedimento midiático em torno da realidade na Amazônia, no que diz respeito às relações de poder que interferem no tratamento dado aos investimentos neodesenvolvimentistas na região. Procuramos observar como a mídia se transforma em mercadoria, assim como o jornalista se coisifica no processo de construção da notícia. Da mesma forma que o leitor dos jornais pesquisados também é colocado na condição de coisa.

A análise começa de forma genérica sobre a estratégia de sedução estética que transforma a notícia, um bem cultural, em um bem mercantil, e depois nossa análise passa pela linha editorial dos dois jornais que são pesquisados: Jornal Opinião e Jornal Correio, encontrando também relações de poder que norteiam a seleção daquilo que é vendido como notícia essencial aos leitores da região.

3.1 A mercantilização da notícia, violência e poder

Numa sociedade em que a razão está a serviço do mercado, cumpre-nos a tarefa de problematizar sobre um componente essencial nesse processo de construção social: a comunicação, mais precisamente – nesse caso – a notícia, a notícia jornalística, por meio da qual o sujeito se torna receptor e portador de informações que têm o condão de massificar uma determinada ideologia. E não se trata de dizer que a comunicação de massa é meramente um canal de transmissão do real. Pelo contrário: trata-se de um dispositivo de construção da própria realidade, a "Ágora" da sociedade moderna. A praça pública onde os gregos, sobretudo os atenienses, debatiam sobre a vida nas cidades e se estendiam até mesmo a questões metafísicas, o jornalismo pode ser visto como uma aplicação secundária da Ágora. Sobre isso escreve Pereira Júnior (2004, p. 1):

> A Praça Pública de que tratamos aqui é o espaço público midiatizado através do qual a televisão, os rádios e os jornais contribuem diariamente para a construção do real... o campo midiático ocupa um espaço central na divulgação dos grandes temas nacionais no campo da economia, da política e da cultura.

Essa construção do real pode ser explicada porque a partir do momento em que a *mass media* (conjunto dos meios de comunicação de massa) não tem condições materiais de alcançar todos os fenômenos sociais que produzem dinâmicas na sociedade, torna-se necessário construir um processo de seleção e classificação do que seria relevante e, por isso, deve ou não ser transformado em notícia. Teoricamente, essa escolha é feita a partir dos fenômenos que fazem sentido para a maioria das pessoas de determinada sociedade. Mas, como tudo que se move na sociedade moderna, a notícia também está condicionada ao mercado, que põe em funcionamento determinados procedimentos capazes de selecionar os acontecimentos, categorizando seu grau de relevância, dentro do que é importante numa sociedade mercantilizada, para só então redistribuir a informação aos grupos sociais que lhes são clientes, como nos diz Costa (2002, p. 147):

> Nesse contexto a ação dos veículos de comunicação corrobora o pensamento dos grupos que possuem os meios de produção simbólica, agindo como instância de controle ideológico permanente e de introjeção de normas, crenças e valores dominantes.

Nisto vemos que, por estar encoberto de um discurso de certeza, o jornalismo, como prática ideológica, tanto inculca mensagens para uma camada social quanto reflete o pensamento de outras, referindo-se à cotidianidade a partir do momento em que define o que é pauta – no sentido de conferir relevância a determinado assunto para um grupo social – e o que não é, redimensionando a compreensão da realidade para caber no universo factual das condições de produção material do jornalista (COSTA, 2002). O que se vê é que essa limitação – falha estrutural da atividade – acaba por se tornar elemento constituinte na construção do real de uma sociedade esclarecida do ponto de vista mercadológico. Tudo isso é regido na busca por uma fatia do mercado, atrelado à ideologia da razão instrumental, pois assim como o sujeito põe a natureza em uso, os meios de comunicação mercantilizam a notícia e seus receptores, pondo-os em uso também. Segundo Costa (2002, p. 130):

> Na produção jornalística as informações também são produzidas para satisfazer todo tipo de aplicação, pois o conjunto de mensagens passa a estar funcionalmente condicionado à temporalidade da circulação dos fatos noticiosos, aos fins da indústria, do mercado.

E assim, atendendo aos interesses do mercado, que confere valor monetário a cada mercadoria de acordo com seu funcionamento na sociedade moderna, o jornalismo também se acomoda nessa forma de vivência esclarecida, que quantifica a vida, mercantiliza os pensamentos, atua na microfísica dos corpos, determinando as direções

que os sujeitos devem tomar, racionalizando os sentimentos, que se materializam em bens de consumo.

Encaixado nessa ciranda que se apresenta como modo de existência de uma sociedade esclarecida, o jornalismo constrói sua metodologia para triunfar como poder articulador dentro da sociedade, criando conceitos que vão lhe conferindo *status* de verdadeiro e elevando seu valor de mercado. É o caso dos elementos identificados como noticiabilidade[5] e valor-notícia[6], os quais são constitutivos no processo de precificação do jornalismo, cuja relevância social e monetária está atrelada ao seu poder de alcance – à audiência que é capaz de atingir –, pois quanto mais assistido, lido e ouvido, mais o jornalismo adquire capacidade de "introjeção de normas, crenças e valores dominantes". (COSTA, 2002, p. 147). Ou seja, o "valor-notícia" e a "noticiabilidade" se constituem em dispositivos capazes de alavancar o crescimento das *mass media*, porque são moldados para produzir capilaridade na disseminação de determinada ideologia.

E, mesmo com um número imenso de ferramentas tecnológicas capazes de promover maior diversidade na disseminação das informações, aumentando a velocidade na obtenção de fontes de informação e, teoricamente, a pluralidade dessas fontes – o que poderia produzir uma fuga da ideologia transmitida pelos grupos que detém os meios de produção –, não se pode dizer que há uma vitória da diversidade da informação. Como mostra Costa (2002, p. 141), é necessário retomar a "contradição proposta por Adorno", que vê no progresso capitalista uma regressão nos ideais humanitários.

O que se vê, então, é que o compromisso da mídia é o compromisso com o mundo das mercadorias, com o diálogo entre os valores de mercado, pois o rio transformado em esteira fordista apenas transporta produtos que vão parar dentro dos lares de todo o mundo, posto que a matéria-prima desses produtos precisa sair de algum lugar e ser transportada de alguma forma para outro lugar, mas isso precisa ser apresentado dentro de um ideal de representação de um conjunto de valores, e é justamente aí que a comunicação de massa revela sua capilaridade, seu poder de envolvimento sobre os atores sociais, como nos mostra Bourdieu (1997, p. 102):

> O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas

[5] Segundo Pereira Júnior (2002, p. 81), a noticiabilidade é o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam a produzem a quantidade e tipos de fatos, através dos quais vão selecionar as notícias.

[6] Conforme Pereira Júnior (2002, p. 81), o valor-notícia é um componente da noticiabilidade, que opera para possibilitar um certa organização no caos circundante, tornando possível a rotinização do trabalho.

> segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes.

Desse modo, o texto do jornal se apresenta também como mercadoria de representação dessa sociedade de consumo, desde o modelo do texto jornalístico, com seus parágrafos curtos e muitas vezes desencadeados – que, em geral, permitem ao leitor apenas uma informação imediata, desprovida da possibilidade de uma análise crítica, como um sorvete após uma sessão de cinema –, até o seu conteúdo, aprisionado na razão técnica do consumo da indústria cultural, num processo de implantação da necessidade de aquisição de produtos tecnológicos, que envelhecem num piscar de olhos e rapidamente precisam ser substituídos, sobrecarregando a natureza em nome de um bem estar efêmero, protegido por um tipo de esclarecimento em que homem e máquina se conectam, um como extensão do outro, e nada pode estar fora desse campo magnético. É isso que revela Horkheimer (2002, p.7):

> Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação das massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem. (HORKHEIMER, 2002, p.7)

Assim, o que se vê nas páginas do jornal, na tela da TV, nas ondas do rádio e da internet são resultados das escolhas práticas do que noticiar. E isso ocorre a partir de uma análise superficial, onde as ferramentas tecnológicas são apenas isso, ferramentas que possibilitam atender com maior eficácia a linha editorial do jornal/empresa, esvaziando as parcas possibilidades de reflexão que produza ranhuras na estrutura dessa sociedade mercantilizada.

3.2 Jornalista: sujeito coisificado na ditadura do *deadline*

A corroboração com o pensamento dominante por parte da atividade jornalística numa sociedade de produção de bens de consumo e de excedente de produção, de que trata Costa (2002), não se limita apenas à divulgação da notícia como parte da técnica que atua na construção do real, mas também é constituinte da própria natureza do trabalho do jornalista, cujas condições materiais de produção estão sujeitas às leis deste mesmo mercado, que aprisiona os profissionais na doutrina do tempo e na dureza das linhas editoriais. Segundo Pereira Júnior (2002), são coisificados os jornalistas e os receptores, assim como a própria ideia de comunicação social:

> Nos estudos realizados observamos que, como Travancas também identificou, determinadas carreiras significam bem mais do que uma atividade de emprego na vida de seus profissionais, gerando um envolvimento que resultará num *estilo de vida* e numa *visão de mundo* específicos. É o caso do jornalista. (PEREIRA JÚNIOR, 2002, p. 79)

Ao citar Breed (1993, p.58-59), Pereira Júnior (2002) se aprofunda nessa coisificação do jornalista, cujo dispositivo prático – que é mobilizado pelo modelo de sociedade capitalista no qual este profissional está inserido – é o *deadline*, que traduzido do Inglês quer dizer "data-limite". Mas essas palavras traduzidas separadamente, ao pé da letra, carregam outro sentido, que talvez seja o que melhor dialoga com a própria natureza dessa atividade: "linha de morte", como bem analisou Pereira Júnior (2002, p. 126): "É uma das formas de racionalizar as rotinas produtivas". E é este ente concreto que determina, em última instância, o funcionamento da atividade jornalística nas empresas de comunicação, porque impele o profissional a buscar informações dentro de um limite temporal que está alheio às reflexões sociais que o assunto merece. Para Pereira Júnior (2002), devido ao fato de a atividade jornalística estar atrelada inicialmente a buscar notícias, o jornalista nem sempre se preocupa em refletir sobre a estrutura social:

> A obsessão com a notícia leva o jornalista, em função dessa busca incessante, a uma distorção involuntária. Um desvio que ele adquire nas práticas profissionais diárias. É o que se pode evidenciar no caos em que se transforma a redação na hora do fechamento, onde a reflexão cede lugar ao imediatismo. (PEREIRA JÚNIOR, 2002, p. 125).

Ou seja, em momentos cruciais no interior da atividade jornalística – como é o caso do fechamento de uma edição de jornal impresso, onde os operários da gráfica aguardam ávidos por receber o material da Redação e transformá-lo em folhas de papel, que serão lançadas nas bancas de revistas e nas casas, repartições públicas e empresas onde se concentram seus assinantes – está, mais uma vez, o reencontro do esclarecimento com a barbárie, possibilitado pelos próprios mecanismos criados para fugir dela, como fruto de uma sociedade sem saída, onde os sujeitos esperam por uma razão redentora, ou, na análise de Adorno e Horkheimer (1985), "uma totalidade que eles próprios constituem e sobre a qual nada podem". Trata-se do triunfo do imediatismo, condição que o próprio esclarecimento buscava contrapor:

> O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se a sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia. Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução. Desse modo, o esclarecimento regride à mitologia da qual jamais soube escapar (ADORNO/HORKHEIMER, 1985, p. 39).

Essa regressão à mitologia é mobilizada porque os mecanismos criados pelo homem para tornar a sociedade esclarecida acabaram atendendo aos donos dos meios de produção, o que em nada contribuiu com o esclarecimento que se buscava; e o campo jornalístico funciona como microcosmo capaz de exemplificar essa teia de relações que ocorrem nas várias dimensões da sociedade.

Como se vê, o jornalismo, cuja função poderia ser de fio condutor das mensagens de uma sociedade esclarecida, se aprisiona em técnicas que atendem ao mercado, às máquinas e não ao sujeito, mercantilizando a natureza, nesse caso específico, dando valor monetário ao rio Tocantins, situando essa instância natural numa plataforma de ferramenta mercadológica; ao mesmo tempo em que o jornalista, desprovido da emancipação – há muito abdicada pelo sujeito moderno –, também se apresenta como produto, posto que o fruto de sua força de trabalho acaba sendo, na verdade, produto da semiformação, "um incentivo à não reflexão". (LOUREIRO, 2006, p. 179), o alicerce para uma estrutura que mantém as relações de dominação vigentes, deixando o jornalista enredado num processo em que a produção simbólica se distancia do interesse da coletividade para atender aos interesses do mercado, por meio da Indústria Cultural, esvaziando possibilidades de emancipação.

Afirmamos, com isso, que a produção de bens simbólicos – que nesse caso são as notícias dos jornais – termina por se transformar em mercadoria, atendendo aos interesses político, mercadológico e econômico e não sociais. Essa conversão da atividade cultural em mercadoria, abandonando o caráter emancipatório, segundo Adorno (2010), dá contornos à constituição do processo de semiformação (*Halbbildung*). "A semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria". (ADORNO, 2010, p. 25). E é, como se vê, a semiformação que enfraquece as possibilidades de superação da dependência econômica. Trata-se, portanto, de um dispositivo que condena a classe dominada a consumir os produtos que carregam na sua essência os valores culturais dominantes. É justamente aí que Loureiro (2003) dialoga com Adorno, ao dizer que "a formação cultural se converte em semiformação". (2003, p. 61), posto que o sujeito-jornalista passa a vender uma mercadoria envolta no fetiche criado pelo mercado, cujos produtos culturais deixam de ter valor de uso e passam a ter valor de troca.

Nas palavras de Matos (2005), não há, por assim dizer, uma ação que seja conscientemente emancipada por parte dos homens, posto que já não é mais "o indivíduo ativo, agente e consciente que toma em suas mãos seu destino". (MATOS, 2005, p. 38). O que se vê agora, fruto da racionalidade instrumentalizada, é o sujeito autônomo

convertido em objeto, encerrado no mesmo *status* da natureza, que ele tanto busca dominar, justamente num processo que o levaria à emancipação. É disso também que trata Horkheimer (2002), quando diz que o ser humano "no processo de sua emancipação, compartilha o resto do seu mundo. A dominação da natureza envolve a dominação do homem. Cada aspecto niilista". (HORKHEIMER, 2002, p. 98). Assim, o sujeito reflete no outro a coisificação que afeta a ele próprio.

É disso também que trata Duarte (2001, p. 36), quando vislumbra um mundo onde tudo é "potencialmente, mercadoria", e aí ele não está se referindo aos bens de consumo, que já são produtos mercantilizados em sua essência, mas ele se refere ao fato de que o sentido de mercadoria pode ser estendido a outras atividades que se vendem como resultado do produto do trabalho humano como instância ideológica que precifica "a saúde, o amor, a vida, a morte". (DUARTE, 2001, p. 36). E, numa conclusão que parece transmitir desespero e desencantamento pelo esclarecimento, Duarte (2001) se rende à violência imposta pelo totalitarismo da razão, ao entender que, "no limite, as próprias pessoas se tornam uma forma de mercadoria". (DUARTE, 2001, p. 36). É o caso do jornalista, que está inscrito entre os profissionais cujas carreiras têm significado mais amplo do que um emprego, tornam-se um estilo de vida.

3.3 A estetização da notícia e o domínio sobre o leitor

Por todos os elementos trabalhados até aqui, fica patente a transformação da notícia jornalística em mercadoria, como tantas outras que circulam na sociedade moderna. O fetiche elaborado sobre cada um desses produtos lhe dá poder de atração, lhe confere *status* de necessidade, produz alienação do saber, somente o que é noticiado pela mídia é que tem o sentido de conhecimento do fato e diz ser a realidade da vida, nessa existência. Pois o mundo foi interpretado pela notícia e é dela o saber, capaz de fazê-lo se movimentar entre os sujeitos, como parte constituinte da própria forma de vivência da sociedade capitalista, porque a mercadoria vem se transformando num desejo. Mas para que isto ocorra é necessário estabelecer um revestimento estético sobre esta mercadoria que dialogue com a sensualidade do consumidor. Não se pode falar em fetiche sem antes falar no seu dispositivo mobilizador: que é a estetização da mercadoria, seja ela em qualquer nível de alienação, perceptual, semântica ou cultural.

A construção dessa estetização é fruto de um processo histórico, percebido mais claramente no final do Século XIX e início do Século XX, períodos marcados pela expansão da indústria e do comércio, que vem conferindo cada vez mais poder à imagem

externa da mercadoria, cujo objetivo principal tem sido o de agradar os sentidos do sujeito, gerando fascínio pela produção artificial das aparências, provocando-lhe excitação pelo desejo de adquirir essa mercadoria. É sobre o formato dessa propriedade externa da mercadoria e seus efeitos sensoriais que trata Marx (1975), ao explicar que:

> A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. (MARX, 1975, p.41)

Ao analisar o caráter externo da mercadoria-notícia como algo capaz de produzir feitiço sobre o consumidor, é necessário estabelecer um vínculo epistemológico não apenas com o conceito de "fetiche" em Marx (1975), que seria o resultado obtido por essa estetização da mercadoria. Mas é fundamental buscar um diálogo sobre o próprio conceito de "estética", a partir de Haug (1997). Ele procura na etimologia da palavra estética, em grego ("aesthesis", que quer dizer percepção, sensação), a explicação para o funcionamento da estetização de um produto, posto que esse produto-notícia precisa dispor de uma externalidade agradável aos sentidos do sujeito, e nisto consiste o valor de uso.

Mas esse feitiço estético, que produz alienação dos sentidos e significados e também congela o pensamento do humano, não se encerra por aí – e nem poderia –, pois a parte mais perseguida pelos donos dos meios de produção – a lucratividade financeira – aparece logo em seguida, que é a produção do valor de troca dessa mercadoria, mobilizado exatamente a partir do valor possibilitado pela sua dimensão externa, que já conquistou o sujeito, provocando-lhe o desejo da compra, da posse e do domínio, como diz Haug (1997, p. 27):

> Nesse contexto, o aspecto sensível torna-se portador de uma função econômica: o sujeito e o objeto da fascinação economicamente funcional. Quem domina a manifestação, domina as pessoas fascinadas mediante os sentidos.

É assim que trabalham as grandes corporações midiáticas mundo afora, exercendo domínio sobre os leitores a partir do fascínio produzido pela espetacularização do real, cujo produto invade os lares do planeta, endereçado a ninguém especificamente, mas ao mesmo tempo a todos. E no jornalismo da região sudeste do Pará, essa dimensão externa da notícia, capaz de conseguir a dominação desse público, também vem sendo construída historicamente, posto que a mídia trabalha temas que dialogam com elementos construtivos da formação social desta região. No caso específico aqui, com o neodesenvolvimentismo – regime político que norteia as vivências de todas as camadas

sociais desta região, cada uma dentro do seu campo de atuação – produzindo o que Marcondes Filho (1986, p.30) caracteriza como "aparência de valor de uso". Ou seja, o jornalismo – falando especificamente desse pedaço da Amazônia oriental – transforma os acontecimentos, explorando sua aparência e isso se dá na escolha das palavras, das imagens, dos sujeitos portadores dos anúncios e da própria regularidade com que determinados fatos e acontecimentos acabam indo parar no noticiário.

A mercadoria vendida pela mídia brinda a sociedade com palavras que já estão dialogando há muito tempo com a sensualidade do sujeito, como "geração de emprego e renda" e "desenvolvimento econômico". São termos sempre vinculados a imagens de bem-estar e de sucesso, que produzem a satisfação da esperança para o desempregado e também para o grande capitalista, cada um dentro do seu horizonte de expectativa, seja um salário mínimo no final do mês, seja a aquisição de um iate com piscina de hidromassagem. Está caracterizado aí o valor de uso da notícia, fruto de uma produção artificializada sobre o real. Assim, o consumidor é levado a dialogar e a se entreter com a embalagem, com a aparência externa de determinados recortes dessa realidade. Mas veremos, a partir de agora, como se produzem esses recortes.

3.4 Campo das tramas das notícias

O historiador Sena (2014) se aprofundou na construção do *ethos* dos dois jornais que são alvo desta pesquisa na seção seguinte, a começar pelo Jornal Correio, que foi fundado em 1983, com o nome de "Correio do Tocantins", cuja circulação nos últimos 15 anos é três vezes por semana. Desde sua primeira edição, o jornal preenche seus principais espaços com notícias policiais e de economia voltada para os chamados grandes empreendimentos. Para Sena (2014), o editorial que marcou o início da atividade do jornal tem mais a dizer, quando se coloca como uma mídia "sem tendência política e partidária" e cujo compromisso é com a "informação verdadeira", séria, interessante e "imparcial", como demonstra Sena (2014, p.88):

> Mais que apontar o seu objetivo (e como estratégia de alcançá-lo) o jornal estava buscando legitimar-se enquanto espaço democrático, a serviço da informação 'verdadeira, séria, interessante e imparcial' e que, portanto, estaria acima das diferenças de classe, políticas ou partidárias. Seu único papel seria o de informar. Ao longo de suas publicações o jornal busca constantemente essa legitimação do seu dizer. (grifo do autor)

Como se vê, na avaliação de Sena (2014), o jornal trabalha com manifesto interesse de conferir *status* de verdadeiro para si, imparcial, ao seu noticiário, replicando essa imagem nas consciências individuais do seu receptor, até se consolidar assim no

inconsciente coletivo da massa, legitimando-se enquanto portador de informações de interesse comum, supostamente desconectadas das filiações ideológicas que constituem sua linha editorial.

Por outro lado, o jornal Opinião, fundado em 1995, se anuncia crítico, mas responsável, dando espaço a todas as correntes de opinião da sociedade, sem omitir seu papel na construção de uma "sociedade mais justa e democrática". O enunciado parece mais palatável, ao empregar um compromisso com certa pluralidade, mas sempre deixando claro que haverá posicionamentos próprios, sem, no entanto, se aprofundar na linha editorial dos conteúdos, explica Sena (2014, p. 90):

> Apesar dessa postura, afirma o editorial, ele não abriria mão de um posicionamento crítico, justo e centrado na verdade. Assim, à medida que afirma o seu respeito às diferentes opiniões na sociedade, o jornal Opinião busca posicionar-se acima das diferenças de classe, ideologias e opiniões, ressaltando que o seu compromisso é com a verdade.

Para além desse elaborado discurso de apresentação, é preciso compreender que os dois jornais estão ligados diretamente a grupos políticos e econômicos, que dialogam com a classe hegemônica regional, funcionando como "instâncias de controle ideológico". (COSTA, 2002, p. 147). Verificamos que em todas essas décadas os jornais sempre dialogaram com o poder público e o grande empresariado regional, numa relação comercial difusa, porque, além dos anúncios contidos nas páginas dos jornais, as notícias e o destaque dado a elas, em grande mídia, foram pautadas a partir do pensamento de quem sempre deteve os meios de produção, como discorreremos na seção analítica (nº 4).

Assim, são as ações neodesenvolvimentistas e político-partidárias que tomam corpo e são redistribuídas à sociedade local com *status* de verdade. Trata-se da divulgação da instrumentalização dos recursos naturais que ganha espaço como único modo de vida possível dentro da modernidade amazônica. E possivelmente seja esta relação de dominação sobre a natureza a "verdade" inscrita nos editoriais de abertura dos impressos. Os efeitos colaterais desses empreendimentos – a autoderrota do triunfo do esclarecimento – têm sido tratados de forma pontual e caricaturada, nas páginas policiais. São discursos, em geral, interditados, silenciados e que não são relacionados aos "mega" empreendimentos econômicos instalados na região, como se a desumanização das relações humanas não fosse fruto do mesmo desenvolvimento tratado como dispositivo para o fim da barbárie.

No caso específico do sul e sudeste paraense, essa fronteira de commodities, que vem sendo pressionada desde o regime militar (período em que o Brasil foi governado

por militares, iniciado em abril de 1964 até 1985), a mídia vem trabalhando de forma a manter esse *status quo*. No máximo, nesses anos todos, o que há são pequenos pontos de discordância, mas estruturalmente os jornais vêm amparando esse controle ideológico – como será mostrado a partir da seção 4.

3.5 Um pequeno mapa epistemológico

Como a proposta desta pesquisa tem relação com os jornais impressos de Marabá, enfatiza-se o projeto neoneodesenvolvimentista do derrocamento do Pedral do Lourenção para abertura completa da Hidrovia Tocantins Araguaia. O objeto empírico desta pesquisa são as notícias veiculadas pelos dois jornais locais – Correio e Opinião – que viram mercadorias e têm noticiado a respeito deste assunto no período de 2012 a 2014. Portanto, nossa questão dar-se pela seguinte formulação: Qual a relação da mercantilização da notícia com a instrumentalização do Rio Tocantins? Mas, para tanto, objetivamos compreender também como a notícia se transforma em mercadoria e como funciona essa instrumentalização do rio.

Ao nos debruçarmos sobre os arquivos da Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)[7], percebemos que o tema ganha massificação entre abril de 2012 no Jornal Opinião e de agosto de 2012 no Jornal Correio. A partir deste período, até setembro de 2014, foi possível catalogar 50 notícias desses jornais em torno do assunto, entre reportagens extensas, notícias factuais e notas de colunistas. Do Jornal Correio, foram contabilizadas 21 notícias, enquanto no Jornal Opinião foram 29. De 2015 até junho de 2018, as notícias ficaram mais escassas, de modo que a pesquisa se atém aos anos de 2012, 2013 e 2014, por entender que esse montante de edições pesquisadas e catalogadas se constitui em material empírico suficiente para uma análise.

Ao analisar os jornais, o anteparo que está mediando a relação sujeito e objeto é a Teoria Crítica, mas utilizando também dados referentes às dinâmicas sociais, territoriais, políticas, culturais e estéticas, devido ao caráter interdisciplinar desta pesquisa. O tratamento dado às unidades analíticas é pautado na tentativa de compreender o

[7] A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM), conforme o site oficial da instituição, http://www.casadaculturademaraba.org, vem se dedicando ao longo de sua história a preservar a memória regional. A ideia surgiu em 1982 com o Grupo Ecológico de Marabá (GEMA). Hoje o acervo da Fundação Casa da Cultura de Marabá conta com mais de 15 mil registros que fazem do mesmo um dos maiores da região Amazônica. A importância da entidade se materializa ainda no arquivo fotográfico, na biblioteca e departamentos de Botânica, Arqueologia, Espeleologia, Etnologia, Geologia, Zoologia, Pinacoteca e Escola de Música.

movimento que transforma a notícia em mercadoria (produzida, comercializada e consumida).

Buscamos identificar a existência de uma estetização da sociedade, mencionada por Lipovetsky e Serroy (2015, p. 315) como transestética, a qual "trabalha para estetizar todos os elementos que compõem a vida cotidiana: objetos, mídia, cultura, [...]". Sendo a notícia jornalística a estratégia de sedução estética como dispositivo mobilizador desse processo manifesto a partir do consumidor estetizado de informações e de in-diferenciação dos sujeitos, da violência que transforma o ribeirinho, o agricultor, o indígena em recurso humano homogeneizado, sem rosto e sem história, disponível e colocado em uso para atuar na maquinaria neodesenvolvimentista em que se transformam os componentes naturais da terra. Nesse caso específico, o Rio Tocantins passa a ser o imaginário e o rio a ser o consumido, depois do advento da modernidade, como mostra Matos (2005, p.63):

> A mídia realiza uma 'caça à polissemia' pela demagogia da facilidade – fundamento da legitimidade desse sistema de comunicação. Adorno critica a indústria cultural não por ser democrática, mas por não o ser. A mídia transmite uma cultura gramatical desortográfica, de tal forma que a educação retorna à condição do segredo, conhecimento de uma elite: a luta contra a cultura de massa só pode ser levada adiante se mostrada a conexão entre a cultura massificada e a persistência da injustiça social.

Também há que se considerar o papel do fetiche em torno do anúncio que vem sendo feito sobre o derrocamento do Pedral do Lourenção para consolidação da Hidrovia Tocantins-Araguaia. Esse fetiche vai se formando a partir das páginas dos jornais como um grande espetáculo midiático, cujo objetivo é criar imaginários através das notícias e influir na despolitização das relações sociais e produzir uma visão de mundo pautada na estetização da percepção e da sensibilidade paisagística do rio como progresso inferido pelo imediatismo das conquistas modernas. É o fetiche conectado à instrumentalização do rio como porta de entrada para a aquisição de produtos tecnológicos que se tornaram itens de primeira necessidade nesta sociedade supostamente esclarecida. E, assim, as relações e os sujeitos são capturados pelo fetichismo e entregam sua autonomia à ordem hegemônica de um poder simbólico que se institui representante da civilização na Amazônia.

Vê-se na instrumentalização da natureza o caminho para libertar a sociedade da barbárie, por meio da ilusão da geração de empregos e de renda. Supomos encontrar na subliminaridade do noticiário jornalístico uma perseguição – por assim dizer – a qualquer modo de vivência que não esteja enredado no modelo de impacto sobre a natureza para

essa propalada geração de emprego e renda. É disso que a Teoria Crítica se ocupa, pois aquece a reflexão dizendo que

> a falta de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração. Transferem-se grupos étnicos para outras latitudes, enviam-se indivíduos rotulados de judeus para as câmaras de gás. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 188).

Não se trata aqui necessariamente de judeus, mas o simbolismo que neste excerto tem como importância de mostrar o mercantilismo, traduzido pelo grupo étnico como metáfora com o processo dos usuários dos jornais. Ou seja, o esforço metodológico tem se dado no sentido de localizar o funcionamento dessas categorias nas páginas dos jornais que tratam deste empreendimento neodesenvolvimentista, apontado por esta mídia como sinônimo de progresso, uma replicação do pensamento dos donos dos meios de produção.

4 ESQUADRINHANDO O ENUNCIADO JORNALÍSTICO

Nesta seção, expomos as unidades analíticas, que são materializadas no conteúdo jornalístico, por meio das quais buscamos mobilizar conceitos da Teoria Crítica que sustentem o debate em torno do nosso problema, que é encontrar a relação da mercantilização da notícia com a instrumentalização do Rio Tocantins no tocante ao anúncio do derrocamento do Pedral.

É esquadrinhando o noticiário jornalístico que encontramos a tese do progresso sobre a barbárie, que entra em funcionamento a partir do anúncio da instrumentalização do rio a serviço do mercado para gerar bem-estar. Mas localizamos também sua antítese, que é justamente outro tipo de barbárie produzido pelo mesmo enunciado, na medida em que transforma o próprio espaço funcional do rio em mercadoria, assim como coisifica as relações sociais que circulam em torno dessa instrumentalização do ambiente natural, essa mutilação da natureza, que passa a ser instrumento servível ao mercado.

Antes de ingressar, de fato, na análise do material selecionado, na tentativa de encontrar respostas para nossa problemática, supomos que todo o aparato tecnológico que dá suporte à atividade jornalística carrega consigo o timbre dos grupos político-econômicos que possuem o controle dos meios de produção. Sem esse investimento financeiro, dificilmente os jornais teriam condições de manter suas atividades como a mesma agilidade e abrangendo a mesma dimensão que hoje conseguem abarcar. É justamente essa relação que retira do jornalismo aquilo que deveria ser elemento constituinte de sua essência, a autonomia, como argumenta Horkheimer (2002, p.7),

> Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação das massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução.

O que se vê é que esse avanço dos recursos técnicos por meio dos quais se concretizam os mecanismos de informação vem acompanhado de um modo de vivência

e trabalho que atua para desumanizar o próprio homem. É o que constata Horkheimer (2002, p.7): "O progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem". Este procedimento posto em funcionamento numa região pautada pelo neodesenvolvimentismo produz um modelo de jornal e de jornalista que só é capaz de enxergar o mundo a sua volta como objetos que devem ser postos em uso para alcançar um bem-estar efêmero construído a partir da aquisição de bens materiais igualmente efemerizados pela Indústria Cultural. Ou seja, nesse movimento, é preciso instrumentalizar a utilização da natureza, e até mesmo a nomenclatura é transportada para um patamar de racionalidade instrumentalizada, sendo tratada como "recursos naturais", seguindo a mesma lógica dos "recursos humanos", "recursos financeiros", "recursos tecnológicos" etc. Trata-se de uma estetização da vida, que objetifica a própria vida e faz violência a ela mesma.

Diante desse quadro, a cobertura imparcial de temas relevantes que está anunciada no texto de apresentação dos jornais e que é aliada de sua marca diante do imaginário popular, acaba se revelando, segundo Karam (1997), como uma ferramenta de anúncio de suas próprias concepções ou as da empresa.

4.1 Tudo se transforma em mercadoria

A informação, que deveria se apresentar como um dispositivo capaz de mobilizar a humanização social termina por se tornar uma mercadoria, porque, segundo Karan (1997, p.53), foram deslocados os sentidos da "preocupação com a questão ética" e o "direito social à informação". Esses conceitos funcionam a partir da plataforma em que estão posicionados os donos dos meios de produção, os que detêm o pensamento hegemônico que pauta a própria vivência da sociedade moderna. Eles vendem o produto que todos querem comprar, justamente porque todos foram ensinados a querer comprar. Trata-se da notícia transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais. Marcondes Filho (2003, p.71) explica como ocorre esse procedimento no interior da atividade jornalística: "Para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo".

Esta mercadoria é vazia de criticidade científica, um enlatado que se apresenta como algo a ser consumido como uma necessidade urgente e global, cujos produtos são subcategorizados, como se buscassem atender ao gosto de uma diversidade de consumidores, porém o que se oferece nesse cardápio é sempre mais do mesmo. Os

jornais escancaram a manchete da hidrovia ao lado de uma notícia de violência física, ou vice-versa, dando a entender que um caso seja causa e – ao mesmo tempo – solução do outro. Na subliminaridade da notícia, vítima e acusado de atos violentos são sujeitos que não dialogam com o neodesenvolvimentismo presente na matéria ao lado; nas páginas policiais estão os segregados pela barbárie do mito, enquanto as páginas de economia premiam o triunfo da razão instrumental, que não passa de uma camada sobre outro tipo de violência, que a notícia, enquanto mercadoria, faz questão de esconder, como nos diz Marcondes Filho (1993):

> O que se vê é uma série de subprodutos do jornalismo em que o banal, o supérfluo, o vazio ocupa o espaço de uma suposta densidade desaparecida das páginas dos jornais. O jornalismo zomba de seus críticos. (MARCONDES FILHO, 1993, p. 107)

E assim, as notícias que são despejadas para os leitores chegam como se fossem "a notícia", a coisa relevante da qual se precisa ter conhecimento; o que há de importante naquele determinado dia para ser lido, assistido, ouvido. É o que Costa (2002, p.130) chama de "um dos equívocos da produção jornalística: pressupor a evidência da verdade e da exposição da totalidade dos fatos". Assim, o leitor do jornal é levado a crer que os fatos não descritos em cada edição fazem parte de um conjunto de informações de menor relevância, do contrário estariam no noticiário.

Nesse viés, trazemos entre as unidades analíticas desta pesquisa um recorte do Jornal Opinião datado de 19 a 21 de janeiro de 2013 (anexo I). A manchete do periódico crava "Autoridades vão cobrar derrocamento do pedral". Logo em seguida, a retranca da manchete (pequeno enunciado posicionado logo abaixo da manchete) abria a crítica a um poder mais universal: "Sociedade quer resposta quanto às obras no Pedral do Lourenção". O protesto das tais autoridades e da tal sociedade está alicerçado no fato de que os recursos para implodir o pedral estavam previstos no Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), o que nos remete ao que já foi proposto no início desta pesquisa, que é a conexão dos empreendimentos neodesenvolvimentistas em território nacional com os empreendimentos em funcionamento noutras parte do mundo, bancados com capital financeiro do Estado e não meramente da iniciativa privado, como ingenuamente se propunha numa sociedade capitalista.

O assunto principal do jornal vem nesta edição corroborado por uma matéria auxiliar, cujo tema é "Hidrovia é importante para a economia". Trata-se aqui dos mesmos mecanismos mobilizados pelo regime militar. Isso se confirma ainda mais quando, três

anos depois dessa notícia, arma-se um palco para oficializar as obras de derrocagem do pedral, na cidade de Itupiranga, com os dizeres "Pedral do Lourenço – Itupiranga: parte de um grande Projeto de Integração Nacional" (anexo II). O enunciado remete à mesma justificativa utilizada durante o regime militar no Plano de Integração Nacional (PIN), tocado pelo Exército, lançado a 16 de julho de 1970 (há quase cinco décadas), em que um dos lemas era "integrar para não entregar". Passados 40 anos, a frase reaparece com o mesmo sentido, o que revela a descontinuidade da história e um regime de práticas que busca certa unidade, a formação de uma massa, mas que na verdade já estava cindida, como observa Picoli (2006, p. 8):

> As classes sociais envolvidas na nova dinâmica da ocupação do território amazônico configuram-se em duas: uma representada por grupos econômicos que ali vão expandir seus negócios para reproduzir capitais; a outra formada por marginalizados e despossuídos no processo histórico com sucessivas migrações ao longo de suas gerações, que fazem parte do exército industrial de reserva do país.

Mas, para o êxito desse procedimento, tem sido necessário a produção de um enunciado que manifeste homogeneidade em torno de um ideal de esclarecimento, abandonando – até de forma sub-reptícia – modelos de contato anteriores com o ambiente natural, naturalizando a concentração de sujeitos em determinados extratos sociais que robustecem o baldrame que sustenta a base da pirâmide, subalternizados, mas necessários à acumulação de capital, que, segundo Hèbette (1983), precisa estar acompanhada da mobilização dessa força de trabalho a ela subordinada:

> Nessa mobilização inscrevem-se os movimentos migratórios, que só aparentemente são movimentos espontâneos. Na verdade são movimentos provocados pelo deslocamento do capital da agricultura e do campo para a indústria e a cidade (...) é a criação do trabalho coletivo para o capital, de uma força de trabalho disponível, maleável e barata a serviço do capital, o que implica, necessariamente, a existência de um excedente populacional. A função do excedente é de garantir a maleabilidade, a mobilidade, a subordinação da força de trabalho empregada pelo capital (HÈBETTE, 1983, p. 357).

Para que se produza essa força de trabalho ociosa, os meios de comunicação, embora proponham uma unidade em torno de um ideal, não escondem as individualidades superficiais dos grupos que compõem essa massa. Para nós, esta mediação comunica o estímulo pela participação de uma sociedade evoluída, quando coloca "autoridades" e a "sociedade" sobre a mesma plataforma fazendo as mesmas reivindicações, mas afastando do noticiário a parte que caberá a cada um no caso da concretização de determinado empreendimento, como é o caso da consolidação da Hidrovia do Tocantins-Araguaia.

Assim, dentro de um processo de mercantilização da vida, pode-se colocar a mídia, ou mais exatamente a Indústria Cultural como Norte que induz comportamentos, atuando na psiquê do indivíduo, desde o mais pueril aspecto até aquele que mais se externaliza, como observa Barbero (1997, p. 58):

> Nem a família, nem a escola—velhos redutos da ideologia—são já o espaço chave da socialização, "os mentores da nova conduta são os filmes, a televisão, a publicidade", que começam transformando os modos de vestir e terminam provocando uma "metamorfose dos aspectos morais mais profundos". (grifos do autor).

Esse povoamento de informações que formam a cotidianidade do sujeito é capaz de fazê-lo se integrar ao ideário do dono do meio de produção, porque ele já está investido esteticamente desse fetiche que existe sobre produção e consumo, de modo que seu comportamento se encaixa nessa forma de vivência.

Outro exemplar de jornal examinado, data do dia 28 de fevereiro a 1º de março de 2013 (Jornal Correio do Tocantins – anexo III), cuja retranca de uma matéria destaca "Vereadores querem fechar ferrovia para forçar Vale e governo federal a definirem pela hidrovia". É importante destacar no enunciado não apenas o protesto prometido por representantes do povo na Casa Legislativa Municipal, mas principalmente – embora apareça de forma secundária – o alvo dos protestos, que seriam justamente uma mineradora e o Estado. Um olhar mais crítico sobre essa chamada revela que, no capitalismo, ao contrário da ideia que passeia pelo inconsciente coletivo, o Estado não é um mero espectador, mas sim um condutor desse modo de produção, como explica Habermas (1984, p. 208):

> À medida que o setor público se imbrica com o setor privado, esse modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera repolitizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público ou do privado.

Existe aí, segundo Habermas (1984), um imbricamento que dilui o que seria responsabilidade da esfera pública e da esfera privada, posto que no modo de produção capitalista, em vários momentos, não há contornos que delimitem as atribuições. O diálogo entre o enunciado jornalístico e a descrição do que seria o Estado e seu funcionamento, conforme Carnoy (1988), fica estabelecido quando um grupo de representantes do Poder Legislativo – falando em nome de todo o povo, mas movido por um interesse obviamente mercantil – se propõe a buscar métodos que estariam em dissonância com o chamado Estado Democrático de Direito. A busca dessa contradição é justamente publicizar a vontade de toda uma população, embora esta mesma população

não funcione como um bloco homogêneo e tampouco um percentual razoável dessa população tenha recebido por parte do próprio jornal a informação necessária para decidir sobre que tipo de "progresso" melhor dialogaria com as condições culturais, sociais e geográficas, ao invés de se submeter a uma padronização estética da vida.

Citando Matta (1981), Pereira Júnior (2002) fala sobre a filiação ideológica que impulsiona a linha editorial dos jornais:

> Os meios de comunicação estão incorporados à lógica econômica de maximização dos mecanismos de mercado, deixando de contemplar as conveniências culturais do conjunto da sociedade para limitar-se a satisfazer os interesses imediatos das entidades ligadas ao negócio da informação. E o setor especializado na produção de informações responde a estes interesses imediatos antes que suas responsabilidades frente à sociedade. (PEREIRA JÚNIOR, 2002, p. 65 e 66)

O que vislumbra Pereira Júnior é o fenômeno já pesquisado no início do capitalismo tardio por Adorno e Horkheimer (1985), ao se debruçarem sobre a dinâmica promovida pela mercantilização das relações sociais, que se apresentava com o condão de remover a barbárie como componente formativo da sociedade, mas acabou por produzir uma instrumentalização das relações sociais, dentro de uma disputa de poder num embate desigual. Isso aconteceu porque esse estágio tardio do capitalismo tem entre suas características principais uma expansão da capacidade de produção baseada no desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que se notabiliza pela precarização do emprego e desvalorização do trabalhador enquanto sujeito autônomo. E isso, obviamente, interfere na atmosfera de praticamente todas as atividades humanas, de modo que o jornalismo não poderia ficar afastado disso:

> A livre troca passa a ser aumento da desigualdade social; a economia livre transforma-se em monopólio; o trabalho produtivo, nas condições que sufocam a produção; a reprodução da vida social, na pauperização de nações inteiras. Assim, a crítica à razão torna-se a exigência revolucionária para o advento de uma sociedade racional, porque o mundo do homem, até hoje, não é o 'mundo humano', mas o 'mundo do capital'. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985. p. 9, grifo do autor).

Essa amplitude devoradora do mercado e suas leis em todas as esferas da sociedade moderna é justamente o que Bourdieu, (1997, p. 81) classifica como "heteronomia", que, segundo o autor, se caracteriza pela inserção das leis da economia e do comércio impregnadas num determinado campo, neste caso o campo da comunicação. Há que se destacar que esse procedimento conduz de forma coercitiva o pensamento consciente e crítico para um lugar onde a única estrada possível é a do conformismo, atuando na subsunção da individualidade, porque já existe um grupo de sujeitos que é

capaz de pensar pelo sujeito individual, estabelecendo um regime de convivência que faz desse mundo não mais o mundo do humano, mas sim do capital, justamente porque a natureza está a serviço deste capital.

Na edição do Jornal Correio do Tocantins, datada de 29 e 31 de maio de 2014 (anexo IV), aparece uma voz dissonante daquela que emana do mercado, surge um ponto fora da curva. Uma pequena matéria na parte inferior da página que trata sobre o derrocamento apresenta o seguinte título: "Itupiranga pode ser prejudicada com a derrocagem do pedral". Nesse informativo jornalístico de fim de página, o presidente da Câmara Municipal de Itupiranga, Elias Lopes da Cruz, alerta para outras possibilidades de instrumentalização do rio, que seriam o turismo e também a pesca, posto que, segundo ele, as praias, os lagos e lagoas existentes no município são produto do pedral do Lourenção e com a derrocagem do conjunto de rochas, tudo isso deixaria de existir.

Há uma romantização do que seria o turismo mobilizado pelos bancos de areia (chamados de praia no sul e sudeste do Pará), que atraem banhistas de várias regiões, assim como existe romantização maior ainda do pescador, daquele que vive e sobrevive a partir do que a natureza pode lhe dar, porque não se trata de grandes conglomerados pesqueiros, mas de famílias organizadas associativamente em pequenas colônias. Não há que se negar que esse tipo de utilização do rio também o coloca como instrumento, mas é impossível não ver também que existe um diálogo, uma relação de certa igualdade entre homem e natureza. Há que se dizer com isso que esta seria a forma certa de se colocar o rio em funcionamento? Não. E nem é este o intento. O que se vê é que a fala do presidente externa uma possibilidade de emancipação, o que é negado pelas políticas neodesenvolvimentistas, em que as máquinas precisam tomar conta das relações sociais dos sujeitos com a natureza. Há pontos de fuga que divergem da ideia de que os ribeirinhos, os chamados povos da floresta, estão estagnados, apenas contemplando a natureza. Pelo contrário, estão em movimento, em ação, em diálogo com a oferta que lhes é dada todos os dias pelo ambiente natural. Não há uma fixidez como tenta fazer crer o discurso midiático. Neste sentido, Bhabha (1998) descreve a barbárie do estereótipo do sujeito imutável como dispositivo de circulação da ideia hegemônica sobre progresso:

> Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de "fixidez" na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre "no lugar", já conhecido, e algo

> que deve ser ansiosamente repetido [...]. (BHABHA, 1998, p. 105, grifo do autor).

Trazendo esse pensamento para a realidade amazônica, os procedimentos colonialistas que hoje operam a partir dos chamados grandes empreendimentos mantêm essa dependência de fixidez estereotipada do sujeito amazônida, para lhe conferir caráter de atraso e necessidade de domínio sobre ele a partir de novas práticas econômicas e sociais. Há que se entrar no enunciado produzido pelo jornal, a partir da fala do vereador, para entender que o turismo nas praias de água doce e a pesca não são atividades estáticas, de mera contemplação da natureza, mas sim o fruto de uma comunicação do sujeito com possibilidades que - pelo menos em primeiro plano e não de forma consciente - não são aquelas encomendadas pela Indústria Cultura através da mercadoria-notícia.

Outra avaliação sobre a pequena matéria que questiona os benefícios do derrocamento da dragagem do Pedral do Lourenção diz respeito ao procedimento estético de localização deste enunciado na página do jornal. Há de se questionar por que essa notícia intitulada "Itupiranga pode ser prejudicada com a derrocagem do pedral" não é a manchete principal da página. Ao invés de ser uma pequena contraposição que tem o interesse mais de mostrar certa pluralidade jornalística, poderia buscar um aprofundamento sobre os argumentos levantados no texto. Isso ocorre porque os jornais brasileiros foram, historicamente, sendo transformados em grandes empreendimentos, integrando-se a grandes grupos de comunicação, conforme analisa Pereira Júnior (2003, p. 45):

> As grandes transformações que aconteceram no país, desde os fins do século – o fim do escravismo e o advento da República principalmente –, corresponderam ao avanço das relações capitalistas no Brasil e, como consequência, o avanço progressivo da burguesia. É dentro desse contexto que se situa a passagem da imprensa artesanal à imprensa industrial, da pequena à grande imprensa.

Segundo o autor (2003) as empresas jornalísticas foram crescendo financeiramente, como mais um componente da história do desenvolvimento capitalista, segundo relata Sodré (1983), de modo que não há como desviar o percurso do jornalismo brasileiro do percurso do capitalismo e do neodesenvolvimentismo no país.

Assim, o que se tem a analisar a respeito do posicionamento da matéria na página do jornal é que se trata da manutenção de um discurso hegemônico que não chega a ser confrontado por um enunciado que aparentemente o enfrenta. Pelo contrário, a matéria acoplada como um apêndice do conteúdo apenas deixa claro qual a filiação ideológica

que está em circulação, seja no interior das relações institucionais quanto nas relações entre os sujeitos.

4.2 Sobre a reificação: quando tudo é coisa

A partir do conceito da alienação já se pode extrair a gênese para desenvolver o que vem a ser o fetichismo e por fim a reificação, que é a transformação das relações sociais, dentro de um ambiente mercantil, em relação entre coisas. Isso se dá, inclusive, pelo fracionamento das etapas da produção de mercadorias, que acabam por produzir um reflexo de fracionamento sobre o indivíduo, "de um lado, na progressiva fragmentação do indivíduo e, de outro, na sua atitude contemplativa frente ao trabalho" (RESENDE, 2009, p. 117). Isso implica dizer que o próprio sujeito se converte em mercadoria nas relações reificadas.

Essa coisificação se dá – também – pela insensibilidade das relações sociais, cujos procedimentos encobrem, mas revelam seu caráter desumanizado. Vemos esse fenômeno em movimento ao analisar a edição do Jornal Opinião no período de 24 a 26 de março de 2012 (anexo V), onde está estampada a seguinte manchete: "Governo federal confirma hidrovia". O primeiro parágrafo da matéria crava uma declaração de alívio pela vitória dentro de uma determinada batalha:

> O anúncio da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de que o governo federal vai fazer a Hidrovia Tocantins Araguaia, representa a vitória de uma batalha dentro de uma verdadeira guerra para o desenvolvimento econômico de Marabá, que tem como carro-chefe a implantação da Aços Laminados do Pará (ALPA). Pelo menos é assim que pensa o presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM), Ítalo Ipojucan. (Jornal Opinião, Marabá (PA), 24 a 26 de março de 2012)

Há que se perguntar qual seria o inimigo a ser derrotado nesta guerra. A única resposta possível seria a barbárie, vencida por aqueles que anunciam o progresso. Mas na prática como seria essa luta contra o atraso? É justamente aí que surge a "sementeira da nova barbárie" (ADORNO/HORKHEIMER, 1985, 42), uma vez que o inimigo que está sendo mutilado é a própria natureza. A autorização para a destruição do pedral é em última instância essa vitória comemorada no jornal.

Hoje, sabe-se muito bem que a ALPA não será implantada em Marabá, mas outra indústria ainda poderá ser instalada na região, a Cevital[8], que pretendia, em 2016, investir

[8] De acordo com o "Les 500 premières entreprises africaines". Paris (edição especial nº 40). 2015, a Cevital é o maior conglomerado privado da Argélia, com interesses no setor agroalimentar, varejo, indústria e serviços, criado pela Issad Rebrab. A sede da empresa fica em Béjaïa, na Argélia. Cevital é um membro fundador do projeto que deu origem à corporação.

R$ 4,5 bilhões numa siderúrgica em Marabá, desde que exista um canal de escoamento de produção (http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/releases/2016/11/grupo-argelino-pretende-investir-r-4-5-bi-em-siderurgica-no-para). Desse modo, o anúncio do governo de que a hidrovia será consolidada é o pré-requisito para a tal vitória da pretensa guerra anunciada pelo representante da Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM). Mas, afinal, o que há de vitorioso? Ou por que se vale o jornal do fetiche dessa vitória? Estaríamos ainda em guerra perpétua contra a barbárie? Sim, estaríamos, mas utilizando os mecanismos que servem para mantê-la, muito mais do que para vencê-la, como descreve Costa (2002, p. 141), mesmo reconhecendo um leque maior de informações midiáticas:

> Na mesma perspectiva que a expansão da técnica não eliminou a fome, o analfabetismo, os campos de concentração, constata-se uma incapacidade da indústria cultural em possibilitar a existência de uma sociedade mais esclarecida, apesar do pluralismo de informações, fontes e meios técnicos de processamento, armazenamento, difusão e captação de mensagens.

A serviço de quem então está a técnica, o avanço científico? Ou para quem servem os grandes inventos advindos da pressão sobre o solo, sobre as águas e sobre as florestas? A resposta que Costa (2002) nos apresenta, tratando especificamente dos meios de comunicação, é que seu direcionamento está a serviço do mercado, justamente porque as relações estão fragmentadas, desumanizadas e reduzidas a coisas. Portanto, se existe uma vitória, é a vitória da maquinaria, das relações comerciais e empresariais, da criação de ambientes de negócio em praticamente todas as esferas da vida e isto está negritado nas manchetes de jornais, estampado nas capas das revistas, nos anúncios da TV, nas páginas de rede sociais, nos grupos de WhatsApp. Não importa a técnica e sua a ferramenta tecnológica utilizada, "a fome, o analfabetismo, os campos de concentração" vão continuar a existir porque a preocupação do mercado é produzir demanda para consumo, como se isto fosse a libertação da barbárie. A única vitória possível é aquela adquirida pelo consumo. Nesse particular, Adorno; Horkheimer (1985, p. 125) explicam:

> Assim como os dominados sempre levaram mais a sério que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. (ADORNO/HORKHEIMER, 1985, p. 125)

Por isso, a vitória sobre a natureza não é apenas a vitória da Associação Comercial, ou dos donos dos meios de produção, mas é também a vitória das classes subalternizadas, porque "[...] Obstinadamente insistem na ideologia que as escraviza" (Adorno Horkheimer, 1985, p. 125) e isso ocorre porque esse mecanismo que produz oferta e

procura atua como dispositivo de manutenção do dominante, pois não é o trabalhador braçal, o pescador ou o menor aprendiz que comemora a vitória sobre a natureza. Há quem por ele festeje mais um passo rumo ao progresso.

Dentro desse embate pela instrumentalização do rio, a partir do enunciado jornalístico negociado como mercadoria que propagandeia essa ideia, o que se tem visto é uma massificação ideológica, cujo mecanismo utilizado é a junção dos sujeitos que orbitam na área do projeto como se fossem uma massa homogênea. No Jornal Opinião, de 4 e 5 de abril de 2013 (anexo VI), a despeito de um seminário que tratou do início das obras do derrocamento do pedral, o então prefeito de Marabá, João Salame Neto, propõe um regime de conciliação entre dominantes e dominados:

> Se depois desse seminário as coisas não fluírem, vamos encabeçar uma campanha, unindo prefeituras, Câmaras de Vereadores e sociedade civil organizada, com divulgação na mídia, em prol da hidrovia. Vamos mostrar a todos que a hidrovia é vital para o nosso desenvolvimento (Jornal Opinião, Marabá (PA), de 4 e 5 de abril de 2013)

Ao juntar todos os atores em um único rebanho de insatisfação com o Estado e sua demora em autorizar o impacto sobre o Rio Tocantins para consolidar a hidrovia, o agente que ganha voz no jornal - prefeito de uma das cidades influenciadas pelo empreendimento e membro do próprio Estado – parece ter o condão de unir as massas. Mas o que vem a ser essa massa? Sobre isso discorre Barbero (1997, p. 47-48), destacando que se trata de um "fenômeno psicológico pelo qual os indivíduos, por mais diferente que seja seu modo de vida, suas ocupações ou seu caráter, 'estão dotados de uma alma coletiva que lhes faz comportar-se de maneira completamente distinta de como o faria cada indivíduo isoladamente'". Há um projeto em andamento, que tem uma autoria e sujeitos a serem beneficiados, mas toda a massa precisa ser convencida de que o desejo da autoridade é também o seu desejo, assim como os benefícios que incidirem sobre esta autoridade, sobre as massas incidirão também, como observa Barbero (1997, p. 50):

> E então o verdadeiro problema que uma psicologia das massas deve enfrentar é "o problema da submissão do homem à autoridade", de sua degradação, já que "onde quer que grupos humanos e frações das classes oprimidas lutem 'pelo pão e pela liberdade', o grupo das massas se mantém à margem e reza, ou simplesmente luta pela liberdade no bando de seus opressores" (BARBERO, 1997, p.50).

Por isso, a força contida no enunciado jornalístico tem uma âncora capaz de solidificar o chamado do governante, porque já existe uma preparação anterior das massas, porque entendemos existir uma mediação que configura possibilidades cujo baldrame está justamente no conceito que se deve ter de um rio, de sua utilização. Ainda

que tal projeto nunca tenha saído do papel, toda essa mobilização é tão sólida quanto as rochas do pedral que ainda não foram removidas. Há que se verificar na fala do gestor municipal que ele não conclama indivíduos, mas fala em instituições do poder público e uma certa "sociedade civil organizada", como se, por atração, fosse o momento propício do conflito para unir agentes que estão em disputa dentro do mesmo território, mas tal união se dá a partir de uma lógica mercantilizada.

Há, por assim dizer, um massivo que está diante dos meios comunicacionais, que se mostram eficazes, porque – desde os anos de 1960 – têm se desviado da sua função meramente política para produzir enunciados de estímulo ao consumo, ainda que os agentes sejam políticos, pois há por trás de cada discurso, de cada reunião, de cada seminário, um interesse financeiro que busca atingir cada um e todos os sujeitos que ocupam determinado território e disputam posições sobre uma mesma plataforma. Assim, as ideologias tratadas anteriormente se tornam um discurso de massa que visam introduzir o desejo pelo consumo.

4.3 O fetichismo e os mecanismos ideológicos para sua manutenção

O anúncio jornalístico sobre o derrocamento do pedral do Lourenção para consolidação da hidrovia do Tocantins Araguaia está envolto em um fetiche, que é a fantasia do emprego. Para o desempregado, para o jovem, para os expropriados pela fome que grassa nos estados que fazem fronteira com o sul e sudeste do Pará, a ocupação assalariada é o Oásis no deserto do desemprego. Todavia esse fetiche tem mais dimensões. Para o Estado, a instrumentalização do rio Tocantins funciona em duas frentes: a geração de impostos e o atendimento das ações de empreendedores transnacionais que carecem de infraestrutura para manter em funcionamento suas atividades capitalistas. E para estes – os empreendedores –, a acumulação dos excedentes de produção está mantida. O fetiche funciona porque dialoga com certo tipo de esclarecimento que dá sentido mercadológico à natureza, algo que precisa estar a serviço do consumo. O fetiche dialoga com o jeito de ser da sociedade moderna, por isso ele faz tanto sentido. Segundo Morin (1969, p. 105-106):

> A imprensa seleciona as situações existenciais carregadas de uma grande intensidade afetiva. No fato variado, a situação é privilegiada, e é a partir de situações-chave que os personagens afetivamente significativos são vedetizados.

Esse tipo de procedimento faz com que o leitor limite o interesse de seu alcance à mera curiosidade do fenômeno ou do personagem, com pouco ou nenhum

aprofundamento histórico em torno das questões mercantis que estão por trás do noticiário jornalístico.

Entre as notícias catalogadas está o exemplar do Jornal Opinião (de 14 a 16 de abril de 2012 – Anexo VII) cujo título é "Araguaia-Tocantins: a hidrovia que nunca começa e o impasse político que nunca termina". O título dá um caráter de urgência para o empreendimento que vai alicerçar as ações neodesenvolvimentistas que funcionam na região e também no estado do Mato-Grosso (com produção e transporte de grãos pelo rio Tocantins até o porto de vila do Conde). No jornal CORREIO, datado de 23 e 24 de agosto de 2012 (Anexo VIII), na matéria intitulada "MT garante Projeto Executivo da Hidrovia do Rio Tocantins", uma fala do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também revela o imediatismo e a instrumentalização da razão na sociedade moderna:

> Vamos verificar como podemos ajudar no sentido de retirar os obstáculos para a obra, que é fundamental para a implementação dos investimentos para Marabá e não pode esperar mais. Ela, aliás, vai abrir caminho para outras obras na área de logística, como o Porto Intermodal de Marabá, por exemplo. (Jornal Correio, Marabá (PA), 23 e 24 de agosto de 2012)

Estes exemplos revelam a mesma urgência, relevância e instrumentalização da natureza de que trata Castro (2012, p. 52):

> Esses grandes projetos, construídos para oferecer ao mercado os recursos naturais, são entregues a grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que se localizam, via de regra, em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional.

Desse modo, o que se transforma em notícia, como esclarece Costa (2002), é tudo aquilo que está na agenda de compromissos da empresa de comunicação, que, não por acaso, está na agenda dos donos dos meios de produção, desprezando o que poderia ser um debate mais amplo sobre determinados temas. "As lacunas também identificam os temas a serem desprezados, definidos a *priori* como jornalisticamente desinteressantes" (COSTA, 2002, p 148). Ao mesmo tempo o que se vê na produção das notícias é "o controle das forças da natureza, empreendido pelo movimento de desencantamento do mundo a partir das descobertas técnico-científicas e sua incorporação à vida prática" (COSTA, 2002, p 125). Posiciona-se assim o jornalismo como mais um dispositivo de funcionamento da sociedade moderna que traz como um dos resultados o controle do próprio homem, e aí não se trata do homem receptor, mas também do homem que anuncia. Os que miram na direção da emancipação, tentando escapar a esse controle, são marginalizados, posto que se deslocam da corrente produzida pelo progresso pautado no neodesenvolvimentismo, ideia alimentada pela mídia.

Enfim, o que se verifica é a mobilização de uma violência midiática que busca estetizar a sociedade a partir de um padrão de suposto esclarecimento. Isso ocorre a partir da transformação de um bem social, que é a informação, em mercadoria, que busca coisificar tanto quem anuncia quanto quem recebe o anúncio. É o que constata Matos (2005, p. 54): "Uma forma de opressão sucumbe a uma nova modalidade de violência; a sociedade vem sempre a conhecer novas formas de barbárie". Dando voltas em torno de si mesmo, a sociedade moderna foge do mito e de sua barbárie, produzindo impacto sobre a natureza, em direção ao esclarecimento, que carrega no seu interior outra forma de barbárie, porque não será a mera transformação da natureza em objetos de consumo que levará o homem ao esclarecimento. "Não existe nenhuma linha reta que conduza a humanidade da barbárie à civilização. Mas existe uma linha reta que conduz do estilingue à bomba de megatons". (MATOS, 2005, p. 56) Esta tem sido a antítese da humanidade na fuga do mito.

Outra unidade analítica que expõe o fetichismo sobre o empreendimento está contida no exemplar do Jornal Correio do Tocantins de 7 e 8 de janeiro de 2014 (anexo IX), cuja manchete estampa "Lourenção virou 'enrolação'", trazendo o seguinte enunciado: "DNIT fez várias promessas em 2013 que não foram cumpridas sobre derrocamento de 43 km do pedral". Esse enunciado mostra que o jornal age proativamente, decidindo o que é notícia e criando um fato. Mas cabe compreender o componente interno que foi capaz de mobilizar essa proatividade. O fisiologismo dessa relação é analisado por Pereira Júnior (2006), quando ele diz que "na sociedade capitalista a liberdade de Imprensa está condicionada aos recursos que a empresa dispõe e do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade" (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 46). O que se vê é o não contentamento em noticiar acontecimentos que, em primeira análise, estariam fora da atuação da mídia e seriam selecionados a partir de certo tipo de interesse da coletividade, mas trata-se de promover um acontecimento social pautado no que seria uma espécie de gestão da vida social baseada no controle das informações e, portanto, do mercado. Coloca-se assim o jornalismo como detentor da realidade.

Assim como o noticiário, em geral, acaba por espetacularizar a efemeridade de um fenômeno – como foi esta campanha em torno do derrocamento do pedral –, o noticiário atua como uma conduta de regra moral sobre a finitude que é imposta à dinâmica da vida social, associando seus leitores a uma relação de poder regida pelo mercado, mas produzindo para isso um fetiche em torno dessa dinâmica social, uma

fantasia sobre o que é ser um homem moderno, ou como deve se comportar o cidadão na modernidade. Sobre isso, explica Pereira Júnior (2006, p. 81):

> É dentro desse contexto que os jornalistas contribuem no dia-a-dia para a construção do real, que estabelece uma trama hegemônica de representações (Gramsci, 2000, 1989). Estabelecem uma série de critérios que constituem uma espécie de trama de fatos, uma representação hegemônica, do que deve ou não ser publicado, do que pode ou não entrar num jornal [...]

Por isso, o jornalista "pode" dizer, em determinado enunciado, que o "Lourenção virou 'enrolação'", pois o jornal está inserido em um contexto que indica a pressa por determinado empreendimento como ponto de luz no obscurantismo que norteia as relações consideradas primitivas entre homem e natureza em determinados recortes regionais. Carrega o jornal consigo o símbolo de representatividade social, mesmo que historicamente o que se tem visto é a manutenção da aliança entre Estado e capital privado.

Não é preciso um esforço muito grande nem um recuo longínquo na régua do tempo para perceber o desenrolar dessa relação. Basta desarquivar a memória do golpe de 1964, que produziu dinâmicas nos meios de comunicação de massa, que se instaurou – em regra – como porta-voz de um modelo neodesenvolvimentista e nacionalista, como explica Mattos (1990, p. 13):

> O crescimento econômico do país foi centrado na rápida industrialização, baseada em tecnologia importada e capital externo, enquanto os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores da produção de bens duráveis e não-duráveis (MATOS, 1990, p.13).

Foram mais de duas décadas de controle estatal naturalizado pelos meios de comunicação de massa, onde, segundo Pereira Júnior (2003), "greves, agitações, atentados e conflitos não faziam parte da cobertura jornalística. Essa distorção era viabilizada pelos telejornais das emissoras, já estabelecidas em redes nacionais" (p. 49). É possível observar que este mesmo procedimento se mantém, mas o que agora se esconde (ou se atenua) do noticiário jornalístico são os problemas sociais causados por grandes empreendimentos econômicos.

4.3 A coisificação do espaço funcional do rio

O Jornal Correio do Tocantins, dos dias 22 e 23 de janeiro de 2013 (Anexo X), estampa em sua manchete "Atraso na hidrovia emperra Alpa e atrasa o sul do Pará".

Destaca-se no texto uma citação de José Conrado, então presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA). Ele diz:

> Os investidores do sul do Pará tiveram consequências danosas, pois acreditaram na implantação da Alpa. Quem comprou imóveis, investiu no comércio... ficamos estarrecidos, pois houve assinatura de protocolo de intenções (para realização do empreendimento) e depois a obra foi retirada do PAC. (Jornal Correio, Marabá (PA), 22 e 23 de janeiro de 2013)

A Alpa a que o entrevistado se refere se trata da Aços Laminados do Pará, uma fábrica de aços planos que foi prometida pela Mineradora Vale, caso a hidrovia fosse consolidada na região dos pedrais. Esse empreendimento é considerado – como se verifica nas páginas dos jornais – a tábua de salvação para a economia da região, posto que a ideia neodesenvolvimentista que se tem deste recorte geográfico da Amazônia se centra na verticalização da produção mineral, que hoje é quase que inteiramente extrativista, mas com uma fábrica de aços planos seria agregado valor ao mineral retirado da região, de modo que qualquer outra iniciativa que não dialogue com esta ideia é tida como retrocesso, como atraso. E é justamente aí que se vê a necessidade da derrocagem do pedral do Lourenção, pois a remoção das rochas tornaria o rio navegável, convertendo-o, de fato, numa hidrovia.

A mesma matéria jornalista do Correio (Anexo X) estabelece outro interlocutor, o deputado Raimundo Santos (PEN), presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Mineração do Pará. Sobre a demora no início das obras do derrocamento, o jornal lhe deu voz para declarar: "Isso simplesmente vai condenar o povo do Pará à miséria. Seríamos almoxarifado para servir a outros estados. Sem a verticalização da produção mineral, não teremos como ser um estado industrializado" (Jornal Correio, Marabá (PA), 22 e 23 de janeiro de 2013).

Como se vê na fala do entrevistado, há uma relação direta entre miséria e estado natural do ambiente, assim como há entre progresso e industrialização. O caminho indicado pelo esclarecimento que o homem tanto busca no decorrer da história é também a trilha que impossibilita uma reconciliação com a natureza, devido à criação de mecanismos automáticos que sobrepõem o homem à natureza, como explica Matos (2005, p. 24):

> Uma sociedade justa é impossível, porque, mesmo que resolva o problema da miséria presente, essa sociedade não reconciliaria definitivamente o homem e a natureza. Enquanto o homem viver da natureza, transformando-a pelo trabalho, haverá sofrimento. O sofrimento da natureza é trans-histórico.

Mas se sofre a natureza, sofre também o homem, porque esta relação de homem-natureza tem em sua forma de funcionamento outra relação entre os homens, que produz um trabalho alienado, o que implica dizer que o homem nunca controlou suas relações com a chamada 'primeira natureza'. (MATOS, 2005), quanto mais com a natureza já transformada. Mas não é só isso:

> E os produtos de seu trabalho não lhe pertencem, mas são o bem de um outro. Esses produtos enfrentam os produtores como objetos que lhes são estranhos, como fantasmagorias, pois enfrentam o homem como se fossem independentes do sistema de produção que lhes dá nascimento. A experiência da alienação é uma experiência alucinatória (MATOS, 2005, p. 24).

Esta alucinação se dá pelas contradições, pois quantos trabalhadores empregados na abertura do canal de navegação, assim como nos portos que serão erguidos ao longo da hidrovia, nunca terão acesso a *tablets*, ou celulares de última geração novinhos em folha, ou poderão ainda algum dia acessar o entendimento sobre o estranho e poderoso mundo das ações do mercado. Esses produtos estão alheios ao trabalhador, o desafiam por se constituírem em um elemento tão ou mais importante do que as mãos que carregam as ferramentas usadas na dragagem das rochas ou nos ancoradouros dos portos. Está o trabalhador alienado de sua própria produção, alijado à condição de mais uma peça, reificado.

O jornal Correio do Tocantins, na edição de 20 e 21 de março de 2014 (anexo V), que noticia a chegada da então presidenta Dilma Rousseff para anunciar as obras de derrocamento do pedral, usa a seguinte expressão:

> O grande interesse da sociedade local no evento de hoje (20), com a presença da presidente Dilma Rousseff, é com certeza o futuro da Hidrovia do Araguaia e Tocantins, em especial com o esperado início das obras de derrocagem do Pedral do Lourenção, barreira que impede a navegação entre Marabá e Tucuruí em parte do ano. (Jornal Correio, Marabá (PA), 20 e 21 de março de 2014)

Parece não haver espaço para outro formato de sociedade a não ser este que impõe à natureza uma instrumentalização mercantil, por meio de outra mercadoria, a informação, a notícia jornalística, que busca homogeneizar sentimentos, agrupados em torno de uma filiação ao neodesenvolvimentismo, colocando tais empreendimentos como uma verdade absoluta, à qual todos precisam estar conectados. Desconsidera-se assim que os entrevistados são justamente políticos e empresários que já conduzem seus interesses pautados nesse tipo de iniciativa e se entrega para os leitores as opiniões de pessoas que se apresentam como representantes desta sociedade, o que em parte é verdadeiro, mas apenas em parte. Caracteriza-se, assim, a notícia não como uma mercadoria em si, um

objeto externo, mas uma "forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (Marx, 1975, p.81), posto que a notícia valoriza apenas um ângulo da realidade, ao apregoar expressões como geração de emprego, desenvolvimento, progresso e outros termos que induzem uma possibilidade de participação do trabalhador dentro de um universo de bem-estar, mas que, na verdade, estão pautadas na coisa e não no sujeito.

Este exemplar de jornal – como unidade analítica – explicita o tratamento que os jornais têm dado a esses empreendimentos, valorizando-os como pontes para o progresso, vestindo-se do discurso do mercado, do grande capital, fazendo com que estes jornais funcionem como uma ferramenta, um dispositivo para produzir e fazer circular determinada ideologia, para manter na população a naturalização desse modelo de desenvolvimento na região, em conexão com a Indústria Cultural, que exibe nas telas de TV todos os dias o celular de última geração, as roupas que se deve usar e até mesmo a bebida que se deve ingerir. Há uma conexão entre estes produtos e o produto notícia em torno de um grande empreendimento neodesenvolvimentista porque tudo isso só se faz exercendo cada vez maior pressão sobre a natureza, sobre a vida em seu aspecto natural. O que permeia essa estrutura é um mecanismo de dominação calcado na subsunção da individualidade, segundo Adorno/Horkheimer (1985, p. 114):

> Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à reprodução em série, sacrificando o que fazia diferença entre a lógica da obra e ado sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual. A necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalcada pelo controle da consciência individual.

Assim, o espaço social que foi dominado pela técnica nada mais é do que um lugar de poder que os donos dos meios de produção exercem sobre a massa. É o que acontece com a produção em larga escala de bens materiais tecnológicos, que lançam o sujeito na condição de apêndice do objeto e deslocam a relação física em relação virtual, seja no campo econômico ou no afetivo e familiar. Uma amostra dessa relação são os grupos de WhatsApp, que são capazes de encurtar distâncias, unindo pessoas com interesses afins (trabalho e família, por exemplo), mas que só são mobilizados com mais qualidade por meio de aparelhos de maior poder tecnológico e com acesso à Internet, alijando dessa relação (virtual) aqueles que não podem adquirir esses bens.

O que ainda não se encaixou nesse modelo de relação social (pautado na produção em larga escala de bens de consumo que redirecionam a interação social) é considerado como uma "barreira", como descreve o jornal (2014). Mas há que se entender que a tal

barreira é baseada em um padrão de desenvolvimento válido para todos os sujeitos. Assim, as raças estão no menu do progresso.

Há em curso um processo de estetização de comportamentos orientado pelo enunciado midiático, que atua como voz do mercado, selecionando sentidos de vivência, promovendo cisão entre os grupos a partir de uma certa lógica sobre o que vem a ser progresso ou barbárie. Não se está querendo dizer aqui que não havia esta cisão, já anteriormente externalizada pela relação homem-natureza, mas o que se vê é um processo de legitimação extremamente colonizador, que talvez, em certa medida, apresente características semelhantes às dos colonizadores portugueses, que viram, a partir de suas naus, no novo mundo "descoberto", a necessidade de padronizar comportamentos em nome de um progresso que imaginavam levar para locais distantes do chamado mundo conhecido, como fundamenta Duarte (2005, p. 61):

> Fundando um modo de produzir narrativas em que se destacam, de um lado, aquilo que, para o colonizador e para o colono tem um significado específico e, por outro, aquilo que, nessas narrativas tem um outro significado, o da insignificância, ou seja, o da negação de sentido aos grupos aqui encontrados.

Há um narcisismo histórico, por parte dos sujeitos detentores dos meios de produção e, obviamente, dos meios de circulação de notícias que insiste em estabelecer o seu reflexo em qualquer fonte d'água. Essa legitimação – que em alguns momentos foi dada pela força física e noutros pela imposição de ideias tidas como progressistas e libertadoras – não visa outra coisa senão a hegemonia de uma classe, num procedimento metódico como um processo que conquista a cumplicidade dos colonizados, porque lhes noticia valores que lhe parecem comuns:

> Está, em primeiro lugar, o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci, possibilitando pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E 'na medida' significa aqui que não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num 'processo vivido', feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade (BARBERO, 1997, p. 104, grifo do autor).

Assim, quando o jornal noticia que há "um grande interesse da sociedade local" na consolidação da hidrovia do Tocantins-Araguaia, o enunciado jornalístico produz um conceito hegemônico de progresso, que passa necessária e urgentemente pela eliminação do pedral do Lourenção, visto como uma barreira para exportações e construção de portos que irão gerar empregos e oportunidades de negócios; irão sanar a pendência das individualidades financeiras, em nome de um pretenso bem comum. Esta hegemonia é

produzida pelo conteúdo jornalístico, pelo seu enunciado, porque dá sentido a esse tipo de progresso, que só é concretizado na Amazônia a partir do impacto sobre o ambiente natural para molda-lo de acordo com a função que o mercado exige em determinado momento histórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar possibilidades que nos levem a compreender o posicionamento da mídia em relação aos empreendimentos neodesenvolvimentistas em curso na Amazônia brasileira, particularmente na região sudeste do Pará – recorte geográfico desta pesquisa – concluímos que, sim, a notícia jornalística é transformada em mercadoria, sofrendo um esvaziamento de seu caráter social; concluímos que o Rio Tocantins sofre um processo de instrumentalização para atender às demandas do modo de produção capitalista, que se acentua na região. Ficou patente também que esses dois fenômenos (mercantilização da notícia e instrumentalização do rio) estão entrelaçados porque um acaba sendo indutor do outro.

Cabe ressaltar, neste ponto, que o rio sempre foi um instrumento fundamental de garantia de sobrevivência das comunidades na história da humanidade, mas a instrumentalização de que tratamos nesta pesquisa é aquela que atende à lógica da sociedade moderna pautada no consumo de bens descartáveis, produzidos em larga escala, que são motivados por um interesse induzido pela Indústria Cultural.

No tocante aos jornais Opinião e Correio do Tocantins – que são o alvo desta pesquisa –, verificamos, a partir das notícias analisadas sobre o derrocamento do Pedral do Lourenção, que a informação se converte em mercadoria porque, ao entregar aos seus leitores as notícias sobre este assunto, lhes é vendido um produto: um estilo de vida pautado na relevância das relações comerciais em detrimento de outros tipos de relação, como a afetiva e a social. E como isso ocorre? Nas 50 edições onde conseguimos localizar notícias sobre o derrocamento, no período de 2012 a 2014, o empreendimento é tratado como tábua de salvação para a economia regional. Sua relevância é questionada apenas uma vez, em uma pequena matéria, que não é nem mesmo a manchete da página (anexo IV).

O que concluímos disso é que não obstante às ligeiras discordâncias entre os sujeitos que protagonizam as falas contidas no material jornalístico e, apesar dos lampejos

de contraposição ao pensamento hegemônico, que esporadicamente aparecem nos cantos das páginas, existe um elemento norteador que percorre os enunciados impressos pela mídia: o mercado, a valorização do pensamento esclarecido do suposto progresso tecnológico, que está latente em cada sujeito escolhido para expor sua opinião sobreo o assunto, em cada abertura de aspas, em cada manchete, em cada legenda, em cada imagem. E não há necessariamente a obrigatoriedade de uma ordem expressa pelo dono do meio de produção, uma reunião que determine a escolha desta ou daquela palavra, porque tudo já está dado, tudo já está traçado, as mentes dos jornalistas e dos seus entrevistados, assim como dos leitores já estão devidamente atravessadas pela ideologia hegemônica, porque existe um "bem" maior a ser alcançado, que é o pleno desenvolvimento, o progresso, a geração de empregos, a produção de bens de consumo que, neste pensar, estariam a serviço do homem para desloca-lo da barbárie.

Há um veto tácito em torno dos efeitos colaterais provocados por esse empreendimento, pois o derrocamento do pedral do Lourenção, ao passo em que mutilará vivências tradicionais, não dará a garantia do emprego a todos, pois os frutos da hidrovia serão colhidos pelas grandes corporações, como sojeiros e mineradoras, que terão como escoar sua produção, e também pelo poder público, que arrecadará mais impostos, cuja utilização também tem sido pautada pelas relações mercantis. Por outro lado, a julgar pela promessa implícita de geração de empregos contida no noticiário jornalístico, antes mesmo que o projeto tenha saído do papel, um batalhão de desempregados já tem se deslocado para esta região do estado, provocando impacto sobre os aparelhos públicos que atendem questões cruciais, como saúde e educação, assim como aumenta mais ainda o impacto sobre a natureza a partir das ocupações urbanas até mesmo nas margens dos rios. Mas o enunciado jornalístico tem promovido um processo de glamourização do empreendimento, de tal modo que, mesmo que o projeto ainda seja apenas isso: um projeto, as dinâmicas territoriais já estão sendo mobilizadas nesta região.

Chegamos à conclusão também de que o Rio Tocantins está sendo convertido à condição de instrumento do modo de produção capitalista porque neste regime – econômico, social e cultural – nada pode escapar ao campo de força que protege a sua manutenção. É necessário extrair do rio muito mais do que o consumo de sua água, de seus peixes ou a mera navegação de pequenas embarcações. O rio já tem sido recortado e represado para gerar energia hidroelétrica e também precisa garantir o escoamento das commodities para manter o fluxo das exportações, que são uma forma de relação entre os países.

Nesse contexto de instrumentalização a serviço do modo de produção capitalista, o rio sofre um processo de alienação, a ponto de ser mutilado pelo derrocamento do pedral que é berçário de muitas bioespécies. Essa alienação envolve as massas em um feitiço de que essa instrumentalização do rio é o caminho para o progresso, de que se pode, por exemplo, alagar cidades inteiras em nome de uma hidrelétrica e se pode também acabar com um berçário de peixes de onde ribeirinhos tiram seu sustento em nome de criar um canal de navegação de grandes embarcações para transportar produtos que dialogam diretamente com a fabricação de outros produtos cuja necessidade de utilização é induzida pela Indústria Cultural. Assim como o rio é reificado, também os sujeitos inscritos nesse território são colocados na condição de coisa, porque passam a funcionar como peças dessa engrenagem, deixam de ser seres humanos para se tornar recursos humanos, que vão ser norteados pelos recursos financeiros e vão atuar junto com os recursos naturais. Nesse contexto, a relação se dá entre as mercadorias e não entre as pessoas, porque tudo vira coisa.

Além disso, durante a análise dos jornais, um fenômeno que não estava previsto no problema inicial desta pesquisa foi se mostrando cada vez mais concreto e visível à medida em que as páginas dos periódicos eram observadas: o uso político do empreendimento como ferramenta de angariar prestígio entre o eleitorado local. Trata-se de um fenômeno que parece óbvio, mas só agora essa obviedade está evidente.

Essa utilização política do projeto de derrocamento do pedral se dá por meio de um mecanismo de manutenção e consolidação de poderes, e ocorre a partir da utilização de uma ferramenta, que já está sob o controle dos donos dos meios de produção, que é a mídia, por meio da qual os jornais se posicionam favoráveis ao empreendimento que promete elevar o desenvolvimento local e regional e gerar emprego. Desse modo, o jornal apresenta aos seus leitores os sujeitos que defendem essa ideia e se personificam nela, isso faz com que estes atores ganhem capital político dentro do cenário que está sendo construído, posto que os sujeitos que se apresentaram como defensores do empreendimento utilizaram e ainda utilizam essa condição em campanhas eleitorais.

O que torna ainda mais patente essa utilização política da notícia sobre o derrocamento é o período em que ela se torna mais frequente e o seu quase desaparecimento posteriormente. O noticiário ganha mais força entre os anos de 2012 e 2014, que é justamente o momento em que se intensificam as campanhas eleitorais. Em 2014, a então presidente da república, Dilma Rousseff, vem a Marabá e anuncia o lançamento do edital para início das obras de derrocamento, ao mesmo tempo em que

entrega implementos agrícolas a prefeitos da região (Anexo V). Antes disso, no ano de 2010, o seu antecessor, presidente Lula, esteve também em Marabá para anunciar a implantação da Alpa, empreendimento que depende da consolidação da Hidrovia do Tocantins-Araguaia (Anexo V).

A chegada da presidenta se deu no ápice do noticiário jornalístico em torno do assunto, pois desde a visita de Lula, se inicia uma evolução no volume de notícias a respeito da necessidade do derrocamento do Pedral do Lourenção. A relevância do assunto, aliado ao ano eleitoral, foi capaz de fazer a governante maior do País deixar a capital e visitar a região Norte, um ato que historicamente não é tão comum.

Até hoje nenhum dos dois projetos foi posto em execução (Alpa e derrocamento), ao passo em que a notícia sobre eles foi desaparecendo gradativamente da mídia e voltou à condição de ser apenas mais uma pauta jornalística, ao passo em que os atores envolvidos na massificação desses empreendimentos neodesenvolvimentistas colheram dividendos políticos por terem sido porta-vozes desse anunciado, que agora está momentaneamente silenciado.

Assim, diante do noticiário jornalístico pesquisado, fica cristalino que a notícia vira mercadoria na mesma medida em que o rio se converte em instrumento do capital e um movimento atua em função do outro dentro de um jogo de poder. Mas quando se propõe um regime de (in)conclusão, a ideia é sacrificar o óbvio em nome da desencantadora impossibilidade de obter emancipação por meio dos mecanismos modernos criados para isso. A força das ações do capital – a partir do que se entende hoje por esclarecimento – é tamanha, que dificulta até mesmo imaginar uma realidade fora dessa lógica imposta, de modo que o único avanço imediato que pode ser vislumbrado é o conhecimento dos dispositivos de funcionamento dessa engenharia transnacional, para que os sujeitos possam, em seguida, avançar na direção de práticas de disseminação desses conhecimentos, com a finalidade de fortalecer um conjunto de atores, que possam promover um entrelaçamento de redes de saberes e de emancipação, o que não é uma garantia de mudança nas práticas da sociedade moderna, de forma estrutural, mas possivelmente se configurará em fragmentos de luz, dentro desta outra luz eclipsada do esquematismo da razão instrumental. Falamos aqui da possibilidade de novas sínteses no horizonte.

Nesse contexto, entendemos que nossa pesquisa trás pelo menos duas contribuições: 1) estimular um debate sobre a emergência de uma análise mais crítica em relação ao enunciado do noticiário jornalístico de forma geral e não apenas dos jornais

impressos. Mas essa crítica precisa ser pautada em pesquisa científica, identificando padrões de comportamento que só podem ser compreendidos a partir do conhecimento da gênese das relações entre a mídia e os donos dos meios de produção que, ao fim e ao cabo, definem os rumos econômicos do País e da região, a partir do cenário político econômico-internacional; 2) promover mais diálogo entre a universidade e as comunidades tradicionais desta região, que estão sob um regime de ameaça daquilo que restou de sua individualidade. Esse diálogo deve ser travado a partir dos projetos de extensão da instituição. Há, porém, a ressalva de que o funcionamento dessa extensão não pode ter o formato de intervenção. É preciso se afastar dos mecanismos que acionam a colonização científica e promover um entrelaçamento de ideias e de saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro (RJ), Jorge Zahar, 1985.

_____, Teoria da semiformação. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antonio A. S. LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (Org.). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.

BATALHA, Camila Fernanda. Introdução. **O fordismo**. Do fordismo à acumulação flexível. Teorizando a Transição. Acumulação Flexível – transformação sólida ou reparo temporário? - Fichamento. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 26 Nov. 2010. Disponível em: <investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/economia/174297-introducao-o-fordismo-do-fordismo-a-acumulacao-flexivel-teorizando-a-transicao-acumulacao-flexivel--transformacao-solida-ou-reparo-temporario-fichamento>. Acesso em: 18 Jul 2018.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999a.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. S. Paulo, Papirus, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. I.

CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Salvador, 2012.

CERTEAU, Michel de. **Cultura no Plural**. Campinas, Trad. Enid Abreu Dobránszky, 1995.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro (RJ), Jorge Zahar, 1997.

COGO, Denise; NETO PEREZ, Luís. Posfácio. In: COGO, Denise; ROCHA, Rose de M.; HOFF, Tânia (Orgs.). **O que é consumo: comunicação, dinâmicas produtivas e constituição de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

COLL, Augustí Nicolau. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo. Instituto Pólis, 2002, 124p. (Cadernos de proposições para o Século XXI)

CONGILIO, Celia R. **Duas faces da mineração no sudeste paraense**: o extrativismo minerário como base material do neoneodesenvolvimentismo. (2015), aguardando publicação na Revista Políticas Públicas, UFMA, 2016.

COSTA, Belarmino Cesar Guimarães. **Estética da Violência: Jornalismo e Produção de Sentidos**. Campinas (SP), 2002.

CUNHA, Cristiane Vieira. Relatório do I Seminário sobre os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a pesca na região: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte. UNIFESSPA, 2017. Não publicado.

DORFMAN, Ariel e Mattelar, Armand. **Para ler o Pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. Paz e Terra 2ª edição, 1973.

DUARTE, Rodrigo. **Mundo "Globalizado" e Estetização da vida**. Piracicaba (SP), Unimep, 2001.

EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 1993.

_____**Ideologia. Uma Introdução**. São Paulo, Unesp, Boitempo, 1997.

HAUG, W. F. **A crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia Vol III. Belém. EDUFPA, 2004.

HERMER, Dirceu (organizador), **Mídia, educação e cultura**: múltiplos olhares sobre comunicação regional. Chapecó, 2006.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo (SP), Centauro, 2002.

JAPIASSU, H. Como nasceu a ciência moderna e as razões da filosofia. Rio de Janeiro. Imago, 2006.

KANT, Imamnuel. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOUREIRO, Robson. **Indústria Cultural e Educação em "Tempos Pós Modernos"**. Campinas (SP), Papirus, 2003.

_____. **Da teoria crítica de Adorno ao cinema crítico de Kluge**: educação, história e estética. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2006. Tese de doutorado. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0577.pdf >.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2° Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989.

LUXEMBURO, Rosa. **A acumulação do Capital**. Zahar. Rio de Janeiro. 1976.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro primeiro: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.v.1.

_____. **O capital** – crítica da economia política, vol. I: livro primeiro – o processo de produção do capital (tomo 1). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo Fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

MATOS, Olgaria C. F. **A escola de Frankfurt**: Luzes e Sombras do Iluminismo. São Paulo, Moderna, 2005.

MATTA, Fernando Reys. El concepto de noticia en America Latina: valores dominantes y perspectivas de cambio. **Estudios y Documentos de Comunicación Social**, Paris: Unesco, nº 85, 1981.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da tv brasileira**. (40 anos de história: 1950-1990). ABAP/ A Tarde, Salvador, 1990.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX** – O espírito do tempo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

PEDROSO, L. A. e Bertolini, L. M. (orgs). **Indústria Cultural e Educação** (reflexões críticas). Araraquara (SP), JM Editora, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Vizeu. **Jornalismo e representações sociais.** Chapecó (SC), Argos, 2006.

_____. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre (RS), EdPUC, 2003.

SAMPAIO JR., Plínio de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa (Developmentalism and new developmentalism: tragedy and farce) Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SENA, Laécio R. O MST NOS DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA MARABAENSE. Marabá (PA), PDTSA, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SWENGGEWOOD, Alan. **Marx e a Teoria Social Moderna**. Rio de Janeiro (RJ). Civilização, 1975.

TEWELES, Richard e Harlow, Herber. **O Jogo de Commodities** - Quem ganha? Quem perde?... E por quê?. São Paulo (SP), Brasimex, 1983.

Anexo I

EM BRASÍLIA

AUTORIDADES VÃO COBRAR DERROCAMENTO DO PEDRAL

Sociedade quer resposta quanto às obras no Pedral do Lourenção

Chagas Filho

Nos próximos dias, representantes da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim) e da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom) vão tentar agendar uma audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

A pauta é o derrocamento do Pedral do Lourenção, investimento que vai consumir recursos de quase R$ 500 milhões e é fundamental para abertura do canal de navegação da Hidrovia Tocantins Araguaia.

O secretário municipal de Indústria e Comércio, Ítalo Ipojucan Costa, explica que o objetivo da viagem a Brasília é cobrar uma posição sobre o investimento, uma vez que a hidrovia é fundamental para o desenvolvimento econômico de Marabá. "A hidrovia é fundamental para todos os projetos de desenvolvimento que a região sul e sudeste do Pará tem", afirma Ipojucan.

Ítalo Ipojucan: "A hidrovia é fundamental para todos os projetos de desenvolvimento"

Segundo ele, esse canal de navegação é importante para o Brasil e necessária para Marabá, para que o município não fique refém de projetos potenciais como a Aços Laminados do Pará (Alpa), que criou grande expectativa, mas está adiado por diversos fatores.

Os recursos para o derrocamento do Pedral do Lourenção estavam previstos na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), mas foram retirados em maio do ano passado.

Hidrovia é importante para a economia

A hidrovia Araguaia-Tocantins, em toda a sua extensão, compreende áreas pertencentes aos Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão, totalizando uma área aproximada de 800 mil Km², equivalente a 9% do território nacional.

Além da Alpa, a Hidrovia Tocantins Araguaia representa oportunidades para a demanda crescente por integração nacional, continental e internacional; mercado promissor para soja e derivados, carnes, fertilizantes, celulose, peixes, frutas; e estruturação de redes de comunicações.

A abertura da Hidrovia Tocantins Araguaia segue uma tendência mundial de mercado. O transporte hidroviário é amplamente utilizado no mundo. Parte da economia do planeta é movimentada por barcos e navios. As hidrovias são um meio de transporte essencial para o deslocamento de matérias-primas.

O transporte de petróleo e derivados - carvão, minério de ferro, cereais, bauxita, alumínio, entre outros - é amplamente importante para a economia mundial e é feito através das hidrovias.

100 ANOS DE MARABÁ

Prefeito oficializa convite para Dilma Rousseff

Ascom/PMM

Na quarta-feira (16) foi oficializado o convite do prefeito João Salame Neto à presidenta Dilma Vana Rousseff, para que ela prestigie o aniversário de 100 anos de emancipação político-administrativa de Marabá. O documento cita também outras justificativas para a

Coisas da Política

Na quarta-feira (16) a adjunta da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), Heloísa Guimarães, informou que a Região de Integração do Xingu, composta por 11 municípios, receberá recursos do Estado este ano, para serem aplicados na reforma e instalação de equipamentos nas unidades públicas de saúde da região. O investimento será em torno de R$ 90 milhões.

Sucessão

No mês de fevereiro, o atual presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim), **Ítalo Ipojucan**, vai debater a sucessão de seu cargo porque reconhece que não tem condições de acumular a presidência da entidade e a Secretaria Municipal de Indústrias, Comércio e Mineração, a qual ele é titular. Decisão sábia.

Conceição

O prefeito de Conceição do Araguaia, Valter Peixoto (PT), designou a ex-vice-prefeita Wanda Aquino para gerenciar a Secretaria Municipal de Turismo, setor que representa uma das principais fontes de renda e visibilidade para o município. Completando o secretariado, o gestor petista nomeou a primeira-dama Maria Neusa para gerir a pasta de Assistência Social, preenchendo assim as últimas duas vagas das 12 secretarias municipais.

Santana

O prefeito de Santana do Araguaia, Eduardo da Machado, está em Belém para falar com o governador Simão Jatene, a quem vai pedir a liberação dos R$ 9 milhões, que já foram disponibilizados no orçamento do Estado, para o asfaltamento da PA-411, que

do pediu também ao governador recursos para a reforma de dois colégios estaduais e aquisição de uma viatura para a Polícia Militar do município.

Viagem

O prefeito **João Salame** viaja na próxima segunda-feira (20) para Brasília (DF), onde tem vasta agenda de compromissos em busca de parcerias e recursos para Marabá. Entre os compromissos do gestor está uma audiência com o ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro, para discutir a liberação de recursos para obras de urbanização da Grota Criminosa, conforme antecipado em nossa última coluna.

Agenda 1

Na segunda (21), às 15h, Salame visita o Gabinete de Assuntos Federativos da Presidência da República, onde mantém audiência com Júlio Hector Marin. Depois, às 17h, é a vez de ficar frente a frente com o ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro.

Agenda 2

Na terça (22), o dia será cheio. Primeiro Salame conversa com Osvaldo Garcia, secretário nacional de Saneamento, às 10h. Em seguida, tem audiência com Júlio Eduardo dos Santos, secretário nacional de Mobilidade Urba-

Anexo II

Pedral do Lourenço
ITUPIRANGA: PARTE DE UM GRANDE PROJETO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Anexo III

CORREIO DO TOCANTINS
MARABÁ - PARÁ, 28 DE FEVEREIRO E 1º DE MARÇO DE 2013

Dnit fala em começar obras da derrocagem em agosto

Vereadores querem fechar ferrovia para forçar Vale e governo federal a definirem pela hidrovia

ULISSES POMPEU

O assunto que dominou a Sessão Ordinária desta quarta-feira-feira, 27, na Câmara Municipal de Marabá, foi a emblemática Hidrovia Araguaia Tocantins. O tempero do dia era uma reportagem veiculada pelo Jornal Nacional, na noite anterior, que chamou as eclusas de Tucuruí de "subutilizadas" porque menos de 2% de sua capacidade foram utilizadas até agora.

A reportagem, em si, não trouxe grandes novidades, mas foi importante para pressionar o governo federal a tirar a "zica" que emperra a derrocagem do Pedral do Lourenção, um trecho de 43 km entre Itupiranga e Tucuruí.

A maior novidade foi a resposta dada pelo Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), para o entrave burocrático que se arrasta desde 2011 e que impedem as obras de derrocagem. O governo federal disse que vai preparar uma nova licitação, que deverá ficar pronta em maio deste ano e o início das obras está previsto para agosto, portanto daqui a seis meses.

A função da eclusa é permitir que embarcações atravessem a barragem, superando o desnível de 69 metros entre o Rio Tocantins e o reservatório da Hidrelétrica de Tucuruí. A obra consumiu mais de R$ 1,6 bilhão dos cofres públicos. Mas, segundo especialistas, sem abrir o canal do Lourenção, as eclusas perdem sua razão de ser.

Durante quatro a cinco meses, quando o nível do Rio Tocantins está muito baixo, as grandes embarcações não conseguem passar por causa de rochas espalhadas ao longo de 43 quilômetros, que impedem a navegação com segurança. Dessa forma, as balsas não chegam até as eclusas.

Em 2010, o governo federal fez a licitação das obras para remover as pedras e aumentar a profundidade do rio, mas o processo foi cancelado, e até hoje o uso da hidrovia permanece restrito.

Enquanto não sai uma decisão definitiva, o impacto na região é grande. O Rio Tocantins é importante para escoamento da produção mineral e agrícola do centro-norte do País até os portos da região de Belém.

Ao ler a íntegra da Reportagem do Jornal Nacional, na tribuna da Câmara, a vereadora Irismar Araújo (PR) ressaltou a importância de os vereadores mobilizarem políticos e a sociedade local para pressionar os governos do Estado e federal para atuarem juntos para dar celeridade à abertura da licitação para a derrocagem do pedral.

A reportagem mostrou que a mineradora Vale chegou a interromper a construção da siderúrgica Aços Laminados (Alpa) que iria criar cerca de 17 mil empregos em Marabá.

Mobilização de sete estados

A vereadora Júlia Rosa (PDT), ao reconhecer que a hidrovia Araguaia Tocantins é vital para o Centro-oeste, sugeriu a mobilização de representantes de sete estados do chamado Corredor Norte que serão beneficiados com a hidrovia para pressionar o governo federal a definir sobre as obras do derrocamento do pedral. "O governo do estado ou a Assembleia Legislativa deve chamar essa discussão ou a Câmara Municipal de Marabá vai iniciar essa mobilização", disse Júlia Rosa, presidente do Legislativo.

Para ela, Marabá tem de se respaldar junto com outras regiões para não enfrentar esse debate sozinho. "Temos de nos manifestar no seminário da Famep nesta quinta-feira (hoje) e sexta-feira, cobrando um posicionamento da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará em relação à hidrovia", sugeriu Júlia. **(U.P.)**

Vereadores querem grande mobilização popular para tornar a hidrovia uma realidade

Vanda Américo sugere fechar a ferrovia no mês de maio

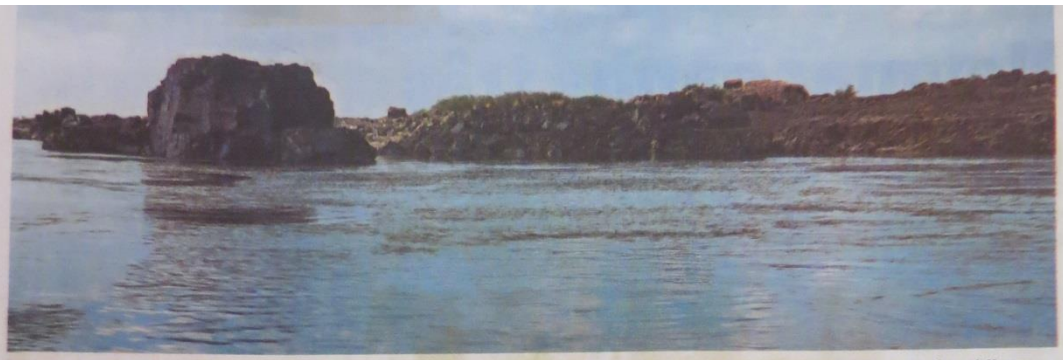
A estratégia não é nova, mas funciona. A vereadora Vanda Américo sugeriu na sessão desta quarta-feira, 27, na Câmara Municipal de Marabá, que os vereadores iniciem a partir de maio uma grande mobilização da sociedade local para fechar a ferrovia da Vale a fim de pressionar as autoridades para dar uma resposta à sociedade.

Ela lembra que as condicionantes do projeto Alpa estão sendo discutidas há mais de dois anos e a ampliação dos hospitais, investimentos em infraestrutura e educação não estão acontecendo. "A Vale tem contribuído com muito pouco ou quase nada. Sem hidrovia não teremos Alpa, Aline, nem os benefícios para a geração de emprego e renda para a região. Temos um poder de mobilização fantástica, já fizemos isso em 1997, quando ocupamos a ferrovia. A partir do mês de maio marcamos uma data para fazer uma manifestação, um protesto em defesa da hidrovia, é a salvação da região que está quebrada", argumentou Vanda, que teve apoio dos demais colegas vereadores.

A ideia é forçar a direção nacional da Vale e do governo federal para que venham a Marabá negociar com a sociedade local os investimentos que estavam previstos para o Estado do Pará e ainda não foram concretizados. "Vamos mobilizar a comunidade a partir do dia 21 de maio e definirmos uma data de ocupação da ferrovia", avisa Vanda, lembrando de outras ações dessa natureza, a última em 1997, com 15 mil pessoas durante três dias na ferrovia. **(U.P.)**

SAÚDE

Anexo IV



Retirar o Pedral do Lourenção está sendo uma novela com vários capítulos extensos. Para isso, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea) deverá ser concluído, o que levará cerca de 11 meses

Estudo protela mais o Lourenção

LICITAÇÃO VAI ESPERAR AINDA LEVANTAMENTOS QUE DEVEM SER CONCLUÍDOS ATÉ O MÊS DE ABRIL DE 2015

ESAÚ MORAES

Quem achava que a licitação prevista para amanhã (30), seria o último capítulo de um longo período de espera, se enganou. A obra de derrocagem do Pedral do Lourenção vai ter que esperar mais algum tempo, até que seja finalizado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea) da Hidrovia dos Rios Tocantins e Araguaia. O projeto foi iniciado nesta terça-feira (27), durante apresentação de divulgação na Associação Comercial de Marabá (Acim), e vai apontar as alternativas que permitam a navegabilidade nessa bacia, incluindo o derrocamento do pedral, tido como o principal obstáculo hoje.

Com lançamento prorrogado para esta sexta-feira (30), o edital de licitação vai selecionar a empresa ou consórcio que será responsável pela obra, mas o ponto de partida dela vai depender dos resultados obtidos pelo Evtea, que devem levar cerca de 11 meses para serem concluídos. Os levantamentos preliminares começam agora em maio e devem durar cinco meses. A partir deles, o consórcio que vai comandar o estudo e passar para a fase definitiva, que pode levar até abril de 2015 para ficar pronta.

"O Evtea serve para mostrar até onde vai o seu investimento. Será que vale a pena fazer toda a derrocagem do pedral do Lourenço? Ou será que só vale a pena fazer parte dela?", diz o representante do consórcio, Fábio Esperança, apontando alguns questionamentos que a avaliação pretende responder. Ele acrescenta que o estudo compara alternativas para escolher uma que seja tão boa técnica, quanto econômica e ambientalmente. "O estudo vai apontar os impactos, os riscos e as alternativas. Os investimentos poderão vir após os estudos, aí sim será feita a licitação para ser realizada a obra", afirma Esperança.

Quanto à prorrogação do edital, o engenheiro civil Oswaldo Boulhosa, representante da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (Ahimor) – jurisdição que responde pela área do Lourenção – esclarece que o projeto feito pela UFPA, em parceria com a Ahimor, sofreu uma revisão.

"O canal de navegação foi alargado de 70 para 140 metros. Isso gerou uma nova licitação, que deveria ter sido no início do mês. Mas, conforme solicitação das empresas participantes, foi prorrogada e agora, no dia 30 de maio, estará sendo licitado o Pedral do Lourenço, que é o derrocamento de um dos entraves na navegabilidade da hidrovia Tocantins Araguaia. Com o final desse derrocamento, estaremos prontos para navegar plenamente até o porto de Vila do Conde", detalha Boulhosa. Sem caráter oficial, ele comenta que, possivelmente, até meados do ano que vem as obras já estejam em andamento.

Em Números

11 meses para conclusão do Evtea

140 metros a largura mínima do canal

30 a 40 pessoas na equipe de estudos

4.375 quilômetros de hidrovia a serem estudados

321 quilômetros no trecho de Marabá a Estreito

Evtea vai estudar alternativas para o escoamento da produção

O Evtea será realizado pelo consórcio formado pelas empresas R. Peotta, Hidrotopo e Enefer e vai compreender, além de Marabá, as cidades de Belém, Conceição do Araguaia, Imperatriz (MA) e Palmas (TO). Esse tipo de estudo precede obras de infraestrutura de transportes consideradas de grande vulto e vai mostrar, nesse caso, onde a hidrovia Tocantins Araguaia é viável ou não, ampliando e até barateando as opções de escoamento da produção do Estado.

"Não queremos gastar US$ 190 para levar um produto até a China quando podemos gastar só US$ 60. Podemos usar a hidrovia", explica Fábio Esperança. Entre outros pontos, o Evtea vai levantar dados como a carga efetiva produzida e transportada na região; a carga com real possibilidade de migrar para a hidrovia; a capacidade local real de armazenamento; as condições das vias de escoamento rodo-ferroviárias; e o volume potencial de passageiros para a hidrovia.

"Não temos nenhum trabalho realizado ainda. Vamos mostrar o que vai ser feito. Vamos estudar o transporte de cargas, passageiros e a vocação turística", enfatizou o engenheiro José Carlos Amorim, durante a apresentação de divulgação nesta terça-feira (27). Ao todo, serão estudados 4.375 quilômetros de hidrovia, divididos em oito trechos. Um deles vai de Marabá até o município de Estreito (MA), com extensão navegável de 321 quilômetros. Com possível base em Marabá, grupo de 30 a 40 pessoas deverão formar a equipe, entre técnicos, geólogos, desenhistas e projetistas.

O processo será fiscalizado pela Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (Ahitar), também responsável pela execução das obras de melhorias de acesso à via navegável. Para Flávia Oliveira dos Santos, chefe do Núcleo de Obras e Melhoramentos da Ahitar, o Evtea chegou num momento bem propício. "Tudo o que vai ser produzido tem que ser escoado e o modal rodoviário, do jeito que vem sendo utilizado, não suporta mais essas cargas e o estudo veio dizer que temos capacidade de polos de produção de cargas em diferentes localidades". (E.M.)

Plano de estudo foi apresentado para empresários e entidades

Itupiranga pode ser prejudicada com a derrocagem do pedral

A notícia sobre o Evtea e a futura obra de derrocagem do pedral do Lourenço deixou lideranças políticas do município de Itupiranga bastante preocupadas. O assunto vem causando um longo debate na Câmara de Vereadores, com a possibilidade de a obra prejudicar o turismo e o setor pesqueiro da cidade.

De acordo com o presidente da Casa Legislativa, o parlamentar Elias Lopes da Cruz, que compareceu à apresentação de divulgação do Evtea, o pedral é o gerador de várias praias do município, como a Praia do Macaco e a Praia da Rainha. Apesar de reconhecer os benefícios que o derrocamento pode trazer, economicamente falando, o vereador teme que Itupiranga perca os principais pontos turísticos que possui.

"Sabemos que vai trazer desenvolvimento da soja na nossa região, mas não somos produtores de soja. Somos produtores de gado e pequenos comércios e não temos uma necessidade tão ampla em relação à soja. Minha preocupação é ver o meu povo dando 'tchauzinho' para as barcaças que passam e elas não deixarem nada de saldo para o meu município", salienta Cruz.

Sobre a atividade pesqueira, o parlamentar ressalta que Itupiranga abrange diversos lagos criados pelo Lourenção e que poderão secar com a derrocagem. "Itupiranga hoje é uma das maiores cidades no setor pesqueiro regional. A sustentabilidade dela é a pesca", afirma. O vereador foi até a reunião no intuito de pedir que o grupo responsável pelo estudo se desloque até o município a fim de prestar mais esclarecimentos, em audiência pública. (E.M.)

Anexo V

ALPA

Obra é considerada essencial para implantação da Alpa e desenvolvimento de Marabá e região

GOVERNO FEDERAL CONFIRMA HIDROVIA

Da Redação

O anúncio da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de que o governo federal vai fazer a Hidrovia Tocantins Araguaia, representa a vitória de uma batalha dentro de uma verdadeira guerra para o desenvolvimento econômico de Marabá, que tem como carro-chefe a implantação da Aços Laminados do Pará (Alpa). Pelo menos é assim que pensa o presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá (Acim), Ítalo Ipojucan.

Como se sabe a abertura da hidrovia possibilitará o escoamento da produção da Alpa, da Aline (projeto de laminados do grupo Sinobras) e também do polo metal mecânico que deverá ser construído em Marabá. Sem contar que a hidrovia fará a integração entre as regiões Norte e Centro-Oeste do País.

Ítalo Ipojucan, que sempre se mostrou avesso a ações radicais para conseguir a implantação da Alpa, disse que esta foi uma conquista do diálogo e da pressão política.

Miriam Belchior confirmou na presença de Eduardo Braga que hidrovia vai sair

A informação, que era esperada há meses no Estado, foi repassada diretamente pela ministra Belchior em audiência com o senador Flexa Ribeiro e o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). A ministra disse ainda que já autorizou o Ministério dos Transportes a realizar a licitação para o projeto executivo do derrocamento.

A reunião ocorreu uma semana depois que o senador Flexa Ribeiro fez um requerimento de audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado solicitando informações sobre os investimentos da Vale na Alpa, em Marabá.

Além do derrocamento, a ministra Miriam Belchior informou ainda que o governo federal também irá realizar a dragagem do Rio Tocantins. A obra também é necessária para permitir a movimentação dos comboios de grande porte, tanto à montante da barragem de Tucuruí próximo à Marabá, como à jusante da barragem, principalmente na época de níveis mínimos de água liberada, quando se faz necessária a navegação pelo canal principal do Rio Tocantins.

Também na reunião com os senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Braga, a ministra agendou para meados de abril uma nova audiência com o governador do Pará, Simão Jatene. No encontro, serão tratados outros investimentos no Estado, especialmente a construção do Porto Intermodal de Marabá. "É uma obra de vital importância para o pólo industrial em desenvolvimento na região", destacou Flexa Ribeiro.

"Agora, a Vale não tem mais desculpas. Tem o dever e a obrigação de acelerar a obra da siderúrgica e concretizar esse sonho de todos os paraenses e tão importante para a região e nosso Estado", disse Flexa.

COMISSÃO CONTINUA MOBILIZADA EM PROL DA ALPA

A primeira reunião da comissão relacionada a assuntos ligados à Alpa ocorreu na tarde de quinta-feira (22) no auditório da Câmara Municipal de Marabá (CMM).

Com a presença de vereadores, do deputado João Salame e representantes de alguns partidos e entidades de Marabá, a comissão tirou como prioridade uma reunião com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e com a direção da Vale. Também será agendada uma visita ao governador do Estado, Simão Jatene.

Na pauta dessas reuniões, os cronogramas de operação da Alpa, do porto e do derrocamento e drenagem do Rio Tocantins, viabilizando a Hidrovia.

De acordo com a comissão, o anúncio feito pela ministra de que a hidrovia e o porto serão bancados pelo governo federal dão mais entusiasmo para o movimento. "Não existe mais empecilho para que a Vale desenvolva o projeto Alpa; dessa vez se esgotaram as desculpas", concluiu Nagib Mutran Neto (PMDB).

A comissão que participará desses eventos será formada por três vereadores, deputados federais e estaduais que quiserem aderir, um representante do Sindicato dos Metalúrgicos, do Servimar, Apem, Associação dos madeireiros, Associação dos Moradores e mais algumas entidades organizadas.

Integrantes do movimento pró Alpa continuam mobilizados

Anexo VI

HIDROVIA

CDP E UFPA APRESENTAM PROJETO

Custo da obra está na casa dos R$ 520,14 milhões, segundo projeto apresentado ontem em Marabá

Da Redação

O presidente da Companhia Docas do Pará (CDP), Carlos José Ponciano da Silva, e o professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Hito Braga de Moraes, apresentaram no final da tarde de ontem (3) o projeto do Sistema Integrado do Rio Tocantins, que inclui a Hidrovia Tocantins- Araguaia e terminais, incluindo o Múltiplo Uso 2, na Vila do Conde.

A reunião, realizada no auditório da prefeitura, teve à frente o secretário de Indústria, Comércio, Mineração, Ciência e Tecnologia (Sincom), Ítalo Ipojucan, que destacou o quanto a hidrovia é vital para a região. Segundo ele, pouca gente sabe desse estudo para a realização do projeto.

Hito Barga, que é coordenador do projeto feito pela UFPA, explicou todos os detalhes do estudo para tornar o Tocantins navegável durante todo ano, no trecho Marabá Tucuruí, que inclui a derrocagem do Pedral do Lourenção, em uma extensão de 43 quilômetros. Ele deixou claro que esse projeto é o único viável, porque torna o custo da obra acessível. Outro, segundo ele, inviabiliza a obra pelo alto custo.

O professor fez comparativos, mostrando alternativas para mudar o curso do rio, desviando do pedral, e garantiu que a única maneira viável é seguir o curso natural. Ele detalhou que no trecho há um desvio lateral, mas que torna a navegação inviável durante a seca do rio. "A derrocagem é a única alternativa viável", reafirmou.

Segundo Hito, o projeto deixa o trecho do rio com uma largura de 70 metros, com uma profundidade no período de seca de cerca de quatro metros, garantindo a navegação segura. Ele observou que o rio Mississipi, por exemplo, nos Estados Unidos, é navegável com dois metros de profundidade e, em alguns países da Europa, se navega com menos que isso.

O projeto tem um custo de R$ 520.144.372,79, valor muito abaixo de projetos que aumentam a largura ou proponham alteração do canal natural do rio.

O professor, que tem pós-doutorado, mostrou a viabilidade da hidrovia e os benefícios que ela trará para o transporte da região, com a redução de custos. Num gráfico, ele comparou o custo/ano dos três tipos de transporte, mostrado que o rodoviário é o mais caro, seguido do ferroviário. O transporte fluvial sai por menos da metade do transporte ferroviário.

O presidente da CDP, Carlos Ponciano, lamentou que o projeto até hoje não tenha sido executado e pediu aos parlamentares e à sociedade que se engajem nessa luta. Segundo ele, o transporte não pode ficar condicionado a apenas uma empresa e a um meio de escoamento, que é o ferroviário. Disse isso se referindo à Vale.

"O Pará precisa ser respeitado. Não podemos mais permitir que esse Estado, que contribui com boa parte do Produto Interno Bruto do País, seja tratado como um Estado de segunda categoria. Ver o que é produzido aqui não ter como ser escoado, porque estamos condicionados a apenas um meio de transporte, que é gerido por uma única empresa, é um tapa na nossa cara", criticou.

Foto/Divulgação/Ascom

Apresentação do projeto foi realizada no auditório da Prefeitura de Marabá

O prefeito João Salame, que já tinha conhecimento desse estudo da UFPA, sugeriu que o seminário conte com a presença de representante do Governo Federal e Estadual e que já se aproveite a presença em Marabá de autoridades ligadas ao Governo Federal, agora no aniversário da cidade, para apresentar essa demanda. "Se depois desse seminário as coisas não fluírem, vamos encabeçar uma campanha, unindo prefeituras, Câmaras de Vereadores e sociedade civil organizada, com divulgação na mídia, em prol da hidrovia. Vamos mostrar a todos que a hidrovia é vital para o nosso desenvolvimento", frisou Salame.

Vereadores e outras pessoas presentes fizeram vários questionamentos e todos concordaram que é preciso unir forças para cobrar a hidrovia, independentemente do Projeto Aços Laminados do Pará (Alpa), que é da Vale. A presidente da Câmara Municipal, Júlia Rosa, disse que o Legislativo de Marabá vai liderar a realização de um seminário para debater o assunto, contando com a presença de todas as câmaras e prefeituras da região. **(Com informações da Ascom)**

Anexo VII

ARAGUAIA-TOCANTINS

A Hidrovia que nunca começa e o impasse político que nunca termina

Da Redação

A indefinição das obras da Hidrovia Tocantins-Araguaia está no centro do impasse entre o senador Flexa Ribeiro (PSDB) e o deputado federal José Geraldo (PT).

Ontem, o clima entre os dois fechou com a publicação de novas declarações de Flexa. Tudo começou com a reunião realizada na quarta-feira passada, dia 11, no Ministério dos Transportes, envolvendo o ministro Paulo Sergio Passos e a bancada federal do Pará.

Na ocasião, o senador Flexa Ribeiro teria tentado chutar o pau da barraca ao ser informado pelo ministro de que a obra depende do projeto Executivo encomendado pela Vale para depois decidir quem faria a obra, se o governo ou a própria Vale. Ou os dois, juntos.

Para Flexa, a declaração evidencia um jogo de empurra-empurra, desonesto com a população que espera uma resposta. Ele entende que a obra é obrigação do governo federal, sem envolver a Vale no processo.

Reação do senador causou mal estar entre os participantes da audiência, que rechaçaram, à unanimidade, a proposta de retirada do grupo da reunião. O clima ficou tenso e houve reações.

Deputado federal Zé Geraldo (PT), dirigiu-se a Flexa Ribeiro: *"Senador, quando o Serra (José) for presidente do Brasil, o senhor faz isso que está propondo, mas é bom lembrar que a presidente atual é Dilma Rousef, do PT, e a Vale vai ter que ser enquadrada no que o governo quer".*

Deputado estadual João Salame (PPS) também se manifestou, usando uma frase imortalizada pelo ex-presidente chinês Deng Xiaoping. *"Senador, não importa se o gato é preto ou branco, importa é que ele pegue o rato"*, disse, ao ratificar o objetivo final da luta: a derrocagem do rio, não havendo importância saber quem o faria.

Trocando em miúdos, o que o ministro dos Transportes afirmou é o que já foi detectado em trechos do rio Tocantins que vai de Marabá ao Lago de Tucuruí: a presença de técnicos do Instituto de Pesquisa Tecnológicos de São Paulo (IPT) iniciando estudos para confeccionar o projeto Executivo da derrocagem. A empresa foi contratada pela Vale ao valor de R$ 19 milhões.

A posição quase unânime dos integrantes da comitiva paraense contra a radicalização do senador Flexa Ribeiro foca uma questão lógica: reduzir as etapas de dificuldades que um projeto executivo do porte da derrocagem e dragagem do rio, exigiria do governo até sua contratação final.

A começar pela necessidade de cumprimento de prazos para a publicação do edital de licitação até seu julgamento definitivo de escolha da empresa vencedora da disputa.

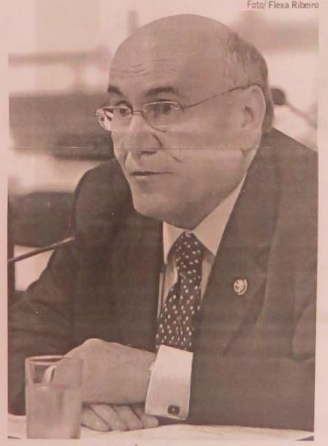
Com a entrada da Vale financiando o projeto, reduz-se em quase oito meses a contratação final da obra.

O projeto executivo será concluído em quatro meses, havendo, em seguida, a contratação da empresa que executará as obras.

Para Zé Geraldo no caso da Hidrovia Araguaia-Tocantins, a questão em jogo é : "a Companhia Vale do Rio Doce deve bancar sim parte da obra. A Vale precisa dar retorno á sociedade de parte dos lucros auferidos pela mineradora. Além do mais, a construção da hidrovia vai beneficiar diretamente a empresa, uma vez que vai facilitar a logística para o escoamento de sua produção na região" publicou Zé Geraldo em seu blog.

Foto/ Flexa Ribeiro

Zé Geraldo: " A Vale vai ter que ser enquadrada no que o governo quer"



Flexa Ribeiro: "É o governo quem tem que fazer a obra sem depender da Vale"

SEMANA QUE VEM

MARABÁ DISCUTE IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE ARBORIZAÇÃO

Na próxima semana, na terça e quarta-feira (17 e 18), Marabá vai sediar o Campus VIII e a Centrais Elétricas do Pará (Celpa).

O primeiro dia do semi- cutir as diretrizes que vão subsidiar as ações do Plano de Arborização de Belém.

melhores oportunidades e propostas para se traçar o Plano de Arborização para

SIMETAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE REGISTRO DE CHAPA CONCORRENTES A DIREÇÃO DO SIMETAL

A Comissão Eleitoral formada pelos senhores Ivo Borges (Presidente do Simetal Estadual), Adhemar Nava da Silva (Presidente dos Transportadores de Cargas de Marabá - Sintracarga) e a senhora Maria de Jesus dos Santos Almeida (Presidente do Sindicato dos Comerciários de Novo Repartimento), Comissão está que, efetuou o registro de candidaturas, obedecendo às disposições estatutárias, com horário de atendimento por oito horas, das 09 às 17 horas, à Rua 07 de Junho nº 1440, centro Marabá – PA. E atendendo o prazo estipulado no Estatuto, foi apresentado a esta comissão apresentando e solicitando registro de chapa e obedecendo os requisitos contidos no Estatuto do Sindicato, bem como formulados e acompanhados da documentação nos termos fixados nos Artigos 39 e 40 do referido Estatuto, torna público que foi deferido o pedido de registro da chapa denominda "CHAPA 1 – Transparência e Organização, o Sindicato em Boas Mãos" composta pelos seguintes senhores: Neiba Nunes Dias, Ernesto Moreira da Silva, Pedro de Jesus Costa, Airton Alves da Silva, Robson Souza Porto, Antonio Agnaldo Silva, Alison de Almeida Silva, Clayton Sousa da Silva, Devaldino Gomes Soares, Edson de Oliveira, Mario Pereira Dias, Valdimar Gomes Naiva. Cuja eleição ocorrerá no dia 17 de maio de 2012, de 08:00 às 17:00 horas (horário de Brasília).

Marabá (PA), 14 de abril de 2012.

Ivo Borges
Pres. Comissão Eleitoral

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa **DEZEM & SOARES LTDA-EPP**, inscrita no C.N.P.J. 07.824.627/0001-06, com sede na Rod. Transamazônica Km 08 – Vila São José – Marabá Pará, , torna público que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA, concedeu-lhe a Licença de Operação nº 060/2012 com validade de 29/10/2011 a 28/10/2012.
Na Atividade: Fabricação de Produtos Cerâmicos em Área de 03 ha e Produção: 700.000 Peças/Ano.
Porte: D - III

CHAMADA DE EMPREGO

A Empresa **DEZEM & SOARES LTDA-EPP**, inscrita no C.N.P.J. 07.824.627/0001-06, com sede na Rd. Transamazônica Km 08 – Vila São José – Marabá Pará, CONVOCA o(a) Funcionário (a) Sr.(ª) GORETE DE NAZARE FERREIRA, CPF: 840.215.272-49 e CTPS: 117.48 Serie 00066 – PA, a comparecer ao seu local de trabalho, no prazo máximo de 72 (Setenta e duas) horas, a contar da publicação deste aviso, sob pena de ser dispensado, por abandono de emprego , conforme artigo 482 letra I da CLT.

Marabá, 23 de Março de 2012.

Antonio Cavalcante Filho, CNPJ 12.917.982/0001-60, torna público que requereu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – PA a licença prévia, licença de instalação e licença de operação para atividade de movelaria , localizada na Av. Alcir Maiami, bairro Bel Recanto , município de Santana do Araguaia-PA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Registro Civil

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 7204

Faço saber que pretendem casar-se nesta cidade, tendo apresentado os documentos exigidos por Lei **DIOGO AUGUSTO DA SILVA NASCIMENTO e NARA CAMILACARVALHO DA SILVA**, ele brasileiro, solteiro, Repórter Cinematográfico, filho de JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO e EURIDES SOARES DA SILVA , ela brasileira, solteira, Estudante Universitária, filha de MANOEL PEREIRA DA SILVA e JUCILENE RIBEIRO CARVALHO. Quem souber de impedimentos que os denuncie ao Cartório do Registro Civil de Marabá, localizado à trav. 13 de Maio, nº 343, Marabá Pioneira, fone (94) 321-1046/321-1711.
Eu (Alberto Santa Filho), Oficial do Registro Civil de Marabá, faço publicar o presente Edital em jornal local para fins de cumprimento do [illegible] 1.527 do Código Civil Brasileiro.

Anexo VIII

CADERNO 3
CORREIO DO TOCANTINS
MARABÁ - PARÁ, 23 E 24 DE AGOSTO DE 2012

Geral | 5

MT garante projeto executivo da Hidrovia do Rio Tocantins

Governo fala em celeridade, mas não volta a obra para a lista do PAC

Com a presença de parlamentares da bancada federal do Pará e do vice-governador Helenilson Pontes, o ministro dos Transportes, Paulo Passos, confirmou na terça-feira (21) que o projeto executivo do derrocamento do chamado Pedral do Lourenço, da Hidrovia do Rio Tocantins, será finalizado e apresentado no dia 28 de setembro. A partir dessa data, serão definidos novos prazos para as etapas seguintes e a licitação e início das obras.

A informação foi repassada durante audiência no gabinete do ministro, em Brasília, com a presença dos coordenadores da bancada do Pará, senador Flexa Ribeiro (PSDB) e deputado federal Beto Faro (PT). Também estiveram presentes os deputados federais Dudimar Paxiúba (PSDB), Valry Moraes (PRP), Lúcio Vale (PR), Zé Geraldo (PT) o ex-deputado federal Paulo Rocha (PT), além do secretário especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável, Sérgio Leão.

Paulo Passos destacou que todo o cronograma previsto será cumprido e, com o projeto executivo finalizado, as próximas etapas para o início das obras devem ocorrer com maior agilidade. "Entendemos que esta obra é fundamental para a viabilidade da Hidrovia do Tocantins e compreendemos sua importância para a questão logística no Estado, em especial da região sul e sudeste do Pará", disse.

Questionado pelo senador Flexa Ribeiro se, com a finalização do projeto executivo, a obra do derrocamento retorna para o pacote do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o ministro mostrou-se otimista. "É possível, sim. O certo é que estaremos avançando com este projeto e chamei a bancada e o governo do Estado para dar as últimas informações sobre ele, que é objeto de muito empenho dos senhores", destacou.

Para o vice-governador do Pará, Helenilson Pontes, a informação é importante, pois mostra que o assunto é levado a sério pelo governo federal, que compreendeu o esforço e mobilização no sentido de concretizar a viabilidade da hidrovia do Tocantins. "O governador Simão Jatene está atento e preocupado com este assunto, pois muitos investimentos previstos naquela região dependem da hidrovia, que tanto defendemos. O fato de receber as informações do próprio ministro deixa claro que esta é uma das prioridades da bancada, do governo do Estado e do governo federal", afirmou.

Aspecto da reunião entre o ministro dos Transportes e a comitiva paraense

UNIÃO

O senador Flexa Ribeiro disse ainda que será feita uma mobilização em conjunto da bancada do Pará no sentido de solicitar agilidade nas etapas posteriores. "Vamos verificar como podemos ajudar no sentido de retirar os obstáculos para a obra, que é fundamental para a implementação dos investimentos em Marabá e não pode esperar mais. Ela, aliás, vai abrir caminho para outras obras na área de logística, como o Porto Intermodal de Marabá, por exemplo", disse.

As obras de derrocamento do Pedral do Lourenço são fundamentais para que seja viabilizada a hidrovia do Tocantins, que ainda enfrenta problemas de navegabilidade. Para que se torne completamente navegável em seus 2.794 quilômetros de extensão, devem ser feitas as obras de derrocamento, que se trata de um processo de retirada de pedras com uso de explosivos, num trecho de 43 quilômetros, compreendido entre a ilha do Bogea e o município de Itupiranga, no sudoeste do Pará. Em mais de um quilômetro do rio a largura desse trecho atinge cerca de 70 metros.

Após a conclusão do projeto, navios com capacidade de carga de 19 mil toneladas poderão navegar no rio Tocantins em qualquer época do ano. O deslocamento das pedras vai equiparar o calado (profundidade do ponto mais baixo da embarcação) permitido pela hidrovia ao das eclusas de Tucuruí, que é de até 3,5 metros. Sem as obras, o rio Tocantins acaba sendo usado por apenas oito meses.

Quando concluída, a hidrovia será uma das mais importantes vias de escoamento de produtos e insumos, interligando o Centro-Oeste brasileiro ao sul do Pará e, posteriormente, aos mercados importadores da Europa, Ásia e Estados Unidos. O transporte aquaviário, dentre todos os modais de transporte, é considerado o mais barato e eficiente, além de ser o de menor impacto ao meio ambiente.

SIDERÚRGICA

A derrocagem do pedral no Rio Tocantins devolveria a navegabilidade comercial entre Marabá e Tucuruí e, de lá, transpondo a barragem pelas eclusas, até o porto de Vila do Conde, em Barcarena. A retomada das obras de construção da siderúrgica Alpa (Aços Laminados do Pará), em Marabá, também está condicionada ao início da derrocagem.

É que a produção da siderúrgica será escoada via hidrovia, assim como o transporte de insumos para a produção do aço em Marabá. A Vale, investidora do projeto, anunciou ao CORREIO DO TOCANTINS no primeiro semestre do ano que não vai voltar atrás quanto à Alpa, mas que só pretende retomar a construção após uma sinalização clara do governo quanto à hidrovia e ao porto. **(Da Redação, com Ag. Pará)**

GREVE

Anexo IX

CADERNO 1
CORREIO DO TOCANTINS
MARABÁ - PARÁ, 7 E 8 DE JANEIRO DE 2014

Lourenção virou "enrolação"

Dnit fez várias promessas em 2013 que não foram cumpridas sobre derrocamento de 43 km do pedral

ULISSES POMPEU

Imagine uma mãe que promete comprar doce para o filho às 10 horas da manhã se ele jogar o lixo fora. Quando chega nesse horário, o filho cobra, mas ouve dela a promessa de que o doce só será comprado às 15 horas. Depois, adia para as 18 horas, depois para 22 horas e acaba o dia e não cumpre. O filho, claro, vai dormir frustrado e descreditado na mãe.

É dessa forma que Marabá está se sentindo em relação ao governo federal, mais precisamente em relação ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que apresentou várias datas em 2013 para anunciar o lançamento do edital de licitação para a derrocagem do Pedral do Lourenção, um trecho de 43 km de pedras que se estendem entre a Ilha do Bogéa, em Jacundá, e o município de Itupiranga, no Rio Tocantins, que impede a navegação de grandes embarcações durante o ano inteiro.

Em outras palavras, o Dnit está embromando o início das obras e, assim, inviabilizando grandes projetos de se instalarem em Marabá e região, como é o caso da Alpa (Aços Laminados do Pará).

A última data anunciada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte (Dnit), general Jorge Ernesto Pinto Fraxe foi 20 de dezembro, mas ela foi adiada por mais 40 dias para que o governo federal, finalmente, publique o edital para as obras de derrocamento (retirada de rochas do fundo de um rio para tornar a navegação possível), viabilizando a Hidrovia do Tocantins. A garantia dessa nova data foi assumida pelo ministro dos Transportes, César Borges, e pelo diretor de portos do Dnit, Valter Silveira.

Edital para explodir Pedral do Lourenção está sendo adiado pelo governo federal há mais de dois anos

Doutor Hito Braga critica projeto contratado pela Vale para derrocamento

O diretor-geral do Dnit disse que o projeto já está concluído e que será lançado até o fim do mês de janeiro. Segundo ele, o projeto ficou mais em conta do que o projeto que estava previsto. "Deve ter ficado entre o da Vale e o da Universidade Federal do Pará", explicou Fraxe, detalhando ainda a proposta aprovada.

A Universidade Federal do Paraná fez um terceiro projeto com as adaptações exigidas pela Marinha. É um fator estranho aos paraenses, mas Fraxe alegou que a escolha dela em detrimento da Universidade do Pará decorre do fato de que a daqui (UFPA) cobrou um valor muito mais elevado. Por isso eles optaram por fazer a adaptação pelo Paraná.

Cálculos recentes mostram que se o governo priorizasse os investimentos em hidrovias, o País economizaria R$ 4 bilhões ao ano com o maior aproveitamento dos rios. Esse é um modal mais eficiente, barato, menos poluente, que reduz o consumo de combustível e o tráfego em nossas estradas.

TEIMOSIA DO DNIT

O secretário municipal de Indústria, Comércio e Mineração, Ítalo Ipojucan Costa, avalia que não é surpresa mais um adiamento e disse que ficou alegre de não ter saído o edital porque se isso ocorresse em 20 de dezembro, sairia o edital mas não a obra, "porque ela teima em defender o projeto elaborado pela Universidade de Santa Catarina com uma largura de 140 metros, com uma remoção de 3 milhões de metros cúbicos de pedra e com orçamento que beira a casa dos R$ 2 bilhões.

Ipojucan defende que a alternativa adequada seria o projeto da UFPA. Colocou como sugestão no Congresso de que no período de seca - entre junho até meados de novembro - a Marinha homologasse um canal de 70 metros com restrição de comboio para 50% do funcionamento da hidrovia a plena capacidade, sem risco de segurança.

O secretário municipal recorda que esta é uma obra que já está licenciada pela Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), e que deveria custar entre R$ 500 a R$ 600 milhões, com remoção de 700 metros cúbicos de pedra. "Há uma teimosia do governo federal em querer partir para os estudos de uma universidade distante que não tem nenhum rio de grande porte, como Amazonas, Xingu, Tocantins ou Araguaia. A Universidade Federal do Pará é PhD, tem experiência com a navegação no interior da Amazônia e é nisso que nós acreditamos".

O professor doutor Hito Braga de Moraes, que chefiou a equipe técnica da UFPA que elaborou o primeiro projeto da obra, lembra que a readequação do projeto custeado pela Vale – cujos autores toda a comunidade científica desconhece – era para ter sido entregue no início de dezembro, e que já falou umas trinta vezes sobre o projeto e nada se resolve. Segundo ele, o projeto contém problemas ambientais graves.

Presidente do Sindarpa, o sindicato dos armadores, Eduardo Carvalho, disse que entra governo, sai governo, mudam os nomes, cada um apresenta um projeto e nada acontece. "Cada ano pagamos quatro Pedrais do Lourenção e ainda sobra. Nós somos donos do nosso Estado. Temos que bater para que não se construa mais hidrelétricas sem eclusas", rebateu.

PROTESTO NA BR-222

Por luz elétrica, moradores fecham rodovia no Ano Novo

Por mais de quatro horas, moradores da Invasão da Ponte – como eles mesmos denominam – fecharam a Rodovia BR-222 ontem, no último dia 1º, entre o Bairro São Félix e a ponte rodoferroviária sobre o Rio Tocantins, em Marabá.

A interdição da rodovia, feita com queima de pneus e madeira, aconteceu por volta de 17h30 e foi acabar após as 22 horas, formando mais de 5 km de engarrafamento do lado do São Félix. Na fila, muitas famílias em viagem – muitas delas com crianças – e diziam não entender o que uma rodovia federal tem a ver com energia em um bairro. "Tem de protestar é na porta da Celpa ou

Moradores da Invasão da Ponte fecharam a rodovia por quase cinco horas no Ano Novo

Noelini Nazaré Ramos Souza Costa

A família, o Lions Clube Marabá-Tocantins e amigos da Semed convidam para a missa de 7º dia de falecimento de Noelini Nazaré Ramos Souza Costa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Novo Horizonte, neste dia 7, às 19 horas. Desde já agradece pelo ato de fé e solidariedade cristã.

Anexo X

CADERNO 3
CORREIO DO TOCANTINS
MARABÁ - PARÁ, 22 E 23 DE JANEIRO DE 2013

Atraso na hidrovia emperra Alpa e atrasa o sul do Pará

Protelação do derrocamento do pedral gera reportagem do Portal G1, da Globo

Obra de construção da Alpa paralisou na fase de terraplenagem do terreno, em Marabá

Nesta imagem é possível visualizar o pedral quando do período de rio seco

Entenda como funciona o derrocamento

G1 Fonte: DNIT

A pauta da industrialização e do sonhado polo metal-mecânico de Marabá segue neste início de 2013 a mesma apatia com a qual encerrou 2012, emperrada na burocracia estatal que impede a retomada da navegabilidade comercial no Rio Tocantins. Com uma obra bilionária transformada em 'elefante branco', as eclusas de Tucuruí, a derrocagem dos pedrais do rio nunca saiu e a Vale se recusa a investir qualquer outro centavo na construção da Alpa (Aços Laminados do Pará). O assunto é destaque em longa reportagem do Portal G1, na internet, que o CT reproduz nesta edição.

A obra de derrocagem do pedral do Lourenço é considerada crucial para a construção da primeira siderúrgica de grande porte do Pará e está parada desde 2011. Significa o aprofundamento de um trecho do Rio Tocantins, perto de Itupiranga, onde a passagem de grandes navios de carga é impossível anualmente.

A obra chegou a ser licitada e um consórcio de empreiteiras foi escolhido para tocar o projeto. Mas a licitação foi anulada em dezembro de 2011 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), sob a justificativa de que o preço previsto estava elevado, segundo informou ao G1 a assessoria de imprensa do órgão.

No edital de licitação, estimava-se que o empreendimento poderia custar R$ 520 milhões; o consórcio vencedor, que apresentou o menor preço, orçou a obra em R$ 364 milhões. Mesmo assim, o Dnit avaliou que poderia ser ainda menos. No despacho que anulou a contratação, o diretor-executivo do órgão alegou que houve "erros no orçamento", oriundos do projeto executivo do derrocamento.

O Dnit informou que, logo após a anulação, assinou um termo de cooperação com a Vale, convidando a mineradora a refazer ou adequar o projeto executivo, que poderia ser aproveitado pelo governo para uma nova licitação. Mas, segundo empresários da região e o próprio Dnit, ainda não há previsão de uma nova concorrência.

Em nota, a Vale afirma que, a pedido do Dnit, está apoiando a realização de estudos para esclarecimento de dúvidas técnicas que surgiram durante o processo de licitação das obras da hidrovia.

SIDERÚRGICA

Na avaliação de empresários paraenses ouvidos pelo G1, a paralisação dessa obra ameaça a construção da Alpa (Aços Laminados do Pará), um projeto do grupo Vale que seria instalado em Marabá, no sudeste do Pará, com perspectiva de produção de 2,5 milhões de toneladas por ano.

Empresários dizem que a construção da Alpa é fundamental para a chamada verticalização da produção mineral no Pará - ou seja, que todas as etapas do processo produtivo, da extração minério de ferro ao seu beneficiamento, sejam feitas no estado.

Marabá já possui um polo siderúrgico, mas focado na produção de ferro-gusa, um produto intermediário de ferro e carbono utilizado na criação de outras ligas de ferro e aço. A Alpa seria a primeira siderúrgica de grande porte do estado, produzindo chapas de metal que poderiam servir na cadeia produtiva de bens com maior valor agregado, como eletrodomésticos.

Porém, para a siderúrgica sair do papel, a Vale aponta que o empreendimento precisa de uma infraestrutura básica de transporte, que permita a chegada de matéria prima e o escoamento da produção. De acordo com o projeto da Vale, o plano seria usar o potencial do rio Tocantins, que corta o estado, como um corredor de acesso "ecológico" para o fluxo das mercadorias - hidrovias poluem menos que rodovias, por exemplo.

O problema é que um trecho de 43 km do rio, perto do município paraense de Itupiranga, não é próprio para a navegação por ser raso demais. Para que a hidrovia exista, o local precisa passar por um processo chamado derrocamento, que é uma escavação subaquática para que o rio tenha mais profundidade. Mas essa obra, que chegou a fazer parte do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, nunca saiu do papel.

Sem a obra na hidrovia, não há sinal de construção da siderúrgica - um pesadelo para o setor produtivo do estado, que sonha com o beneficiamento do minério extraído no Pará. Perde, também, o Centro-Oeste do país, que fica sem uma obra que facilitaria o escoamento da produção pelo rio. Até aqui, o governo já gastou mais de R$ 1,6 bilhão em obras que hoje estão subutilizadas, como as eclusas de Tucuruí, também no Rio Tocantins.

PREOCUPAÇÃO

No dia 9 de janeiro, o presidente da Companhia das Docas do Pará (CDP), Carlos José Ponciano Silva, enviou uma carta para representantes da bancada da mineração no estado, da qual fazem parte deputados paraenses que defendem os interesses de empresários ligados ao setor, alertando sobre a possibilidade do Pará perder o investimento da Alpa justamente pela demora na conclusão das obras na hidrovia. Ponciano não atendeu a reportagem, mas tivemos acesso a correspondência onde ele afirma que o Governo Federal não teria mais interesse na realização do derrocamento, e que por isso a Vale estaria estudando implantar o projeto no Ceará.

Segundo a Vale, o grupo tem um projeto siderúrgico voltado para o Ceará anterior a Alpa, e as duas iniciativas não são mutuamente excludentes. Porém, a empresa informou em nota que, desde o início, o projeto da Alpa previa o uso da hidrovia Tocantins como corredor logístico para o recebimento do insumo e escoamento da produção da siderúrgica. Em nota, a Vale disse ainda que "irá começar a construção da usina assim que as obras de logística se iniciarem".

DEMORA

O problema, que também é apontado pelo presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), José Conrado, é que o projeto da hidrovia Tocantins está parado desde 2011. "Há uma certa indignação do setor produtivo do Pará. Fomos a Marabá com o Lula para lançar a pedra fundamental da Alpa, com datas para a operação, e estamos estarrecidos com a demora. Não é questão de recursos, o Pará teria condições de bancar o derrocamento do Pedral", diz o presidente, referindo-se ao trecho de 43 km do Rio Tocantins conhecido como "Pedral do Lourenço" situado entre a ilha da Bogéia e a localidade de Santa Terezinha do Tauri, no município de Itupiranga.

De acordo com o secretário de Indústria, Comércio e Mineração do governo do Pará, David Leal, não é bem assim. Leal aponta como uma das principais dificuldades para a execução da obra o fato da hidrovia ter sido retirada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2011. "Ainda esperamos que o Governo Federal cumpra a sua parte no sentido de recolocar no PAC a verba necessária para viabilizar a construção da obra", explica.

LICITAÇÃO

O edital de concorrência pública para as obras do derrocamento do Tocantins foi liberado pelo Dnit em 27 de agosto de 2010. A obra estava orçada em mais de R$ 520 milhões, e o vencedor seria quem apresentasse o menor preço para a execução do serviço, que tinha prazo de execução estipulado em 900 dias. Em 19 de maio de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União que o vencedor da concorrência havia sido o consórcio Serveng/Triunfo, com um valor global de R$ 364 milhões. Porém, a concorrência foi anulada em 19 de dezembro de 2011, conforme publicado no Diário Oficial, sem mais explicações.

Segundo o secretário David Leal, é sabido que o governo federal pediu à Vale que fosse providenciado um novo estudo de viabilidade técnica, que deveria ser entregue até dezembro de 2012, porém o estado não tem informações sobre o andamento deste estudo. A Vale informou em nota que, a pedido do Dnit, "está apoiando a realização de estudos técnicos para esclarecer as dúvidas que surgiram durante o processo de licitação das obras da hidrovia".

PREJUÍZOS

Para a Fiepa, o atraso na obra já está causando prejuízos na região. "Os investidores do sul do Pará tiveram consequências danosas, pois acreditaram na implantação da Alpa. Quem comprou imóveis, investiu no comércio... ficamos estarrecidos, pois houve assinatura de protocolo de intenção (para realização do empreendimento) e depois a obra foi retirada do PAC", relembra o presidente da Federação, José Conrado.

De acordo com o deputado Raimundo Santos (PEN), presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Mineração do Pará, em Brasília há um entendimento de que a obra da hidrovia não é mais necessária por conta da construção do trecho da ferrovia Norte-Sul entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA), porém a bancada da mineração do estado entende que a ferrovia não supre a necessidade da infraestrutura hidroviária, que pode ser um fator importante para que o minério extraído no Pará seja beneficiado no Estado.

"Isto simplesmente vai condenar o povo do Pará a miséria. Seríamos o almoxarifado para servir a outros estados. Sem a verticalização da produção mineral, não teremos como ser um estado industrializado", desabafa Santos.

"Sem a hidrovia, o Pará está condenado a ser fornecedor de produtos primários", explica José Conrado, lembrando que hoje a produção mineral do Pará é escoada em São Luís, no Maranhão, e com isso o Pará perde em arrecadação de impostos já que, pela lei Kandir, a atividade mineradora possui diversas isenções fiscais. "O Pará não ganha nada", relata Conrado.

Segundo a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Pará, a hidrovia também beneficiaria outros estados. "É uma obra de interesse ao desenvolvimento econômico, com sustentabilidade, não somente do Pará, mas de quatro estados brasileiros. O Centro Oeste vai se beneficiar. Há várias atividades no sul-sudeste do Pará, a exemplo da pecuária, além da mineração, as chamadas 'cargas agregadas', tudo nos leva para esse ponto de convergência de múltiplos interesses e ganhos sociais desses estados", explica David Leal.

'ELEFANTE BRANCO'

Além dos prejuízos para a cadeia produtiva do estado, o presidente da Federação das Indústrias também aponta que o derrocamento do Pedral do Lourenço daria finalidade a outra obra importante realizada no rio Tocantins: as eclusas de Tucuruí, que foram inauguradas pelo presidente Lula e pela então candidata à presidência, Dilma Roussef, em novembro de 2010.

"As eclusas custaram R$ 1,6 bilhão, e estão paradas. É um elefante branco, que não se justifica sem o restante das obras", lamenta José Conrado. "O investimento (de derrocamento) retornaria em 5, 10 anos, reduzindo os custos agregados em 50%. Vamos ter que nos mobilizar, o Pará não pode ser enganado desta maneira", desabafa. **(Extraído do portal G1)**

CADERNO 3
CORREIO DO TOCANTINS
MARABÁ - PARÁ, 22 E 23 DE JANEIRO DE 2013

"Situação d… sinais de me…

PATRICK ROBERTO E ULISSES POMPEU

Em visita à Redação do CORREIO DO TOCANTINS na manhã desta segunda-feira, dia 21, o secretário municipal de Saúde, Nagib Mutran Neto (PMDB) falou das condições preocupantes de hospitais, centros de saúde, falta de dinheiro para melhorar a infraestrutura e das mudanças que começou a implementar para melhorar a gestão do setor mais criticado do governo anterior.

Nagib reconhece que a saúde é o grande desafio e gargalo do governo municipal e o começo está sendo difícil porque este é o setor que mais tem dívida com servidores, além de fornecedores.

Além disso, relata que o Hospital Municipal tem uma estrutura sucateada e reconhece que os profissionais que atuam ali precisam da estrutura mínima para trabalharem com dignidade e maior segurança para os procedimentos que realizam.

O tema HMM tomou boa parte da entrevista e o próprio Nagib fez questão de ressaltar que há necessidade de reforma urgente do Centro Cirúrgico para que as cirurgias eletivas voltem a ser realizadas, assim como a cozinha, outro setor daquela casa de saúde que precisa passar por melhorias. "Mas tenho certeza que o atendimento está mais humanizado. Nossos esforços estão concentrados neste sentido", garantiu.

Em relação aos medicamentos, materiais de limpeza e outros produtos de primeira necessidade, o secretário de Saúde disse que, apesar das limitações financeiras, tem conseguido fornecer o mínimo necessário para que o HMM e HMI funcionem e atendam a população. "O que se fazia antes era mascarar o repasse constitucional de 15% da receita própria para a saúde. Agora, o Salame garantiu que vai investir o máximo possível para que a comunidade não seja sacrificada quando precisar de atenção hospitalar".

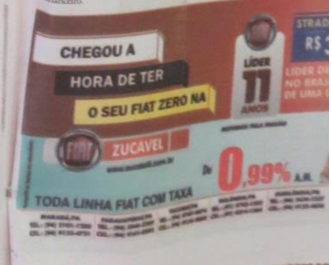
AMBULÂNCIAS

Sobre as condições precárias das ambulâncias do Samu (Serviço Móvel de Urgência), Nagib disse que quando

Nagib Mutran diz que saúde do município vai entrar no eixo em seis meses

Secretário quer rediscutir pactuação

Reconhecendo o estrangulamento da rede municipal de saúde de Marabá, com dezenas de pessoas vindas de outros municípios desta região para serem atendidas aqui, o secretário Nagib Mutran avisa que pretende rediscutir com os prefeitos e colegas secretários uma forma de compensar Marabá pela grande demanda que recebe e com pouco retorno financeiro.

"A partir do momento que sobrecarrego a rede com pessoas de outros municípios, estou retirando uma vaga que poderia ser para uma pessoa de Marabá. Acho que a pactuação deve continuar, mas de uma forma mais justa para nosso município. Por enquanto, ela só é positiva para os outros e negativa para o nosso", avalia.

Para o secretário de Saúde, Marabá deve recorrer tam-